

5.3 Meio socioeconômico

5.3.1 Metodologia Aplicada

O diagnóstico do meio socioeconômico será apresentado a seguir partindo-se do diagnóstico da Área de Influência Indireta - AII, para a Área de Influência Direta - AID, e para a área diretamente afetada – ADA, de forma a facilitar a análise integrada dos aspectos estudados, particularmente em cada Área de Influência.

O diagnóstico ambiental objetiva, dentro do tema socioeconomia, caracterizar a dinâmica atual das Áreas de Influência e, portanto, anterior à instalação do empreendimento, do ponto de vista dos aspectos socioeconômicos e culturais, assim como daqueles relacionados ao uso e à ocupação do território, vislumbrando-se suas tendências a partir da instalação do empreendimento, o que será tratado com destaque no item relativo aos impactos.

A metodologia de análise de dados e informações levantados e compilados, para efeito do estudo socioeconômico das Áreas de Influências do empreendimento Ferrous, incorpora as variáveis relevantes dentro de cada tema (aspecto a ser estudado), composto por estudos desta natureza e cujas fontes são de reconhecida competência e atribuição. Os aspectos tratados neste estudo são aqueles relevantes para traçar o perfil socioeconômico da região onde se prevê instalar o empreendimento em questão, sendo suas variáveis os meios pelos quais este perfil é identificado, qualificado e, caso possível, quantificado.

Em se tratando dos aspectos ou temáticas, o presente estudo encontra-se subdividido entre os itens: população, infra-estrutura, atividades produtivas, uso e ocupação do solo, patrimônio histórico, cultural e arqueológico, que possibilitam fazer uma leitura atual, assim como apontar tendências, para as três Áreas de Influência do empreendimento, que são: a AII, a AID e a ADA, o que é realizado a partir da análise evolutiva das variáveis inseridas dentro de cada aspecto ou temática.

Devido à incorporação de municípios de dois estados vizinhos, Espírito Santo e Rio de Janeiro, dentro das áreas de Influência do empreendimento em foco, as principais fontes

de informação e de dados constam de instituições federais, de entidades estatísticas e de planejamento de referência em cada um destes estados.

No tocante aos dados de fonte federais, oficiais e de reconhecida competência para tal, foram trabalhadas informações disponíveis no IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no Ministério das Cidades, no MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, no MS – Ministério da Saúde, no MEC - Ministério da Educação e Cultura, no MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura, dentre outros.

Das fontes estaduais, foram utilizados dados e informações em órgãos e entidades de referência no estado do Espírito Santo e no Rio de Janeiro. No Espírito Santo foram consultadas informações do IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves, do MPAS - Ministério Público do Espírito Santo, das Secretarias Estaduais de Educação, de Saúde e de Segurança, entre outras instituições públicas. No Rio de Janeiro foram consultadas, dentre outras fontes, o CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, a FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, o TCERJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Para o diagnóstico da AID, os dados secundários foram complementados com informações primárias colhidas em fontes de informações locais como prefeituras e secretarias municipais, entidades organizadas e comunidades, especialmente aquelas que se localizam no entorno do empreendimento. As fontes primárias estão descritas nas referências bibliográficas deste estudo.

A leitura da realidade atual, descrita na caracterização das Áreas de Influência, bem como das informações primárias e, especialmente, da percepção das lideranças públicas, comunitárias, e das entidades organizadas locais, fundamenta a análise dos impactos ambientais decorrentes do empreendimento analisado, nas suas várias etapas: planejamento, instalação e operação, permitindo sua identificação e a sugestão de medidas que contemplem a participação da comunidade local, aquela que se encontra diretamente afetada pelo empreendimento e que vivencia o atual processo de desenvolvimento físico-territorial, sociocultural e econômico por que passa a região.

A análise da socioeconomia das respectivas Áreas de Influências encontra-se subdividida por áreas (All, AID e ADA), sendo analisados, em cada uma delas, os itens solicitados no TR - Termo de Referência.

a) Delimitação das Áreas de Influência do empreendimento

As Áreas de Influência da Ferrous, empreendimento previsto para localizar-se no município de Presidentes Kennedy, no extremo sul da faixa costeira do Estado do Espírito Santo, apresentam-se distribuídas entre dois territórios estaduais, parcela pertencente ao Espírito Santo e parcela ao Rio de Janeiro.

Este aspecto locacional, que determina a composição de suas AIs em território interestadual, deverá ser dimensionado avaliando-se não apenas a dinâmica municipal, mas ainda regional e interestadual imprimida nessa região de interface entre os dois territórios. Neste sentido, a avaliação socioeconômica se efetua considerando a conjuntura na ambiência municipal, regional (Cachoeiro de Itapemirim e Campos de Goytacazes) e estadual (RJ e ES).

- All - Área de Influência Indireta

Para o meio socioeconômico, e considerando-se a orientação do TR relativo ao EIA em questão, a All abrange a área cuja dinâmica e estrutura sociocultural, de ocupação espacial e financeiro-econômica possa ser potencialmente impactada pela instalação e operação do empreendimento de forma indireta. Neste sentido, a All abrange um território interestadual, ao agregar municípios de estados vizinhos, sendo composta pelos municípios de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, e de Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim, ambos no estado do Espírito Santo.

Os municípios de Campos de Goytacazes e de Cachoeiro de Itapemirim, considerados núcleos regionais em seus respectivos estados, e onde se encontram centralizadas a oferta de produtos e de serviços econômicos, a infraestrutura social, sendo ainda os maiores núcleos nos quais reside a maior parte dos trabalhadores, caracterizam-se por serem municípios de forte presença regional nessa área.

Itapemirim se insere na All em função de sua aproximação física com a AID, e a integração de alguns sistemas com a mesma, especialmente no que se refere à estrutura

econômica e à infraestrutura social, principalmente nas áreas de saúde, de transporte, de saneamento e de educação.

- AID - Área de Influência Direta

A AID representa a região de influência que se verá mais impactada pelas atividades previstas, tanto na fase de instalação, quanto na fase de operação do empreendimento, sendo composta pelos municípios de Presidente Kennedy, local de instalação da Ferrous, de Marataízes e de São Francisco de Itabapoana.

Presidente Kennedy, ao receber em seu próprio território as estruturas físicas para operação do terminal da Ferrous, incorporará os efeitos diretos sobre sua base econômico-financeira, sobre sua dinâmica espacial e sobre seu sistema e sua infraestrutura social, o que ocasionará efeitos sobre sua história e cultura.

Marataízes e São Francisco de Itabapoana deverão receber os efeitos diretos, principalmente sobre as atividades produtivas, em especial sobre a pesca, e, conseqüentemente, sobre sua estrutura e evolução econômica e social.

- ADA – Área Diretamente Afetada

Dadas as dimensões geográficas desses municípios, após a análise dos municípios como um todo, será apresentada uma análise mais detalhada das comunidades do entorno, ou seja, aquelas geograficamente mais próximas ao empreendimento.

b) Metodologia de levantamento de campo

A metodologia adotada para o levantamento dos dados primários, realizados diretamente com entidades e comunidades locais, assim como com o poder público municipal constituído, pauta-se em método de pesquisa participativa. Esse método tem sido muito utilizado em pesquisas desta natureza, especialmente em levantamento de dados para estudos de licenciamento ambientais e afins. Tal metodologia busca colocar a equipe técnica na posição de ouvinte e perceptiva da relação conjuntural empresa-comunidade-representante comunitário ou da relação empresa-poder público municipal-representante do mesmo (respectivas secretarias).

A referida metodologia se utiliza de levantamento de dados e informações através de entidades locais constituídas ou em fase de constituição, mas que representam as comunidades locais, e de formadores de opinião. No setor público são entrevistados representantes formais de secretarias afins com a área socioeconômica, além de outros que sejam classificados como de relevante importância no contexto dos estudos específicos para o empreendimento em foco.

A partir do levantamento de entidades e representantes locais, e do poder público municipal, são realizadas entrevistas com cada um deles através de roteiro de informações em anexo. O levantamento de entidades e representantes é realizado mediante informações disponibilizadas na própria municipalidade e junto das comunidades delimitadas dentro da ADA.

Além de levantar informações que possam ajudar na caracterização atual das comunidades locais assim como do município, o levantamento objetiva captar a percepção da comunidade ou do poder público municipal com relação ao empreendimento em foco.

Mediante as perguntas feitas para o entrevistado (a), a equipe se coloca como ouvinte, só manifestando-se caso seja solicitada pelo entrevistado, e em caso de esclarecimentos que sejam necessários sobre o objetivo da pergunta ou da entrevista.

Os dados e informações levantados com os representantes das comunidades são compilados e checados, através de dados colhidos no poder público municipal, para serem utilizados como parte da caracterização socioeconômica das comunidades.

5.3.2 População

No item relativo à demografia estão inseridos os dados relativos à: evolução populacional, distribuição da população por domicílio, taxa média de crescimento geométrico, participação da população municipal no total do estado, taxa de urbanização, densidade demográfica, migração, renda per capita e IDHM. Esses dados constam das Áreas de Influência Indireta e direta, referindo-se à base de dados municipal. Os dados de população da ADA foram levantados em fontes primárias, a maior parte sendo colhida nas prefeituras municipais, através do PSF – Programa de Saúde da Família ou programa

correlato (PAC em Marataízes). Caso não disponibilizados nessas fontes, foram levantados entre os representantes locais.

5.3.2.1 All

A Área de Influência Indireta do empreendimento da Ferrous está composta pelos territórios municipais de Campos dos Goytacazes, e de Cachoeiro de Itapemirim e de Itapemirim.

Os municípios de Campos dos Goytacazes e de Cachoeiro de Itapemirim funcionam como pólos regionais para cada um de seus estados, sendo os maiores centros urbanos e centralizando atividades e serviços, além do comércio, cujo atendimento se estende aos municípios localizados em suas zonas de influência. Cachoeiro de Itapemirim possui como zona de influência toda a região sul do Espírito Santo, sendo, nesta, o único município que detém as condições de infraestrutura, produtivas e de serviços localizado nesta região. Campos dos Goytacazes, por sua vez, encontra-se dentro desta mesma dimensão de importância, relativamente à região norte fluminense, sendo que divide alguma polarização com o município de Macaé. Entretanto, o município de Campos tem mostrado uma polarização interestadual devido à sua maior dimensão enquanto polo industrial, comercial e de serviços, relativamente a Cachoeiro de Itapemirim. Concomitantemente ao fato de serem pólos de atividades, também representam a polarização populacional nas regiões onde se inserem.

Contrariamente aos dois municípios acima destacados, o município de Itapemirim tem maior afinidade, em termos de porte e de perfil de desenvolvimento, com os municípios da All.

Tais semelhanças e diferenças, tanto na estrutura de ocupação espacial, social e econômica, entre os municípios da All podem ser notadas a partir dos dados que se encontram dentro da análise subsequente.

A diferença de porte entre os municípios componentes da All já começa a ser notável ao se analisar a sua dimensão populacional.

O número de habitantes do município de Cachoeiro de Itapemirim experimentou, no período compreendido entre os censos demográficos de 1991 e 2000, um incremento de 22% da sua população total, reduzindo-se este índice para 12% entre o censo demográfico de 2000 e a contagem de população realizada no ano 2007. No caso do município de Itapemirim, e por conta do desmembramento de Marataízes do território original do município, no período intercensitário 1991-2000, o indicador se apresentou negativo de -37%, para exibir no seguinte período, 2000-2007, um índice positivo de 10%. Nos mesmos períodos analisados, o Estado do Espírito Santo apresentou índices de 19 e 8% respectivamente. No caso do município de Campos dos Goytacazes, entre 1991 e 2000 o crescimento populacional total foi de 5%, percentual que se manteve para o período 2000-2007.

O Estado de Rio de Janeiro, assim como o do Espírito Santo, apresentou um declínio no crescimento populacional de um período em análise para o seguinte, sendo que no primeiro foi de 12% e, no seguinte, de 2000 para 2007, foi de 7%. Com estas informações, percebe-se que no último período, 2000 para 2007, os municípios capixabas apresentaram um crescimento populacional maior do que o apresentado pelo estado do que formam parte; no entanto, o município de Campos dos Goytacazes apresentou indicador de crescimento menor que o estado do Rio de Janeiro.

Tabela 5.3.2.1-1: População dos municípios da Área de Influência Indireta.

MUNICÍPIOS	1991	2000	2007
Cachoeiro de Itapemirim	143.450	174.879	195.288
Itapemirim	44.492	28.121	30.833
Total ES	2.600.618	3.097.498	3.351.669
Campos de Goytacazes	389.108	407.168	426.154
Total RJ	12.807.197	14.392.106	15.420.375

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000. Contagem População 2007.

Ao levar em consideração a participação da população dos municípios com respeito aos estados dos quais formam parte, o município de Cachoeiro de Itapemirim vem apresentando um crescimento constante. No caso do município de Itapemirim, e por conta do desmembramento de Marataízes, de 1991 para 2000 observa-se uma redução significativa da participação da população estadual, tendência que muda de 2000 para 2007, embora com um pequeno crescimento desta.

No caso do município de Campos dos Goytacazes, fica patente a constante redução da participação da sua população no conjunto de habitantes do estado do Rio de Janeiro, sendo que no ano de 1991 esse município detinha mais de 3% da população estadual, e no ano 2007 sua participação era de pouco mais de 2,7%.

Tabela 5.3.2.1-2: Participação da população dos municípios no total do Estado (%).

MUNICÍPIOS	1991	2000	2007
Cachoeiro de Itapemirim	5,52%	5,65%	5,83%
Itapemirim	1,71%	0,91%	0,92%
Total ES	100,00%	100,00%	100,00%
Campos de Goytacazes	3,04%	2,83%	2,76%
Total RJ	100%	100%	100%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000. Contagem População 2007.

Uma das justificativas das conclusões referentes à participação populacional acima apresentada está nas taxas de crescimento geométrico da população dos municípios que formam parte da Área de Influência Indireta do empreendimento. Assim, embora o município de Cachoeiro de Itapemirim tenha apresentado uma redução da taxa de crescimento geométrico do período 1991-2000 para o período 2000-2007, nesses mesmos intervalos, a relação existente entre as taxas geométricas de crescimento deste município com relação às taxas apresentadas pelo Estado do Espírito Santo passou de 1,14% para 1,41%, mantendo o município sempre taxa superior à estadual. Ou seja, mesmo diminuindo a taxa de crescimento geométrico do município de Cachoeiro de Itapemirim, a participação da sua população em relação à do estado cresceu.

A evolução da taxa de crescimento no município de Itapemirim foi negativa no período de 1991-2000, de -4,97%, demonstrando uma queda de sua população, bem representativa, o que se vê na Tabela 5.3.2.1-1. No período posterior, 2000-2007, esta dinâmica se inverte, havendo crescimento de sua população a uma taxa média geométrica anual de 1,32%, que está acima da taxa estadual (1,13%).

Um fato curioso se apresenta no município de Campos dos Goytacazes onde, embora tenha aumentado a taxa de crescimento geométrico de um período para o seguinte, e o estado experimentado uma retração, o significativo número de habitantes do estado como um conjunto faz com que a base de análise da participação do município dentro do total

estadual dilua esse diferencial favorável a Campos dos Goytacazes. Frente à taxa média estadual, Campos apresenta, nos dois períodos, taxas inferiores de crescimento.

Tabela 5.3.2.1-3: Taxa média de crescimento geométrico da população dos municípios da All e dos e Estados (%).

MUNICÍPIOS	1991-2000	2000-2007
Cachoeiro de Itapemirim	2,23	1,59
Itapemirim	-4,97	1,32
Total ES	1,96	1,13
Campos de Goytacazes	0,51	0,65
Total RJ	1,3	0,99

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000. Contagem População 2007.

A tendência observada nas variações das taxas de urbanização, tanto dos estados quanto dos municípios em estudo, determina o crescimento da população urbana em todos eles.

Ao longo dos anos, entre 1991 e 2000, verifica-se um aumento da taxa de urbanização dos municípios de Cachoeiro e de Campos superior aos 80,00 manifestando um processo de urbanização, o que caracteriza, em geral, municípios onde se verifica uma estrutura urbana avançada e atrativa. Já em Itapemirim se observa uma taxa de urbanização próxima dos 60,00 %, típica de municípios onde a estrutura urbana é ainda reduzida e/ou existe ainda uma forte base econômica agrícola, ambas, hipóteses cabíveis a esse município.

A redução observada no ano de 2000 para o município de Itapemirim justifica-se no desmembramento do município de Marataízes, o qual apresentava majoritariamente população urbana, determinada pela grande presença de moradores praianos dentro da sua composição total. Em modo geral conclui-se que a perspectiva é de um crescimento da urbanização desses municípios em detrimento da população rural, cada vez com menos peso dentro da população total desses territórios.

Tabela 5.3.2.1-4: Taxa de Urbanização dos municípios da All e dos Estados (%).

MUNICÍPIOS	1991	2000
Cachoeiro de Itapemirim	81,65	88,86
Itapemirim	60,83	57,37
Total ES	74,01	79,52
Campos de Goytacazes	83,44	89,48
Total RJ	95,25	96,04

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000. Contagem População 2007.

As conclusões acima explicitadas encontram ainda maiores fundamentos se observada a Tabela 5.3.2.1-5, onde se apresenta a evolução da população dos municípios da All segundo a sua situação. Observa-se que, em praticamente todos os casos, sendo a exceção Itapemirim, mas por conta do desmembramento de Marataízes, apresenta-se um crescimento da população urbana e uma redução da população rural.

Foi elevado o incremento de população urbana, de 1991 para 2000, nos municípios de Cachoeiro e de Campos, tendo ocorrido o contrário em Itapemirim. Cachoeiro teve aumentada sua população em 32% no período, passando de 117.119 para 155.401, e Campos de 12%, passando de 324.667 habitantes para 364.177.

De forma oposta, Itapemirim, além de perder população rural, perde ainda população urbana no mesmo período. Sua população rural foi reduzida de 17.429 para 11.988, enquanto sua população urbana foi reduzida de 27.063 para 16.133, ao que se deve, como dito acima, à emancipação de Marataízes e de seu território.

Tabela 5.3.2.1-5 - População residente por situação de domicílio - Municípios da All 1991/2000.

MUNICÍPIOS	1991			2000		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Cachoeiro de Itapemirim	117.119	26.330	143.449	155.401	19.478	174.879
Itapemirim	27.063	17.429	44.492	16.133	11.988	28.121
Total ES	1.924.588	676.030	2.600.618	2.462.437	635.061	3.097.498
Campos de Goytacazes	324.667	64.442	389.109	364.177	42.812	406.989
Total RJ	12.199.641	608.065	12.807.706	13.821.466	569.816	14.391.282

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000.

mbora essa tendência de redução da população rural, por conta do aumento da urbanização, seja também seguida em linhas gerais pelos estados, quando analisadas as relações das composições populacionais dos municípios da All percebe-se que nesses municípios a tendência de urbanização é maior que no estado. Em efeito, em valores referenciados com os das populações urbanas e rurais dos estados de Espírito Santo e Rio de Janeiro, as populações urbanas apresentam oscilações na sua participação; no entanto, as populações rurais seguem uma marcada retração na sua participação. No caso do município de Cachoeiro de Itapemirim, este se apresenta com oscilações de redução e aumento na população urbana e atenuado decréscimo da população rural municipal. Quando analisadas as populações de Campos dos Goytacazes, essas oscilações resultam muito expressivas. A população urbana cresce e parece manter-se no ritmo de crescimento estadual; porém, a população rural apresenta sensíveis reduções nesse período de vinte anos, bem mais significativos que a composição estadual.

Tabela 5.3.2.1-6: População residente por situação de domicílio, com relação à população do Estado - 1991/2000 (%).

MUNICÍPIOS	1991			2000		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Cachoeiro de Itapemirim	6,1	3,9	5,5	6,3	3,1	5,6
Itapemirim	1,4	2,6	1,7	0,7	1,9	0,9
Total ES	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Campos de Goytacazes	2,66	10,60	3,04	2,63	7,51	2,83
Total RJ	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000.

A distribuição espacial da população dos municípios da All do empreendimento encontra-se referenciada na densidade demográfica de cada unidade territorial. Segundo esses indicadores, percebe-se que o município de Cachoeiro de Itapemirim sempre esteve por cima da média estadual, sendo que nos últimos tempos tem apresentado uma densidade demográfica bem mais expressiva que a do estado. Em efeito, no ano 1980, a densidade demográfica de Cachoeiro de Itapemirim alcançava 2,7 vezes à do estado; no ano de 2007 esta foi de 3,6 vezes a estadual. O mesmo não ocorre com a densidade demográfica de Campos dos Goytacazes e do estado do Rio de Janeiro, que se manteve

numa relação estável desde o censo demográfico de 1991, de 2000 e a contagem de população realizada em 2007, oscilando numa proporção de 0,3 a 0,32 vezes a densidade demográfica estadual.

Avaliam-se ainda as diferenças de densidade entre os municípios da AID, sendo marcantes com relação à concentração de população por km². Nos municípios de Cachoeiro e de Campos, alcançou-se, em 2007, uma densidade de 219,33 hab/km² e 105,29 hab/km², respectivamente com Cachoeiro apresentando uma densidade muito superior à média estadual e superior à de Campos. Itapemirim, por outro lado, tem uma densidade de 55,65 em 2007, mais próxima da média estadual.

Tabela 5.3.2.1-7: Densidade Demográfica (hab/km²): 1991, 2000 / 2007.

MUNICÍPIOS	1991	2000	2007
Cachoeiro de Itapemirim	160,66	196,40	219,33
Itapemirim	64,41	50,76	55,65
Total ES	44,37	56,31	60,93
Campos de Goytacazes	93,2	100,6	105,29
Total RJ	291,7	327,5	350,89

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000. Contagem População 2007.

Analisando o estoque da população de cada município componente da Área de Influência Indireta do empreendimento, observa-se o estreito vínculo existente entre os estados dos quais formam parte. Efetivamente, o maior número de imigrantes nos municípios capixabas tem por origem o estado de Rio de Janeiro e, no município fluminense, a principal origem dos imigrantes é o estado do Espírito Santo. Além desta reciprocidade de população migrante, seguem em ordem de importância o estado de Minas Gerais e o estado da Bahia.

Em relação a estrangeiros nas localidades constituintes da AII, observa-se um reduzido contingente de pessoas perante o elevado número de migrantes interestaduais. Apenas em Campos dos Goytacazes este número de moradores tem alguma significância.

Tabela 5.3.2.1-8: Estoque de Imigrantes nos municípios da AII, por origem - Municípios do estado e outros estados e países - 2000.

MUNICÍPIO/ESTADO	Local de nascimento						
	Bahia	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Espírito Santo	Outros Estados	Exterior
Cachoeiro de Itapemirim	956	3 350	9 360	720	158 513	1 872	106
Itapemirim	228	646	1 246	197	25 525	240	38
Espírito Santo	122 650	286 978	92 320	24 404	2 505 744	61 649	3 752
Campos dos Goytacazes	1 412	3 859	508 792	1 487	5 148	4 577	434
Rio de Janeiro	194 413	601 474	11 780 192	143 357	229 355	1 310 212	133 101

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

5.3.2.2 AID

Conforme delimitação expressa anteriormente, a AID se compõe dos municípios de Presidente Kennedy e de Marataízes, localizados no estado do Espírito Santo, e do município de São Francisco de Itabapoana, pertencente ao estado do Rio de Janeiro. Destes, o município de Presidente Kennedy é o mais antigo, datando de abril de 1964, tendo sido desmembrado de Itapemirim. Marataízes foi desmembrado do município de Itapemirim em 1997, e São Francisco de Itabapoana do município de Barra de São João em 1995.

O município de Presidente Kennedy situa-se na Macrorregião Administrativa Sul e na Microrregião do Pólo Cachoeiro e se limita com Itapemirim (Norte), Atílio Vivácqua (Noroeste), Marataízes (Nordeste), Mimoso do Sul (Oeste), São Francisco de Itabapoana (no Estado do Rio de Janeiro - Sul) e Oceano Atlântico (Sudeste). Localizado nas mesmas macro e microrregiões administrativas que Presidente Kennedy, o município de Marataízes faz fronteira ao norte e a oeste com a cidade de Itapemirim, ao sul com Presidente Kennedy e a leste com o Oceano Atlântico, possuindo uma área de 135,402 km².

São Francisco de Itabapoana ocupa uma área de 1.117km², sendo o segundo maior município do estado do Rio de Janeiro em extensão territorial, correspondente a 11,5% da área da Região Norte Fluminense. Seus limites municipais são: Campos dos Goytacazes, presidente Kennedy (no Espírito Santo), Oceano Atlântico e São João da Barra.

A percepção que se tem ao observar a evolução populacional dos municípios da AID é que, especialmente entre 2000 e 2007 houve uma pequena agregação de novos residentes nos municípios.

A evolução populacional dos municípios da AID, e que constam da Tabela 5.3.2.2-1, mostra que houve um pequeno acréscimo de população, entre 2000 e 2007, nos municípios da AID capixaba, sendo este de 752 novos habitantes em Kennedy e de 618 em Marataízes. Este quadro evolutivo apresenta um aumento mais expressivo em São Francisco de Itabapoana, de 3.429 novos residentes no mesmo período.

Em se observando a participação estadual da população desses municípios, que é bem pequena, constata-se que Marataízes e Presidente Kennedy expressavam uma participação de 0,99% e de 0,31%, relativamente à população capixaba em 2000. Em 2007 esta relação passa a ser de 0,93% para Kennedy, mantendo-se no mesmo patamar para Marataízes, de 0,31%. São Francisco de Itabapoana detinha, em 2000, uma participação de 0,28% na população residente no estado do Rio de Janeiro e passou a ter uma participação pouco superior, de 0,29% em 2007.

Tabela 5.3.2.2-1: População dos Municípios da Área de Influência Direta

MUNICÍPIOS	1991	2000	2007
Presidente Kennedy	9.432	9.555	10.307
Marataízes	-	30.603	31.221
Total ES	2.600.618	3.097.498	3.351.669
São Francisco de Itabapoana	-	41.046	44.475
Total RJ	12.807.197	14.392.106	15.420.375

IBGE - Contagem de População 1996 e 2007.

A taxa média geométrica de crescimento da população nesses municípios no período de 1991 até 2000 e de 2000 até 2007, contidas na Tabela 5.3.2.2-2, mostra que os municípios da AID pertencentes ao território capixaba apresentavam taxas inferiores à taxa estadual. São Francisco de Itabapoana, ao contrário, manteve sua taxa de crescimento no período de 2000 até 2007 acima da média estadual, sendo sua taxa de 1,12 e a estadual de 0,99.

Comparando-se as taxas de crescimento entre os três municípios da AID, relativamente a 2000-07, verifica-se que Marataízes e São Francisco apresentam taxas de 0,29 e 1,12, respectivamente, enquanto Presidente Kennedy apresenta uma taxa de 1,09.

Tabela 5.3.2.2-2: Taxa média de crescimento geométrico da população dos municípios da AID e dos Estados (%).

MUNICÍPIOS	1991-2000	2000-2007
Marataízes	n/d	0,29
Presidente Kennedy	0,14	1,09
Espírito Santo	1,51	1,13
São Francisco de Itabapoana	-	1,12
Rio do Janeiro	1,30	0,99

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000. Contagem População 2007.

Nota: Os municípios de Marataízes e São Francisco de Itabapoana foram criados após 1991.

Obviamente que a evolução das taxas de crescimento vem muito atrelada à evolução urbana desses municípios ao que se percebe, através da Tabela 5.3.2.2-3, que imprime nesses períodos, especialmente em 2000, processo de crescimento urbano de maior intensidade em Marataízes do que nos outros dois municípios. Em 2000, a taxa de urbanização de Marataízes foi de 77,63, bem próxima à estadual, que foi de 79,52. Simultaneamente às taxas de urbanização de Presidente Kennedy e de São Francisco de Itabapoana, estiveram bem abaixo de suas correspondentes taxas estaduais, sendo de 26,49 e de 46,65, respectivamente.

Tabela 5.3.2.2-3: Taxa de Urbanização dos municípios da AID e dos Estados.

MUNICÍPIOS	1991	2000
Presidente Kennedy	20,29	26,49
Marataízes	n/d	77,63
Total ES	74,01	79,52
São Francisco de Itabapoana	-	46,65
Total RJ	95,25	96,04

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000.

A distribuição da população nestes municípios demonstra que se manteve, até 2000, o predomínio da população rural sobre a urbana nos municípios de Presidente Kennedy e de São Francisco de Itabapoana, o mesmo não tendo ocorrido em Marataízes. Desta forma tem-se, em 2000, um desenho populacional em que os dois primeiros municípios apresentam uma concentração populacional no meio rural, e o terceiro uma centralização da base população na área urbana.

Tabela 5.3.2.2-4: População residente por situação de domicílio - Municípios da AID 1980/2000.

Municípios	1991			2000		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Presidente Kennedy	1.914	7.519	9.433	2.529	7.019	9.548
Marataízes	-	-	-	23757	6846	30603
Total ES	1.924.588	676.030	2.600.618	2.462.437	635.061	3.097.498
São Francisco de Itabapoana	-	-	-	19.146	21.900	41.046
Total RJ	12.199.641	608.065	12.807.706	13.821.466	569.816	14.391.282

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

Nota: Para os municípios de Marataízes e São Francisco de Itabapoana foi considerado o ano 2000, após o seu desmembramento.

Em termos de densidade demográfica dos municípios da AID, apenas Marataízes mostra um quadro bem diferente dos outros dois municípios. Enquanto este apresenta densidade elevada, de 226,69 hab/km² em 2000 e de 231,27 hab/km² em 2007, os municípios de Kennedy e de São Francisco apresentaram uma densidade de 16,31 e de 36,6 hab/km² em 2000, e de 17,59 e 39,7 hab/km² em 2007, respectivamente.

Tabela 5.3.2.2-5: Densidade Demográfica (hab/km²): 1980 / 2007.

MUNICÍPIOS	1980	1991	2000	2007
Presidente Kennedy	16,73	16,09	16,31	17,59
Marataízes	-	-	226,69	231,27
ES	35,08	44,37	56,31	72,79
São Francisco de Itabapoana	-	-	36,6	39,7
RJ	257,2	291,7	327,5	350,89

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000. Contagem População 2007.

Em observância à Tabela abaixo, constata-se que o estoque de imigrantes em 2000 foi mais expressivo em Marataízes, comparativamente a Kennedy. O primeiro município detinha um número expressivo de imigrantes, sobretudo originários de Rio de Janeiro, 1897 pessoas, e de Minas Gerais, 1302 pessoas. No caso do município de São Francisco de Itabapoana, o principal grupo de imigrantes estabelecidos no seu território no ano 2000 tinha por origem o Espírito Santo. Seguia a este o estado de Minas Gerais, Bahia e São Paulo. Em todos os municípios da AID o estoque de estrangeiros, somados, não chegava a trinta pessoas, o que permite defini-lo como desprezível dentro de total do universo populacional.

Tabela 5.3.2.2-6: Estoque de Imigrantes nos municípios da AID, por origem - Municípios do estado e outros estados e países - 2000.

Município/Estado	Local de nascimento						
	Bahia	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Espírito Santo	Outros Estados	Exterior
Presidente Kennedy.	48	85	642	21	8 714	40	5
Marataízes	203	1 302	1 897	368	26 269	547	14
Espírito Santo	122 650	286 978	92 320	24 404	2 505 744	61 649	3 752
São Francisco de Itabapoana	170	287	40 144	95	615	155	9
Rio de Janeiro	194 413	601 474	11 780 192	143 357	229 355	1 310 212	133 101

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

● População Flutuante

É importante inserir na análise da dinâmica destes municípios a intensificação da população e, em consequência, da economia, e da pressão sobre os equipamentos e serviços, especialmente os de cunho social. Isto ocorre em função da atratividade exercida por esses municípios, em maior ou menor grau, devido ao fato de serem pontos de movimentação turística.

Ainda que a atividade turística desenvolvida por esses municípios seja de reduzida incorporação para a arrecadação municipal, ela tem funcionado, no período de veraneio, como uma importante fonte de renda e de trabalho para a comunidade local, o que é indiscutível na opinião dela.

Marataízes já foi um dos principais balneários de atração turística do Espírito Santo tempos atrás, o que determinou a instalação de equipamentos e de infraestrutura capaz de absorver a demanda turística para a região. Atualmente tem mantido um movimento turístico de veraneio atraindo pessoas que já detinham algum imóvel no balneário. O fato de ter descaracterizado sua praia principal pode ter sido um motivo de evasão de turistas para outros locais. No entanto, fora da sede municipal, encontram-se praias de beleza natural tais como a do Siri, dentre outras, que ainda mantêm a atratividade para a orla municipal.

Os municípios de São Francisco de Itabapoana e de Presidente Kennedy não têm a mesma atratividade turística que se incorporou a Marataízes. Suas praias, apesar de

belas e algumas bem preservadas, carecem de facilidade de acesso além de que a infraestrutura turística deixa muito a desejar. Apesar da carência de infraestrutura e serviços de apoio ao turismo, esses municípios têm recebido, especialmente no verão, e em algumas outras ocasiões, contingente relevante de turistas.

No período de veraneio, a Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana estima uma população de turistas em torno de 100 mil pessoas.

O período de veraneio provoca um incremento na população do município de Presidente Kennedy da ordem de 25% a 30%, com o número de veranistas oscilando entre 3.000 e 4.000 visitantes. Destes, cerca de 40% são proprietários de casas, 40% ficam hospedados em pousadas e camping, e 20% ocupam casas alugadas por temporada. Os turistas são provenientes, em sua maioria, do estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e de outros municípios do Espírito Santo.

5.3.2.3 ADA

Na ADA do empreendimento estão localizadas 10 comunidades já constituídas, umas mais recentes outras mais antigas, que se distribuem entre o território municipal de Presidente Kennedy, de Marataízes e de São Francisco de Itabapoana. Além dessas comunidades também se encontram, dentro da ADA do empreendimento, alguns loteamentos existentes há vários anos, estando alguns deles pouco adensados do ponto de vista das ocupações. Destaca-se ainda, dentro da ADA, a área correspondente à Igreja das Neves, bem histórico que data do século XVII, e a sede da Fazenda Muribeca.

As comunidades localizadas dentro do território municipal de Presidentes Kennedy são: Campo Novo, Criador, Santo Eduardo, Marobá, Jaqueira, Areinha e Praia das Neves. Boa Vista e Praia dos Cações são núcleos populacionais localizados dentro do município de Marataízes, bem próximos da divisa com o município de Presidente Kennedy. Barra de Itabapoana encontra-se dentro do município de São Francisco de Itabapoana no estado do Rio de Janeiro.

Apesar de serem loteamentos, Praia das Neves e Marobá serão trabalhados como comunidades dentro da ADA, visto já estarem constituídas como tal, havendo nelas infraestrutura e um adensamento populacional considerável.

Tabela 5.3.2.3-1: Comunidades, localização municipal, população e famílias residentes - ADA - 2009

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	HABITANTES	FAMÍLIAS
Presidente Kennedy	Marobá	449	153
	Jaqueira	716	211
	Areinha	392	124
	Campo Novo	278	85
	Santo Eduardo	370	122
	Criador	169	43
	Praia das Neves	76	31
Marataízes	Praia dos Cações (¹)	ND	ND
	Boa Vista (¹)	964	ND
São Francisco de Itabapoana	Barra o Itabapoana (²)	3.700	ND

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Kennedy/PSF -2009
 (¹)Agentes do PACS da Secretaria Municipal de Saúde de Marataízes -2009
 (²)Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana- 2009
 ND – Dado não disponível.

a) Comunidades da ADA

Campo Novo surgiu há mais de 60 anos, e, segundo dados do PSF, a população totaliza 278 habitantes.

A comunidade de **Criador** é tão antiga quanto Marobá, e foi fundada pela família Lima Cordeiro, cujos descendentes representam ainda hoje um percentual importante entre os 169 moradores e 43 famílias da localidade.

Santo Eduardo foi fundada há cerca de 50 anos e a população atual é de 370 habitantes.



Figura 5.3.2.3-1: Acesso a Santo Eduardo.
 Foto: Marília M. Sales (Out/09).

Jaqueira tem a segunda maior concentração de habitantes do município, somando 716 moradores e 211 famílias.

Os primeiros fazendeiros eram pecuaristas, e a agricultura era uma atividade secundária. Em função da "perda" temporária das áreas de pasto e da impossibilidade de grandes culturas como consequência dos alagamentos do rio Itabapoana, os fazendeiros declaravam que "o azar daqui é o rio". Esses fazendeiros constituíram o hábito de marcar encontros numa área onde havia um grande número de pés de Jaca, ou seja, sob a sombra das jaqueiras. Há mais de 70 anos, nesse local onde eram tratados os assuntos de interesse comum, foi instalado um pequeno comércio, dando origem ao povoado em terras doadas pelos fazendeiros.



Figura 5.3.2.3-2: Comunidade de Jaqueira – Casas populares.
Foto: Marília M. Sales (Set/09).

Areinha se constitui numa localidade cuja malha urbana se integra à de Jaqueira, estando composta por 392 moradores, segundo dados do PSF local.



Figura 5.3.2.3-3: Comunidade de Areinha.
Foto: Marília M. Sales (Set/09).

A localidade de **Praia das Neves** surgiu de loteamentos instalados a partir de 1972.

Segundo dados do PSF, Praia das Neves tem uma população de 71 habitantes e 31 famílias. Em um levantamento feito em 2007, contabilizou um total de 390 imóveis, inferior apenas aos números referentes à sede do município. Tendo como referência o número de famílias e estabelecendo uma relação com o total de casas existentes em Praia das Neves, é possível um exercício para estimar a população de turistas nos meses de verão, mesmo desconhecendo o fato de que novas construções possam ter sido erguidas entre 2007 e 2009. Subtraindo dos 390 imóveis os 31 que têm moradores permanentes, chega-se a um total de 359 que são ocupados por veranistas. Considerando que cada moradia recebe em média cerca de cinco pessoas, a população pode sofrer um incremento de 1.795 pessoas. Haveria ainda que incluir neste cálculo os veranistas que ocupam as áreas do Camping Brasil.



Figura 5.3.2.3-4: Praia das Neves – Beira mar.
Foto: Marília M. Sales (Set/09).

Marobá é uma comunidade antiga que foi instalada na costa de Presidente Kennedy, a partir da criação de loteamento na área. Na área existem dois loteamentos: Marobá, com 950 lotes e **Nova Marobá**, com 450 lotes, segundo informações de um dos representantes da empresa que comercializa os lotes e antigo morador e proprietário local.



Figura 5.3.2.3-5: Comunidade de Marobá/Pista de Motocross.
Foto: Marília M. Sales (Set/09).

As comunidades de **Praia dos Caçães e de Boa Vista** se localizam no território municipal de Marataízes, encontrando-se na sua faixa litorânea. Em Boa Vista, segundo dados do PAC local, existem 964 residentes na atualidade. Em Praia dos Caçães não foram disponibilizados dados sobre o número de residentes e de famílias.



Figura 5.3.2.3-6: Comunidade de Boa Vista – Acesso principal.
Foto: Marília M. Sales.

O período de veraneio provoca um incremento na população do município de Presidente Kennedy da ordem de 25% a 30%, com o número de veranistas oscilando entre 3.000 e 4.000 visitantes. Destes, cerca de 40% são proprietários de casas, 40% ficam hospedados em pousadas e camping, e 20% ocupam casas alugadas por temporada. Os turistas são provenientes, em sua maioria, do estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e de outros municípios do Espírito Santo.



Figura 5.3.2.3-7: Barra de Itabapoana e foz do Rio Itabapoana.
Foto: Cristian A. Senn (Out/09).

- **Loteamentos existentes na ADA**

Existem nas proximidades do empreendimento alguns loteamentos já constituídos, segundo informações locais e de representantes das empresas proprietárias de dois deles, tendo sido, a maioria deles, criada na década de 1970.

Dos loteamentos criados e ainda existentes, segundo informações de um dos encarregados em cuidar de alguns deles, constam:

- Praia das Neves, o único infraestruturado deles com cerca de 71 habitantes, acima descrito.
- Morada das Neves com apenas 1 residente fixo e seus familiares.
- Morada do Sol com 1 morador fixo e família.
- Recanto das Neves, Cidade Balneário Solimar e Condomínio Sincavir – sem residentes.
- Marobá (o maior em termos de adensamento populacional e número de residências já constituídas) e Nova Marobá.

- **Igreja das Neves e sede da fazenda Muribeca**

Não existem residentes nas proximidades destas edificações; entretanto, o advento da festa da Nossa Senhora das Neves tem trazido para a região cerca de 7 mil pessoas todo ano no mês de agosto. Esses fiéis que vêm de toda parte, especialmente do estado do

Rio de Janeiro, terminam instalando barracas e tendas e ficando no entorno do Santuário das Neves durante a festa da padroeira.



Figura 5.3.2.3-8: Igreja Nossa Senhora das Neves
Foto: Projeto Cardume – Marobá.



Figura 5.3.2.3-9: Procissão das Neves – Santuário das Neves
Foto: Projeto Cardume – Marobá.

5.3.2.4 Comunidades Tradicionais

Além das comunidades de pescadores, todas elas descritas na ADA do empreendimento, existe, no município de Presidente Kennedy, embora não situadas dentro da ADA, duas comunidades de Quilombolas, as comunidades de Cacimbinhas e de Boa Esperança. A primeira possui, na atualidade, 152 habitantes e 47 famílias. A segunda agrega 264 habitantes e 79 famílias, segundo dados disponibilizados pelo PSF do município.

Tabela 5.3.2.4-1: População residente nas Comunidades Quilombolas – presidente Kennedy - 2009

Comunidade	Habitantes	Famílias
Cacimbinha	152	47
Boa Esperança	264	79

Fonte: Levantamento de campo efetuado junto a agentes do PSF – Presidente Kennedy – Out/09.

Essas informações foram levantadas junto à Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, através da Secretaria Municipal de Cultura que também fornece informações para a Fundação Palmares.

Consta do cadastro de comunidades quilombolas da Fundação Palmares a existência de duas comunidades em Presidente Kennedy: Boa Esperança e Caçambinha, data da publicação no Diário Oficial da União, em 30/09/05.

5.3.3 Infraestrutura

Será caracterizada, neste item, a infraestrutura sociocomunitária existente nos municípios da AII e da AID do empreendimento, tal como solicitado no Termo de Referência, enfocando ainda a infraestrutura social na ADA. Serão trabalhados os aspectos relativos à educação, saúde, segurança, saneamento e abastecimento, eletrificação, transporte e comunicações em cada uma dessas áreas.

Sendo os municípios de Campos dos Goytacazes e de Cachoeiro de Itapemirim considerados polos regionais de desenvolvimento e atratividade, certamente que um dos aspectos de atração de negócios e de população encontra-se na infraestrutura e nos serviços (públicos e privados) disponíveis nesses municípios, além do porte de sua atividade comercial, o que se apresenta nas análises abaixo descritas, por setor social.

5.3.3.1 Saúde

AII

Segundo os dados expostos pelo CNES do Ministério da Saúde, a infraestrutura para atendimento da saúde nos municípios da Área de Influência Indireta do empreendimento conta com maior expressividade no município de Campos dos Goytacazes. Nesse

município encontram-se sediados dez hospitais gerais, enquanto que no município de Cachoeiro de Itapemirim se localizam quatro e apenas um em Itapemirim. No tocante a unidades básicas de saúde, Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim, somados, totalizam 32 estabelecimentos; Campos dos Goytacazes possui 67. Situação similar acontece com o número de prontos- socorros, sendo que entre os municípios capixabas somam 20 unidades e no município fluminense são 39.

O número de consultórios isolados também é uma referência de Campos dos Goytacazes: 519 consultórios. Entre Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim somam 207 unidades. Só referente a unidades de apoio à diagnose e terapia que o município de Cachoeiro de Itapemirim supera em número ao de Campos dos Goytacazes, apresentando 30 unidades perante as 27 do município fluminense.

Tabela 5.3.3.1-1: Capacidade instalada de unidades assistenciais por tipo nos municípios – AII - 2008.

Município / Tipos de Unidades	Unidade básica de Saúde	Policlínica	Consultório Isolado	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Clínica Especializada/ Ambulatório Especializado	Posto de Saúde	Pronto-Socorro Geral	Unidade de Vigilância em Saúde	Hospital Geral	Outros	TOTAL
Cachoeiro de Itapemirim	26	3	202	30	31	11	1	1	4	10	319
Itapemirim	6	4	5	6	5	9	0	1	1	1	38
Total ES	666	129	2.428	353	642	242	14	95	100	85	4.754
Campos dos Goytacazes	67	19	519	27	52	39	2	2	10	24	751
Total RJ	1.462	402	5.481	1.388	2.387	650	78	79	335	572	12.842

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES.

Sobre o número de leitos hospitalares existentes na AII, analisando aqueles definidos segundo especificidade da tabela abaixo, a tendência de Campos dos Goytacazes é de privilegiar o atendimento cirúrgico, como marcada liderança regional. No caso do estado do Rio de Janeiro, percebe-se também uma maior destinação de leitos para finalidades clínicas, o que induz imaginar a concentração que este município faz das atividades cirúrgicas regionais.

Já em Cachoeiro de Itapemirim, o maior número de leitos concentra-se no atendimento clínico, do mesmo modo que os destinados ao município de Itapemirim. Essa destinação dos leitos dos municípios capixabas é concordante com a dos leitos, em modo geral, do próprio estado.

Tabela 5.3.3.1-2: Distribuição de leitos hospitalares por tipo, na All – 2007.

Município / Leitos	Cirúrgico	Clínico	Complementar	Obstétrico	Pediátrico	Outras especialidades	Hospital / DIA	Total
Cachoeiro de Itapemirim	68	87	7	41	25	435	1	664
Itapemirim	10	18	0	10	17	0	0	55
Total ES	2.147	2.428	709	1.035	1.029	924	88	8.360
Campos dos Goytacazes	372	343	155	143	207	536	0	1.576
Total RJ	12.196	14.484	4.969	4.927	4.190	12.622	1.164	54.552

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES.

Em consonância com os dados anteriores, Campos dos Goytacazes apresenta números mais expressivos também em relação aos recursos humanos existentes no setor de saúde, frente aos demais municípios da All. Esse município detém, em 2007, 4.507 profissionais, sendo composto por 2.116 médicos, 1.901 profissionais diversos, 226 enfermeiros e 264 odontólogos. Com 2.319 profissionais no setor, Cachoeiro aparece com 1.619 médicos, 109 enfermeiros, 153 odontólogos e 438 outros profissionais atuantes na saúde. Itapemirim, dentro de sua estrutura bem menor, comparativamente aos outros dois, possui, em 2007, 208 profissionais no setor.

Do total de recursos humanos do Espírito Santo na área de saúde, e contabilizado no Datasus, Cachoeiro representa 6,94% enquanto Campos, no contexto dos RHs (pela mesma fonte) disponíveis no Rio de Janeiro, representa 2,07%.

Tabela 5.3.3.1-3: Recursos humanos existentes nos municípios da AII – 2007.

Municípios	Tipo de recurso				Total de RH
	Nº total de enfermeiros	Nº total de médicos	Nº total de cirurgião dentista	Nº total de outros profissionais	
Cachoeiro de Itapemirim	109	1619	153	438	2319
Itapemirim	15	98	14	81	208
Total ES	1.895	18.158	2.833	10.512	33.398
Campos dos Goytacazes	226	2.116	264	1.901	4507
Total RJ	11.206	59.498	6.946	53.625	131.275

Fonte: DATASUS – CNES – 2008.

AID

Para caracterização da infraestrutura na área de saúde dos municípios que compõem a Área de Influência Direta do empreendimento, foram levantados dados do ano 2009 que demonstram a capacidade de atendimento médico de cada unidade territorial. Essa capacidade fica explicitada pela quantidade de UBS, policlínicas, consultórios médicos isolados e outros estabelecimentos que permitam a assistência médica de moradores ou pessoal em trânsito nessas localidades. Ao observar essas informações e comparar com o estudo demográfico realizado no item anterior, observa-se a boa infraestrutura do município de Presidente Kennedy perante a oferecida, em média, pelo estado do Espírito Santo. Em efeito, se levada em consideração a população dos dados da contagem de 2007, observa-se que no município de Presidente Kennedy existe uma unidade básica de saúde para cada 1472 munícipes. No caso da proporção média estadual, há uma unidade básica de saúde para cada 5032 habitantes. Em contrapartida, o município de Presidente Kennedy carece de policlínicas, unidades de apoio, diagnose e terapia, ou de consultórios isolados.

O município de Marataízes, mesmo sem possuir unidades básicas de saúde, conta com uma boa infraestrutura caracterizada por três policlínicas e três clínicas especializadas. O número de postos de saúde espalhados pelo território municipal chegou à quantidade de onze no presente ano. Quando o assunto é hospital, o único município dos componentes da AID em possuir um é o de São Francisco de Itabapoana. Mesmo sendo um município de escassos recursos e dos menores índices de desenvolvimento do norte fluminense, na área de saúde consegue possuir melhor infraestrutura que seus pares capixabas.

Tabela 5.3.3.1-4 - Capacidade instalada de unidades assistenciais por tipo nos municípios – AID - 2009.

Município / Tipos de Unidades	Unidade básica de Saúde	Policlínica	Consultório Isolado	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Clínica Especializada/ Ambulatório Especializado	Posto de Saúde	Pronto Socorro Geral	Unidade de Vigilância em Saúde	Hospital Geral	Outros	Total
Presidente Kennedy	7	0	0	0	0	0	0	0	0	2	9
Marataízes	0	3	10	4	3	11	1	0	0	3	35
Total ES	666	129	2.428	353	642	242	14	95	100	85	4.754
São Francisco de Itabapoana	20	1	2	3	1	0	2	0	1	1	31
Total RJ	1.462	402	5.481	1.388	2.387	650	78	79	335	572	12.842

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES.

Pelo indicado acima, o único município em contar com leitos hospitalares é o de São Francisco de Itabapoana, sendo que a maioria dos 45 leitos disponíveis em 2008 era para fins clínicos, contabilizados estes em número de 19. Seguem a estes os 12 leitos obstétricos, 9 cirúrgicos, 4 pediátricos e um disponível para outra especialidade não declarada.

Para os municípios de Presidente Kennedy e de Marataízes, não havia leitos disponíveis constantes do sistema do Datasus pelos dados deste sistema relativos a 2008.

Tabela 5.3.3.1-5: Distribuição de leitos hospitalares por tipo – AID- 2008.

Município / Leitos	Cirúrgico	Clínico	Complementar	Obstétrico	Pediátrico	Outras especialidades	Hospital / DIA	Total
Presidente Kennedy	0	0	0	0	0	0	0	0
Marataízes	0	0	0	0	0	0	0	0
Total ES	2.147	2.428	709	1.035	1.029	924	88	8.360
São Francisco de Itabapoana	9	19	0	12	4	1	0	45
Total RJ	12.196	14.484	4.969	4.927	4.190	12.622	1.164	54.552

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES.

A composição do número de profissionais da saúde resulta também amplamente favorável ao município de São Francisco de Itabapoana. O número de médicos neste município (112) chega ser quase três vezes os existentes em Marataízes (40) e quase quatro vezes os que exercem sua profissão em Presidente Kennedy (30). Em menor proporção, o número de odontólogos no município fluminense (23) é também maior do que nos municípios capixabas (14 e 9). Já o número de enfermeiros em Presidente Kennedy (14), por conta do número de UBS, consegue ser superior ao de São Francisco de Itabapoana (13).

Tabela 5.3.3.1-6: Recursos humanos existentes nos municípios da AID – 2008.

Municípios	Tipo de recurso			
	Nº total de enfermeiros	Nº total de médicos	Nº total de odontólogos	Total de RH
Presidente Kennedy	14	30	9	53
Marataízes	8	40	14	62
Total ES	2.127	9.885	2.739	14.751
São Francisco de Itabapoana	13	112	23	148
Total RJ	11.857	48.176	7.831	67.864

Fonte: DATASUS – CNES – 2008.

Situação Atual da Saúde em Presidente Kennedy

O Plano Municipal de Saúde 2010-2013 deixa registrada na introdução a preocupação em capacitar a rede de serviços públicos de saúde prevendo um aumento da demanda, uma vez que:

“[...] o município de Presidente Kennedy terá suas ações voltadas para a transformação, pois será construído um complexo portuário, onde haverá um grande impacto na economia local, atraindo muitos imigrantes que virão atrás de emprego.”

Segundo fontes da Secretaria de Saúde, a cidade de Presidente Kennedy era pacata, mas após o início das atividades de uma empresa petrolífera, começou a ser registrado um aumento da população.

Para a prestação de serviços hospitalares, o município de Presidente Kennedy conta hoje com um Pronto Atendimento que disponibiliza um total de 21 leitos, sendo 10 destinados a emergência. Esta insuficiência leva a que os pacientes busquem atendimento hospitalar em Cachoeiro de Itapemirim.

Encontra-se em funcionamento um total de cinco PSF que atingem 100% de cobertura, sendo que quatro são mantidos pelo Ministério da Saúde e um pela Prefeitura Municipal. Para a Secretaria de Saúde, a “estratégia de saúde da família demonstrou ser a forma mais eficaz de fortalecimento da atenção básica, considerando a grande extensão territorial do município, as diferenças loco-regionais, com áreas de maior concentração populacional (litorânea) e áreas onde predomina grandes pastagens, com baixa

densidade demográfica”. Esta última característica impõe um esforço maior para garantir a assistência à saúde da família.

Segundo a Secretaria de Saúde, as transformações recentes no cotidiano de Presidente Kennedy causadas pela atração de população em busca de trabalho provocaram o aumento da demanda para os serviços de saúde e também para os serviços assistenciais mantidos pela PMPK, além do aumento da violência e da pressão por imóveis. Os principais problemas de saúde detectados mais recentemente são o alcoolismo e outras drogas, a gravidez na adolescência, os acidentes com motociclistas jovens, em sua grande maioria, e o aumento dos transtornos mentais.

O Plano Municipal de Saúde 2010-2013 prevê ações e metas que estão detalhadas no item de planos, programas e projetos na AID.

ADA

Na área da ADA estão instaladas as seguintes unidades de saúde: Unidade de Saúde de Jaqueira (sede do PSF III), Unidade de Saúde de Marobá (sede do PSF V), que contam com equipes integradas por um médico, um enfermeiro, um odontólogo, um técnico de enfermagem, um auxiliar de saúde, agentes comunitários de saúde e apoio de fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo e nutricionista. Em Santo Eduardo há uma unidade sanitária de apoio que conta com um enfermeiro e um técnico de enfermagem, mas está prevista a construção de uma nova unidade.



Figura 5.3.3.1-1: Unidade de Saúde de Jaqueira
Foto: Marília M. Sales (Out/09).

O PSF disponibiliza um agente de saúde para a localidade de Praia das Neves, e um médico faz consultas a cada 15 dias nas dependências do antigo posto telefônico. A alternativa para os moradores em busca de assistência médica são as unidades de Marobá ou de Barra de Itabapoana.

Em Boa Vista há uma unidade de saúde, e as consultas médicas são realizadas três vezes por semana. Tanto Boa Vista quanto Praia dos Cações contam com agentes comunitários de saúde do Programa de Agente Comunitário de Saúde (PACS) da Secretaria Municipal de Saúde de Marataízes. O PSF ainda não foi implantado no município, funcionando apenas o PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

Em Barra de Itabapoana encontram-se em funcionamento duas unidades de saúde: a Unidade Mista de Saúde Domires Machado e a unidade do Programa de Saúde da Família (PSF).



Figura 5.3.3.1-2: Unidade de Saúde de Barra de Itabapoana
Foto: Cristian A. Senn (Out/09).

5.3.3.2 Educação

All

Segundo as informações contidas no Censo Escolar 2009 publicado pelo MEC, mais da metade dos estabelecimentos de ensino do município de Campos dos Goytacazes corresponde à administração municipal. Este indicador é ainda mais importante em Cachoeiro de Itapemirim, onde os estabelecimentos municipais representam 62% do total, e mais forte ainda em Itapemirim, com uma representatividade de quase 87% de estabelecimentos municipais. Destaca-se que no Estado do Espírito Santo a composição

de estabelecimentos municipais é de 67% do total, enquanto no Rio de Janeiro é de pouco mais de 44%.

Tabela 5.3.3.2-1: Número de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa nos municípios da AII – 2009.

Dependência administrativa	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Cachoeiro de Itapemirim	1	30	77	16	124
Itapemirim	0	5	45	2	52
Total ES	21	918	3.297	669	4.905
Campos dos Goytacazes	2	59	231	111	413
Total RJ	47	1.869	5.936	5.550	13.402

Fonte: MEC, Censo Escolar 2009.

Com base nos resultados estatísticos do INEP, quase 55% do total de matrículas escolares no município de Cachoeiro de Itapemirim do ano 2009 corresponderam a estudantes do ensino fundamental, seguido por 17% do ensino infantil e 14,5% do ensino médio. A educação de Jovens e Adultos ficou com pouco mais de 11% das matrículas, e o ensino profissionalizante com 2,6% destas.

No município de Itapemirim, 60% das matrículas escolares de 2009 corresponderam ao ensino fundamental, proporção próxima da média estadual que, neste mesmo ano, foi de 59,6%. Segue a esta o ensino infantil com 16,4% e o ensino médio com 11,02%. A educação de jovens e adultos no município de Itapemirim atingiu os 9,72% do total de matriculados.

Na análise do município fluminense de Campo dos Goytacazes, o número de matrículas do ensino fundamental de 2009 chegou a quase 56%, seguido por 15,15% de matrículas do ensino infantil e 13,5% da educação de jovens e adultos. O ensino médio ficou com a quarta posição em número de matrículas, participando com 11,78% do total de matrículas. Por último, o número de matrículas do ensino profissionalizante foi de 3,82%, mais do dobro que a proporção estadual que, no ano de 2009, foi de 18,16% das matrículas escolares de todo o Rio de Janeiro.

Tabela 5.3.3.2-2: Matrículas por nível de ensino nos municípios da All – 2009.

Municípios	Matrículas/nível de ensino					
	Educação infantil	Ensino fundamental	Ensino médio	Eja	Educação profissionalizante	Total
Cachoeiro de Itapemirim	8.896	28.315	7.488	5.757	1.336	51.792
Itapemirim	1.653	5.232	957	844	0	8.686
Total ES	146.264	533.139	130.572	65.295	19.237	894.507
Campos dos Goytacazes	20.428	75.210	15.885	18.194	5.148	134.865
Total RJ	457.602	2.308.564	622.011	432.028	70.643	3.890.848

Fonte: INEP – Censo Escolar 2009.

As IES - Instituições de Ensino Superior na All encontram-se concentradas nos municípios de Campos dos Goytacazes e de Cachoeiro de Itapemirim.

Em Campos existem 10 IES, sendo uma Universidade e 9 centros universitários e faculdades. A UENF – Universidade do Norte Fluminense encontra-se neste município sendo composta por uma estrutura que comporta, atualmente, 18 cursos de graduação e 14 de pós-graduação e encontra-se localizada no Campus Leonel Brizola. Além das unidades de ensino, o Campus abriga o Hospital Universitário da Uenf, o Centro de Conveções da Uenf (Apito), o Parque das Energias Alternativas, a Fundação Estadual do Norte Fluminense (Fenorte), o Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense (TECNORTE) e a TEC CAMPOS.

As demais IES localizadas em Campos dos Goytacazes são:

- Centro Universitário Fluminense,
- Faculdade de Medicina de Campos,
- Escola Superior de Administração e Negócios Norte Fluminense,
- Faculdade Batista Fluminense,
- Centro de Ciências do Homem da UENF,
- Instituto de Ciências da Sociedade e desenvolvimento Regional,
- Instituto Federal Fluminense,
- Instituto Universitário Cândido Mendes – Campos,
- Instituto Superior de Ensino do Censa.

As instituições de ensino superior que funcionam no município de Cachoeiro de Itapemirim são:

- Centro Universitário São Camilo - Espírito Santo - CUSC (30 cursos),
- Faculdade do Espírito Santo - UNES (administração, biomedicina, ciência da computação, direito, engenharia de petróleo e gás e sistema de informação),
- Faculdade de Tecnologia Cachoeiro de Itapemirim - FACI (Curso Superior de tecnologia em: gestão de recursos humanos, gestão de sistemas informatizados e rochas ornamentais).
- Faculdade de Direito de Cachoeiro do Itapemirim - FDCI (direito).
- Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Cachoeiro do Itapemirim - FACCACI (administração e ciências contábeis).

AID

Em nenhum município da AID se observou a presença de estabelecimentos educacionais federais.

No tocante aos estabelecimentos de ensino da órbita estadual, São Francisco de Itabapoana possui um estabelecimento por cada pouco mais de 4900 habitantes, totalizando 9 estabelecimentos. Em Presidente Kennedy a situação não é muito diferente, pois há um estabelecimento a cada 5100 habitantes, dos 2 existentes nesta órbita. Já em Marataízes, o número de estabelecimentos educativos estaduais é de um a cada 10400 habitantes, pelo qual respondem 3 estabelecimentos.

No caso dos estabelecimentos da administração municipal, em Presidente Kennedy e em São Francisco de Itabapoana observa-se uma disponibilidade muito próxima, com um estabelecimento a cada 468 e 483 habitantes. Entretanto se verifica uma drástica diferença no número de estabelecimentos municipais, com 22 estabelecimentos no primeiro município e 92 no segundo. Em Marataízes, o número de estabelecimentos por habitante é levemente superior à média estadual, com 1115 habitantes por escola no

município e 1016 habitantes por escola no estado. Nesse município estão instalados 28 estabelecimentos municipais.

Os centros educativos privados são distinção de Marataízes. Nesse município existe uma escola privada a cada 5000 habitantes, enquanto em São Francisco de Itabapoana é uma escola privada a cada 8900 habitantes e, em Presidente Kennedy, uma escola a cada 10300 habitantes. Olhando pelo número de estabelecimentos, Marataízes possui 6 de dependência privada, frente a 5 de São Francisco de Itabapoana e apenas 1 em Presidente Kennedy.

Tabela 5.3.3.2-3: Número de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa nos municípios da AID – 2009.

Dependência administrativa	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Presidente Kennedy	0	2	22	1	25
Marataízes	0	3	28	6	37
Total ES	21	918	3.297	669	4.905
São Francisco de Itabapoana	0	9	92	5	106
Total RJ	47	1.869	5.936	5.550	13.402

Fonte: MEC, Censo Escolar 2009.

No tocante ao número de matrículas por nível de ensino nos estabelecimentos educacionais da Área de Influência Direta (segundo dados de matrículas em 2009 disponibilizados pelo INEP), o maior número de educandos encontra-se no município de Marataízes, com 14.299 estudantes. Este número encontra sua principal base no número de estudantes do ensino fundamental, de 10.493.

No referente ao ensino médio, o maior número de alunos encontra-se no município de São Francisco de Itabapoana, que perfaz 1225 alunos matriculados em 2009. Segue-se a este Marataízes, com 1177 alunos.

No ensino infantil, o maior número de matrículas refere-se a São Francisco de Itabapoana, com 2590, seguido, novamente, por Marataízes, com 1421 alunos matriculados em 2009.

NO EJA - Ensino de Jovens e Adultos, esses dois municípios acima citados apresentam proximidade, em torno de 1200 matrículas em 2009, não havendo educação profissionalizante em nenhum dos três municípios da AID.

Tabela 5.3.3.2-4: Matrículas por nível de ensino nos municípios da AID – 2009.

Municípios	Matrículas/nível de ensino					
	Educação infantil	Ensino fundamental	Ensino médio	Eja	Educação profissionalizante	Total
Presidente Kennedy	375	1.650	604	397	0	3.026
Marataízes	1.421	10.493	1.177	1.208	0	14.299
Total ES	146.264	533.139	130.572	65.295	19.237	894.507
São Francisco de Itabapoana	2.590	7.728	1.225	1.249	0	12.792
Total RJ	45.760,2	23.085,64	62.201,1	432.028	70.643	3.890.848

Fonte: INEP – Censo Escolar 2009.

Não estão cadastradas IES nos municípios da AID. Vale destacar que, no geral, as demandas por ensino superior têm sido supridas por estabelecimentos localizados especialmente em Cachoeiro de Itapemirim e em Campos dos Goytacazes, além de outras faculdades pulverizadas em municípios da circunvizinhança como Alegre, que possui uma unidade de ensino pertencente à UFES relacionada ao ensino agrônômico (CAUFES) além de outras faculdades.

ADA

Os equipamentos de educação existentes na área da ADA são: Escola Pluridocente de Marobá (ensino fundamental), EPG Bery Barreto de Araújo/Jaqueira (educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos), Escola de Areinha (educação infantil), Escola Pluridocente Santo Eduardo (ensino fundamental).



Figura 5.3.3.2.-1: Escola Municipal – Jaqueira.
Foto: Marília M. Sales (Out/09).

Há 12 anos foi desativada a escola localizada em Criador, e as crianças que cursam o ensino fundamental o fazem na escola de Jaqueira e as do ensino médio em Presidente Kennedy.

Em Praia das Neves não há escola; as crianças estudam em Jaqueira.

Nas comunidades de Praia dos Cações e de Boa Vista funcionam escolas municipais que oferecem ensino fundamental e pré-escola.

Em Barra de Itabapoana funciona a Escola Estadual Ana Nunes Viana, que oferece ensino fundamental e médio, a Escola Municipal Décio Machado, que disponibiliza ensino fundamental e educação de jovens e adultos, a Escola Sonho das Letras (particular) que oferece ensino de pré-escola e o Programa Curumim/Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

5.3.3.3 Segurança

All e AID

No item referente à segurança, pela interdependência existente entre os diferentes municípios da região, cabe sua análise de forma conjunta e não dividindo em Áreas de Influência Direta e Indireta. Assim, para as áreas de influência do empreendimento em estudo, a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo conta com a presença do 9º Batalhão para o atendimento dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Iconha, Marataízes e Rio Novo do sul.

Segundo informações mais atuais, o número de efetivos do 9º Batalhão foi incrementado substancialmente, passando para 209 efetivos no ano de 2008. Ainda na mesma área de jurisdição, segundo informações de 2008, encontra-se a 9ª Companhia Independente da Polícia Militar, tendo por área de atuação Marataízes, Itapemirim e Rio Novo do Sul. Para o atendimento desta área, a Companhia conta com 82 efetivos para os municípios contidos na AI (Pres. Kennedy, Marataízes e Itapemirim).

Tabela 5.3.3.3-1: Estrutura organizativa da Polícia Militar do Espírito Santo, por área de atuação e número de efetivo policial – 2008.

CPO sul	Sede	Atuação	Efetivo	Hab X PM
9º Batalhão de Polícia Militar	Cachoeiro do Itapemirim	Cachoeiro do Itapemirim	209	914,03
9ª Companhia Independente da Polícia Militar	Itapemirim	Marataízes	45	770,93
		Itapemirim	21	1.492,10
		Presidente Kennedy	16	601,13
		Rio Novo do Sul	19	917

FONTE: Polícia Militar do Espírito Santo (www.pm.es.gov.br). Acesso em: Nov/2009.

Ainda com base na tabela anterior, verifica-se que o número de efetivos relativamente à população municipal é superior em Itapemirim, representando uma relação de 1.492,1 hab/policial militar. Em seguida vem Cachoeiro de Itapemirim com 914,03 habitantes/PM, e Marataízes, com 770,93 hab/PM. Presidente Kennedy, dentro da AI do empreendimento aparece em quarta colocação, com 601,13.

ADA

Presidente Kennedy, incluindo as localidades da ADA, pode ser considerado ainda hoje como um município pacato que não demanda do poder público ações ostensivas para combate de violências. No entanto, conforme informações de fontes da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Assistência Social, esta realidade começa a modificar-se como consequência da atração de população em busca de trabalho: em apenas três meses, 38 famílias se instalaram na sede do município atraídas pela possibilidade de conseguir emprego. A exemplo do que ocorre em grande parte das cidades brasileiras, registra-se, inclusive nas localidades da ADA, como Jaqueira, o aumento do consumo de drogas.

Nos meses de verão, é instalado em Marobá um posto policial, que atende também a Praia das Neves, visando coibir tentativas de assaltos e arrombamentos. Na sede de

Presidente Kennedy funciona uma DPM e uma Delegacia Policial. A prefeitura tem projeto de criação da guarda municipal para atender todo o município. Uma empresa de segurança particular, a SegMax, foi instalada na região e tem sede nas proximidades de Campo Novo. Esta empresa também atende à demanda por segurança na comunidade de Praia das Neves segundo representantes locais entrevistados, visto que é deficiente o sistema de segurança público municipal.

Em Barra de Itabapoana, um dos principais problemas registrados na localidade, segundo um morador, é o aumento dos casos de violência, inclusive homicídios, que estão diretamente relacionados ao consumo e tráfico de drogas (maconha, cocaína, crack, etc.). Em Barra de Itabapoana funciona o Departamento de Polícia Ostensiva (DPO), do 8º Batalhão da Polícia Militar.

5.3.3.4 Transporte

All e AID

- Sistema rodoviário de transporte

Tanto a All como a AID do empreendimento são servidas por importantes rodovias federais e estaduais no cenário regional sudeste, que interligam os principais polos econômicos macrorregionais e, conseqüentemente, absorvem uma parcela significativa do transporte de cargas e de passageiros do país, tais como as BR-101, operada pelo atual Departamento Nacional de Infraestrutura de transportes – DNIT, ligado ao Ministério dos Transportes, além de diversas rodovias estaduais operadas pelo Estado do Rio de Janeiro através da Fundação Departamento de Estrada de Rodagem – DER-RJ e ao DER - ES.

A BR-101 é uma rodovia federal que interliga, de norte a sul, as cidades do litoral do país. Essa rodovia integralmente pavimentada apresenta, ao longo de seu traçado, características bastante diversas, especialmente quanto às seções transversais e aos volumes médios diários de tráfego ocorrentes.

Já a rodovia ES-060 se desenvolve junto ao litoral capixaba desde o Município de Presidente Kennedy até Vila Velha. Essa rodovia foi recentemente pavimentada e atualmente apenas pequenos trechos dela se encontram ainda sem pavimentação, entre

os municípios de Marataízes e de Presidente Kennedy. Além destas, existem diversas rodovias estaduais de acesso às diversas localidades do litoral de ambos os estados, todas pavimentadas, com pista única e duplo sentido de tráfego.

Nessa região o transporte rodoviário é o que atende a maior parte da demanda local.

O acesso pavimentado aos municípios da AII é efetuado através das seguintes rodovias:

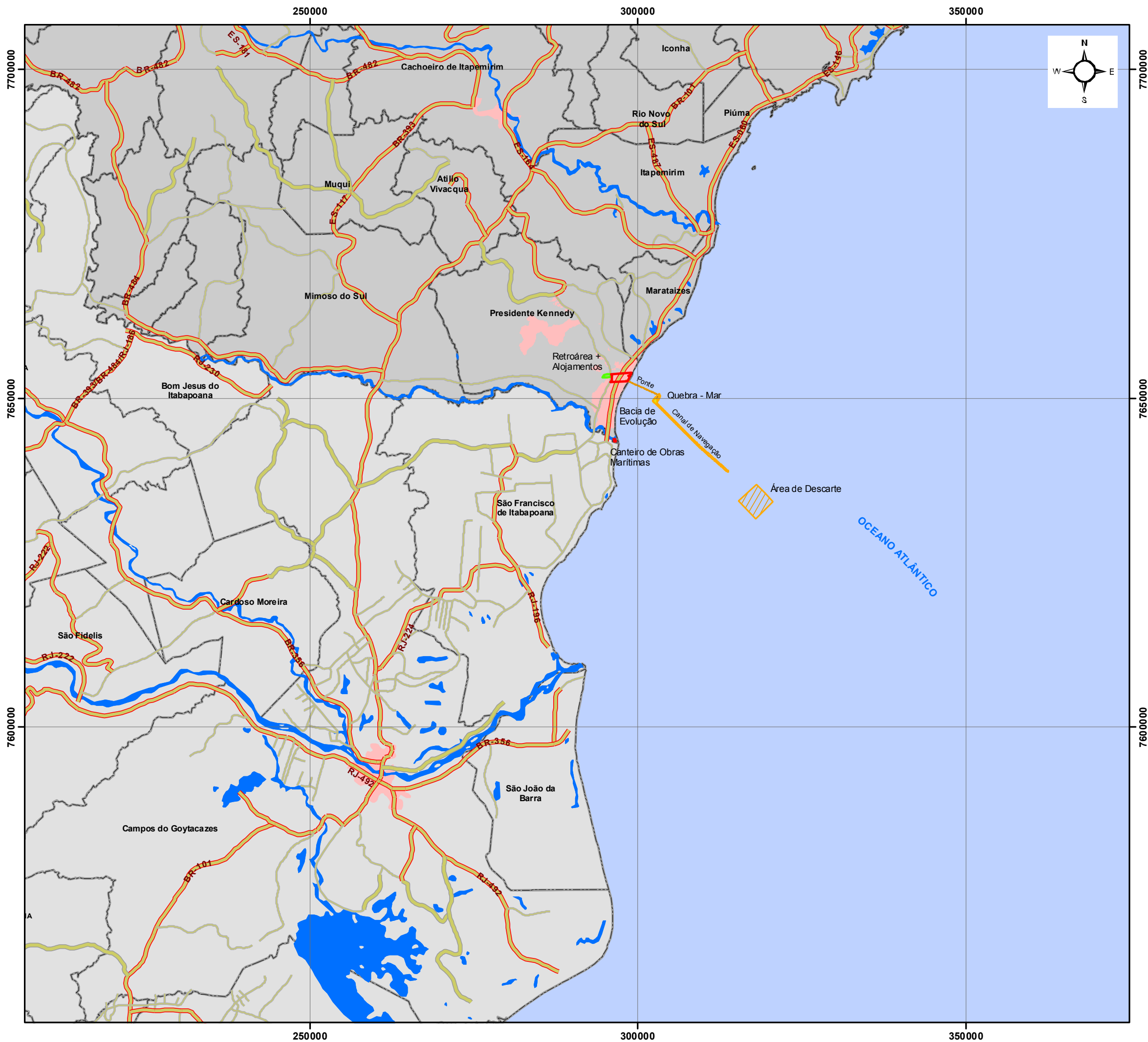
- BR-101 – perpassa a sede municipal de Campos e possui vias de ligação com Itapemirim e com Cachoeiro.
- ES-490 - Município de Itapemirim à BR-101.
- Rodovia Safra- Cachoeiro - ligação Cachoeiro até a BR-101.

Desde Cachoeiro de Itapemirim outras vias existem dando acesso aos municípios localizados na região Caparaó e na região centro serrana do Espírito Santo, o que permite acesso a partir da sede cachoeirense. Da mesma forma, a sede municipal de Campos serve de entroncamento a vários acessos para os municípios localizados no norte fluminense e em seu entorno.













As principais vias de ligação na região onde estão localizados os municípios da AID do empreendimento são:

- ES-060 Municípios de Itapemirim, Marataízes e de Presidente Kennedy
- ES-162 Município de Presidente Kennedy
- ES-297 Município de Presidente Kennedy
- ES-490 Municípios de Itapemirim e Marataízes
- RJ-224: São Francisco de Itabapoana à BR-101

O Mapa 5.3.3.4-1 apresenta as vias citadas anteriormente.

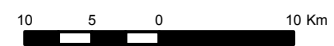




Legenda

-  Bacia de Evolução
-  Ponte de Acesso / Canal de Navegação
-  Quebra Mar
-  Vias de Acesso
-  Rodovias Principais - Estaduais e Federais
-  Área de Descarte
-  Nucleos Urbanos
-  Cursos D'Água
-  Retroárea/ Canteiro de Obras Marítimas
-  Área dos Alojamentos
-  Limite Estadual - Espírito Santo
-  Limite Estadual - Rio de Janeiro

EIA DA PLANTA DE FILTRAGEM E TERMINAL PORTUÁRIO PRIVATIVO - PK - ES

Figura 5.3.3-4 Mapa de Vias de Acesso

Dados Cartográficos:	Coordenadas UTM Datum: WGS 84 Fuso: 24S
Fonte:	Base Cartográfica - SF24 - IBGE / GEOBASE 342028-A000-AJ42001_R1 WGS84-SC
Escala Gráfica:	Escala: 1:560.000
	
Elaborado Por:	Data:
Marta Oliver	Dezembro/2009

- Marítimo

Não existe porto instalado nos municípios da All e da AID; entretanto, esses municípios dispõem de barcos de passeio que oferecem rotas turísticas ao longo da costa, além de possuírem um grande número de barcos pesqueiros que se utilizam dos terminais pesqueiros existentes na região. Uma das expectativas da comunidade pesqueira nessas áreas é, justamente, terem um terminal pesqueiro na costa de Presidente Kennedy que facilite a atracação de embarcações nessa região, o que tem sido colocado como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da atividade para esses municípios, especialmente para presidente Kennedy.

- Sistema ferroviário e aeroviário

O transporte ferroviário regional está a cargo da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., concessionária da Malha Centro-Leste, privatizada pela Rede Ferroviária Federal em 1996. A malha Centro-Leste totaliza 7.080 km e liga o Estado do Rio de Janeiro a Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Sergipe. Movimenta, principalmente, derivados de petróleo, calcário, cimento, farelo de soja, álcool e ferro gusa.

O trecho da ferrovia que percorre os municípios da Área de Influência perpassa o município de Campos dos Goytacazes ligando-se com Niterói e a capital do Rio de Janeiro. Ao norte, faz ligação com o porto de Vitória no Estado do Espírito Santo, permitindo ligação com a ferrovia Vitória-Minas, operada pela Companhia Vale do Rio Doce.

Quanto ao transporte aéreo, o município de Campos dos Goytacazes dispõe de um aeroporto localizado nas imediações da sede urbana, na entrada da BR-101, km-5, da Rodovia Campos/Vitória. Este acesso passa por uma linha férrea, controlada pela Ferrovia Centro Atlântica, interligando, por esse trecho, os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. O aeroporto Bartolomeu Lisandro recebe voos regulares provenientes do Rio de Janeiro (Santos Dumont x Campos x Santos Dumont).

ADA

Não são pavimentadas as estradas que dão acesso à localidade de Praia das Neves e, nestas, também não há calçamento das ruas do interior das comunidades. Os povoados de Jaqueiras, Areinha, Santo Eduardo e Criador estão situados próximo à ES-162, mas o acesso imediato não recebeu pavimentação. Campo Novo é cortada pela ES-162, mas as ruas do povoado não são calçadas. As localidades de Marobá, Jaqueira e Criador têm calçamento nas áreas mais adensadas.

Os 392 moradores de Areinha estão distribuídos numa área mais dispersa; o traçado das ruas é relativamente ordenado, mas não há pavimentação.

Criador está situada a 10 km da sede do município, e a estrada é asfaltada, mas os 800m de acesso à localidade não são pavimentados nem têm iluminação pública. No interior do povoado, parte das ruas recebeu calçamento, mas nas áreas menos adensadas, as vias ainda não foram pavimentadas.

As ruas do interior da comunidade de Santo Eduardo não são pavimentadas, mas a estrada que dá acesso é asfaltada.

A estrada que dá acesso ao balneário de Praia das Neves não é pavimentada.

O acesso às localidades de Praia dos Cações e Boa Vista, estas localizadas no território municipal de Marataízes, é feito por estrada asfaltada, mas, nesta última, o acesso imediato de cerca de 1,5 km ainda não foi pavimentado. O interior das duas comunidades encontra-se parcialmente calçado.

A RJ 224, conhecida como Estrada Antiga, liga Barra de Itabapoana à sede do município, e encontra-se pavimentada desde o Trevo do Batelão até a divisa com o Espírito Santo, mas o trecho de cerca de 3 km da Rua das Máquinas, que dá acesso imediato, não é pavimentado. A RJ 196, conhecida como Estrada Nova, também liga Barra de Itabapoana a São Francisco de Itabapoana, mas a interligação é feita passando pelo litoral.

Quanto ao sistema de transporte de passageiros, desde o dia 13 de novembro de 2009 a PMPK disponibilizou ônibus gratuito para os moradores das localidades do interior. Os ônibus partem das localidades de Santa Lúcia, Bela Vista, Campo Novo, Gromogol e Marobá e fazem o percurso interior/sede e sede/interior incluindo no itinerário vários outros povoados. São duas viagens diárias, uma no período matutino e outra no vespertino. Desde 2001, a PMPK disponibiliza também um total de 24 ônibus gratuitos, sendo que dois fazem o transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do município, 15 transportam estudantes dentro do próprio município e sete transportam estudantes que fazem faculdade ou cursos de qualificação em Campos e Cachoeiro de Itapemirim. A Viação Costa Sul faz as linhas comerciais Presidente Kennedy/Cachoeiro de Itapemirim (11 horários), Presidente Kennedy/Barra de Itabapoana (três horários), passando por Praia das Neves, Presidente Kennedy/Marataízes (três horários). Encontra-se asfaltada apenas a ES-162, que cruza o município desde a divisa com Itapemirim, passando pela sede e chegando até Marobá. Os serviços de transporte coletivo podem ser classificados como precários em Presidente Kennedy, quer seja como consequência das poucas linhas comerciais disponíveis, quer seja pelas condições das estradas, uma vez que apenas a ES-162 é pavimentada. Não há linha de ônibus para o trecho Vitória/Presidente Kennedy.

A Viação Sudeste atende os moradores de Boa Vista, disponibilizando uma linha para Cachoeiro de Itapemirim com uma viagem diária de ida e volta e vários horários para Marataízes. Uma circular faz o trajeto ligando Praia dos Cações a Marataízes.



Figura 5.3.3.4-1: Comunidade de Criador. Área central e ônibus de transporte escolar.
Foto: Marília M. Sales (Nov/09).

A Empresa 1001 faz a linha Barra de Itabapoana/Campo dos Goytacazes e Barra de Itabapoana/Rio de Janeiro. A Empresa São Francisco faz a linha Barra de Itabapoana/São Francisco de Paula (sede), e a Empresa Costa Sul faz a linha Travessão da Barra/Barra de Itabapoana/Cachoeiro de Itapemirim via Presidente Kennedy. A comunidade conta ainda com transporte alternativo (Vans) que faz o trajeto Barra de Itabapoana/São Francisco de Itabapoana/ Campos dos Goytacazes.

O Anexo 17 apresenta em maior detalhe o diagnóstico e prognóstico futuro sobre as duas principais vias de acesso do empreendimento (ES 060 e ES 162).

5.3.3.5 Saneamento e abastecimento

All

A empresa responsável pelos serviços de abastecimento de água na maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro que compõem a Área de Influência Indireta é a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE. Para os municípios do Estado do Espírito Santo, a empresa responsável pelos serviços de abastecimento de água é a CESAN - Companhia Espírito-Santense de Saneamento, que também é responsável pelo serviço de esgotamento sanitário.

Segundo se observa na tabela abaixo, o crescimento de pessoas com água encanada nos seus domicílios cresceu, entre os levantamentos censitários de 1991 e 2000, 22,46% no município de Itapemirim. Este incremento foi de 10,07% no município de Campos dos Goytacazes e de 5,6% em Cachoeiro de Itapemirim, porém, é neste município onde se observa a maior cobertura da sua população com água encanada, chegando a mais de 98% desta com este atendimento.

No que diz respeito a residências que contam com banheiro e água encanada, o Atlas do Desenvolvimento 2000 publicado pelo IPEA sinaliza Cachoeiro de Itapemirim como líder neste indicador, detendo mais de 97% de pessoas residentes usufruindo deste serviço. Porém, foi novamente o município de Itapemirim que mais cresceu na disponibilização destes serviços, aumentando 28,8% no período 1991-2000, contra 10,24% de Campos dos Goytacazes e 7,45% de Cachoeiro de Itapemirim.

Em referência à coleta de lixo, novamente é o município de Cachoeiro de Itapemirim que possui melhor atendimento, cobrindo 96,97% da sua população urbana com este serviço. O crescimento proporcional de Itapemirim neste quesito foi de mais do dobro do de Campos dos Goytacazes, com aumentos de população urbana atendida de 38,9 e 19,07% respectivamente. Cachoeiro de Itapemirim, por sua vez, experimentou um crescimento de 24,45% nesse período.

Tabela 5.3.3.5-1: Saneamento. Percentual de Pessoas em Domicílios com água encanada, banheiro e água encanada, e serviço de coleta de lixo, 1991-2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Campos dos Goytacazes	78,52	86,43	76,47	84,3	78,09	92,98
Cachoeiro de Itapemirim	92,92	98,13	90,44	97,18	77,92	96,97
Itapemirim	70,60	86,46	65,64	84,54	61,76	85,78

Fonte: IPEA: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico realizada e organizada pelo IBGE em 2000, a quantidade diária de resíduos sólidos coletados pelo município de Cachoeiro de Itapemirim chegava a 180 toneladas, sendo que 100 toneladas tinham por destino final aterro controlado e 80 toneladas para aterro sanitário. No caso de Itapemirim, o total de resíduos coletados diariamente chegava a 31,5 toneladas, das quais 0,5 tonelada tinha por destino aterro sanitário e 31 toneladas depositadas em lixões. No município de Campos dos Goytacazes, o total de resíduos coletados diariamente no ano 2000 era de 298 toneladas, das quais 265 toneladas tiveram por destino aterros controlados, e 33 toneladas dispostas em lixões a céu aberto.

Tabela 5.3.3.5-2: Quantidade diária de lixo coletado por unidade de destinação final do lixo coletado - 2000.

Unidade de destinação final do lixo coletado	Cachoeiro de Itapemirim	Itapemirim	Espírito Santo	Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro
Total	180,0	31,5	2.854,6	298,0	16.200,6
Vazadouro a céu aberto (lixão)	-	31,0	842,0	33,0	3.960,4
Vazadouro em áreas alagadas	-	-	-	-	20,0
Aterro controlado	100,0	-	542,3	265,0	4.363,3
Aterro sanitário	80,0	0,5	1.323,5	-	7.317,1
Estação de compostagem	-	-	14,0	-	332,6
Estação de triagem	-	-	22,8	-	183,8
Incineração	-	-	70,2	-	3,4
Locais não fixos	-	-	39,8	-	20,0
Outra	180,0	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico.

Segundo informações obtidas no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, o município de Cachoeiro de Itapemirim contava com mais de 190.000 habitantes atendidos com água tratada. Esta população recebia a água através de 44.445 ligações, as que refletiam em 59.702 economias domiciliares com água potável. O volume de água consumido por esta população durante todo o ano de 2007 chegou a quase 8,8 milhões de metros cúbicos. Do total de economias ativas citadas, 89,8% correspondem a economias residenciais.

No município de Itapemirim, o número de habitantes atendidos por água tratada corresponde a quase 25.000 pessoas. As ligações de água tratada no município de Itapemirim chegaram, no ano de 2007, a mais de 8.300, atendendo assim 11.642 economias. Deste total, 10.009 economias correspondem a economias residenciais. O

volume de água consumido pela população de Itapemirim durante 2007 foi de 2,4 milhões de litros.

No município de Campos dos Goytacazes a população atendida com água tratada atingiu os 387.000 habitantes no ano de 2007. Essa população recebeu o atendimento através de 73.299 ligações ativas, significando 114.574 economias atendidas. Destas, 106.616 economias eram residenciais. O volume consumido por Campos dos Goytacazes através do total das ligações citadas chegou a pouco mais de 16,2 milhões de litros de água no ano 2007.

Tabela 5.3.3.5-3: População atendida por abastecimento de água na AI, 2007.

Município/Estado	População total atendida com abastecimento de água [habitante]	Quantidade de ligações ativas de água [ligação]	Quantidade de economias ativas de água [economia]	Quantidade de ligações ativas de água micromedidas [ligação]	Volume de água consumido [1.000 m ³ /ano]	Quantidade de economias residenciais ativas de água [economia]
Cachoeiro de Itapemirim	190808	44445	59702	44041	8796,09	53713
Itapemirim	24993	8310	11642	6121	2428,82	10009
Estado de Espírito Santo	2770830	650875	941610	599124	193132,6	872295
Campos dos Goytacazes	387000	73299	114574	68901	16234,92	106616
Estado de Rio de Janeiro	10769279	1700462	3253974	1245234	785245,8	3000322

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

No que tange ao atendimento da população da Área de Influência Indireta com sistema de coleta de esgoto sanitário, o município de Cachoeiro de Itapemirim possui quase 170.000 munícipes com este serviço. As ligações ativas de esgotamento são de quase 39.000 atendendo desta maneira pouco mais de 52.000 economias. Deste total, quase 48.000 correspondem a economias residenciais. Do total da população atendida, 99% corresponde a população urbana.

No caso do município de Itapemirim, a população que conta com serviço de esgotamento sanitário é de 6324 habitantes, todos eles localizados em área urbana. As economias atendidas são 1178, das quais 1038 são economias residenciais. Estas recebem o serviço através de 941 ligações ativas, de um total de 1053 ligações existentes.

Já no município fluminense de Campos dos Goytacazes a população atendida por rede de esgoto é de 326.211 habitantes, todos localizados em área urbana, através de 61.759 ligações ativas, de um total de 66.443 ligações existentes.

Tabela 5.3.3.5-4: População atendida com esgotamento sanitário na AII, 2007.

Município/Estado	População total atendida com esgotamento sanitário [habitante]	Quantidade de ligações ativas de esgoto [ligação]	Quantidade de economias ativas de esgoto [economia]	Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto [economia]	Quantidade de ligações totais de esgoto [ligação]	População rural atendida com esgotamento sanitário [habitante]	População urbana atendida com esgotamento sanitário [habitante]
Cachoeiro de Itapemirim	169955	38824	52267	47891	42477	1887	168068
Itapemirim	6324	941	1178	1038	1053	0	6324
Estado de Espírito Santo	171355	17846	66167	57521	18856	0	171355
Campos dos Goytacazes	169113	28459	48123	42569	29964	0	169113
Estado de Rio de Janeiro	326211	61759	95032	83578	66443	0	326211

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

AID

O documento publicado pelo IPEA em 2000, Atlas do Desenvolvimento Humano, apresenta os dados que permitem referenciar a melhoria em questões de saneamento básico para os moradores da Área de Influência Direta do empreendimento. Neste sentido, e com base nos dados primários colhidos pelos censos demográficos de 1991 e 2000, Percebem-se os substanciais aumentos nos percentuais de pessoas moradoras de Presidente Kennedy e São Francisco de Itabapoana com disponibilidade de água encanada nas suas residências. Em efeito, no período 1991-2000, o incremento neste quesito nos municípios citados foi de 47,47 e 46,58%. No mesmo período, no município de Marataízes, o incremento foi de 17,14%. Deve ser destacado que, embora o seu crescimento tenha sido menor, o percentual de pessoas com este serviço nas suas residências é de mais de 92% dos seus munícipes, contra 77,7 e 71,2% de Presidente Kennedy e São Francisco de Itabapoana.

No tocante às melhorias vinculadas ao percentual de pessoas com banheiro e água encanada nas suas residências, o município de Presidente Kennedy experimentou um incremento de 49,35% no intervalo 1991-2000: no mesmo período São Francisco de Itabapoana cresceu 48,81% e Marataízes 19,21%. Mais uma vez, deve ser esclarecido que Marataízes possuía quase 91% da população com atendimento de água encanada e com banheiro na residência, enquanto que, também no ano 2000, Presidente Kennedy tinha 75,6% dos seus habitantes com esses serviços e São Francisco de Itabapoana não chegava a 70%.

Em referência aos moradores de áreas urbanas destes três municípios componentes da Área de Influência Direta do empreendimento, o município de Marataízes foi o que mais cresceu no atendimento com coleta de lixo, crescendo 70,4% nesse período intercensitário as pessoas que passaram a contar com esse serviço dentro da área urbana do município. Os habitantes urbanos de Presidente Kennedy também usufruíram em proporção similar, sendo neste caso incrementado em 68,56% o percentual de pessoas residentes em áreas urbanas beneficiadas com o serviço.

Tabela 5.3.3.5-5: Saneamento. Percentual de Pessoas em Domicílios com água encanada, banheiro e água encanada, e serviço de coleta de lixo, 1991-2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
S. F. Itabapoana	48,52	71,12	46,79	69,63	16,33	67,16
Marataízes	78,63	92,11	76,00	90,6	52,19	88,94
P. Kennedy	52,69	77,70	50,62	75,60	45,26	76,29

Fonte: IPEA: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

A quantidade diária de resíduos sólidos produzidos em cada município, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico realizada em 2000 pelo IBGE, mostra que todos os municípios da AID destinavam os resíduos sólidos produzidos pelos seus municípios em vazadouros a céu aberto, mais conhecidos como lixões. A única diferença entre os municípios que integram a Área de Influência Direta é a quantidade de lixo gerado por cada um deles. Em efeito, o município de São Francisco de Itabapoana

marchava na frente com 31 toneladas de lixo diário, seguido por Marataízes com 10 toneladas diárias e Presidente Kennedy com 2 toneladas diárias.

Tabela 5.3.3.5-6: Quantidade diária de lixo coletado por unidade de destinação final do lixo coletado; 2000.

Unidade de destinação final do lixo coletado	Presidente Kennedy	Marataízes	Espírito Santo	São Francisco de Itabapoana	Rio de Janeiro
Total	2,0	10,0	2.854,6	31,0	16.200,6
Vazadouro a céu aberto (lixão)	2,0	10,0	842,0	31,0	3.960,4
Vazadouro em áreas alagadas	-	-	-	-	20,0
Aterro controlado	-	-	542,3	-	4.363,3
Aterro sanitário	-	-	1.323,5	-	7.317,1
Estação de compostagem	-	-	14,0	-	332,6
Estação de triagem	-	-	22,8	-	183,8
Incineração	-	-	70,2	-	3,4
Locais não fixos	-	-	39,8	-	20,0
Outra	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico.

Com base em dados mais recentes, constantes do SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, em 2007 o município de Marataízes contava com 34.536 moradores atendidos pela rede de água tratada, representando a totalidade dos habitantes do município. Já no caso de Presidente Kennedy, a população atendida representava pouco mais de 17% da população municipal. A população do município de Marataízes recebia a água tratada através de 11.347 ligações, dando assim atendimento a 17.461 economias. Deste total de economias atendidas pelo sistema de abastecimento no município, 15.012 eram economias residenciais. O volume de água tratada consumida pela população de Marataízes durante o ano de 2007 foi de quase 4 milhões de litros.

No caso do município de Presidente Kennedy, os 1759 habitantes atendidos pelo abastecimento de água o eram através de 750 ligações, o que permitia o abastecimento de 795 economias. Deste total, 750 economias pertenciam ao uso residencial, sendo que o consumo de água durante o ano de 2007 atingiu os 112.000 litros.

No município Fluminense de São Francisco de Itabapoana, o número de habitantes atendido pelo abastecimento de água no ano 2007 era de 19.379 pessoas. Essas pessoas recebiam água através de 5491 ligações, as que atendiam 5808 economias. Deste total, 5617 economias correspondiam a economias residenciais. O consumo de água tratada por parte da população de São Francisco de Itabapoana durante o ano de 2007 chegou a quase 1,3 milhão de litros.

Tabela 5.3.3.5-7: População atendida por abastecimento de água na AID, 2007.

Município/Estado	População total atendida com abastecimento de água [habitante]	Quantidade de ligações ativas de água [ligação]	Quantidade de economias ativas de água [economia]	Quantidade de ligações ativas de água micromedidas [ligação]	Volume de água consumido [1.000 m ³ /ano]	Quantidade de economias residenciais ativas de água [economia]
Presidente Kennedy	1759	750	795	743	111,93	750
Marataízes	34536	11347	17461	9181	3899,76	15012
Estado de Espírito Santo	2770830	650875	941610	599124	193132,6	872295
São Francisco de Itabapoana	19379	5491	5808	3963	1292,96	5617
Estado de Rio de Janeiro	10769279	1700462	3253974	1245234	785245,8	3000322

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

Em referência à população atendida com rede de esgotamento sanitário nos municípios constituintes da Área de Influência Direta do empreendimento observa-se que, segundo dados do ano 2007, nenhum morador do município de Presidente Kennedy contava com coleta dos esgotos produzidos. Este é mais um indicador das características de atraso deste município, em que a disposição dos esgotos se dá através de fossas sépticas na maioria dos casos. No município de Marataízes, 9531 moradores contavam com coleta de esgoto nos seus endereços, isto através de 4273 ligações ativas. O número de economias atendidas por este serviço era, no ano de 2007, de 6516, das quais 5921 eram residenciais. Destaca-se que o total de habitantes atendidos pela rede coletora de esgoto encontrava-se em áreas urbanas.

No caso de São Francisco de Itabapoana repete-se o cenário do município de Presidente Kennedy, em que ninguém tinha atendimento de coleta de esgoto na sua propriedade.

Tabela 5.3.3.5-8: População atendida com esgotamento sanitário na AID, 2007.

Município/Estado	População total atendida com esgotamento sanitário [habitante]	Quantidade de ligações ativas de esgoto [ligação]	Quantidade de economias ativas de esgoto [economia]	Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto [economia]	Quantidade de ligações totais de esgoto [ligação]	População rural atendida com esgotamento sanitário [habitante]	População urbana atendida com esgotamento sanitário [habitante]
Presidente Kennedy	0	0	0	0	0	0	0
Marataízes	9531	4273	6516	5921	4721	0	9531
Estado de Espírito Santo	171355	17846	66167	57521	18856	0	171355
São Francisco de Itabapoana	0	0	0	0	0	0	0
Rio de Janeiro	326211	61759	95032	83578	66443	0	326211

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

ADA

Marobá é abastecida pela Cesan e a PMPK perfurou poços artesianos em Santo Eduardo, sendo que, a partir deste, é bombeada água para abastecer as comunidades de Jaqueira, Areinha e Criador. Em algumas comunidades há queixas quanto à qualidade do serviço.



Figura 5.3.3.5-1: Marobá- Abastecimento de água.
Foto: Cristian A. Senn (Out/09).

Em Praia das Neves o abastecimento é feito pelo SAAE, que capta água no rio Itabapoana. Campo Novo é abastecida por caminhões pipa que transportam a água desde Praia das Neves. A queixa de falta de água, que se agrava no verão, está presente em todas as comunidades.

Em Criador, a água consumida é proveniente de um poço artesiano perfurado em Santo Eduardo, que também abastece Jaqueira.

A PMPK perfurou um poço artesiano em Santo Eduardo que abastece os moradores e também as localidades de Jaqueira, Campo Novo e Criador.

Os serviços de abastecimento de água são prestados pelo SAAE em Boa Vista e Cações.

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) é responsável pelo abastecimento em Barra de Itabapoana, e a água é captada de poço artesiano. A água é salobra. Durante o verão é comum a falta de água. Um grande número de moradores compra água mineral, pois a água fornecida pela companhia é imprópria para consumo humano.

Rede de esgoto e coleta de lixo

Apenas na localidade de Jaqueira foi construída rede de esgoto nas ruas que receberam calçamento, mas não há tratamento. Todas as demais localidades utilizam o sistema de fossas, mas é provável que muitos moradores ainda façam uso da destinação a céu aberto.

O esgoto das residências de Areinha é lançado em fossas domiciliares e há coleta periódica de lixo.

Em Criador não há rede de esgoto sanitário e as casas são servidas por fossas. A coleta de lixo é realizada três vezes na semana.

O esgoto é lançado em fossas domésticas na localidade de Santo Eduardo, sendo o lixo recolhido periodicamente.

O esgoto domiciliar de Praia das Neves é lançado em fossas e há coleta diária de lixo.

A coleta de lixo é realizada uma vez por semana em Boa Vista e Praia dos Cações.

Em Barra de Itabapoana, a coleta de lixo é realizada três vezes por semana, mas muitos moradores denunciam que a população atira lixo nos manguezais e no rio Itabapoana.

5.3.3.6 Energia elétrica

All

Dando continuidade ao item infraestrutura, e com intuito de caracterizá-la à disponibilidade de energia elétrica na Área de Influência Indireta, na tabela a seguir apresenta-se o número de consumidores de energia dos anos 2001 e 2002 para os municípios que compõem a All assim como a energia elétrica consumida por estes nesses anos.

No período em análise, o município que de Campos dos Goytacazes, aumentou o consumo de energia elétrica em 1,8% a energia utilizada em 2002 em relação à utilizada em 2001. O número de consumidores de 2002 foi de 3,3% a mais do que no ano precedente. Em segundo lugar nesta relação encontra-se o município de Cachoeiro de Itapemirim que, com um incremento de 3,02% no seu número de consumidores, experimentou um aumento do consumo de 0,31%. O incremento do consumo de energia de 2001 para 2002 no município de Itapemirim, em termos percentuais foi similar ao número de consumidores dos dois municípios citados acima, porém, no tocante ao consumo de energia, houve um acréscimo dele de 1,89%.

Tabela 5.3.3.6-1: Consumo e número de consumidores de energia elétrica nos municípios da All, 2001-2002.

Municípios	Consumo (kwh)		Número de Consumidores	
	2001	2002	2001	2002
Cachoeiro de Itapemirim	476.828.736	478.312.769	58.325	60.084
Itapemirim	29.125.910	29.675.473	13929	14.375
Campos de Goytacazes	398.727.000	405.884.000	137.306	141.843

Fonte: CIDE- Banco de Dados Municipais / IJSN- IMEES.

AID

Os municípios do Espírito Santo são atendidos pela ESCELSA, todos eles.

Em São Francisco de Itabapoana, além da CERJ, a energia elétrica também é distribuída pela Cooperativa de Eletrificação Rural Sanjoanense, CERSAN, que só atua nesse

município, sendo permissionária da CERJ na distribuição de energia, comprando-a da mesma. No geral a CERJ atende principalmente a região litorânea do município, e a CERSAN atende as áreas urbanas e rurais nos distritos.

O consumo de energia elétrica no ano 2002 só foi superior ao de 2001 no município de Presidente Kennedy, onde se registrou um incremento de 4,29% a mais do que no ano precedente. Isto com um aumento do número de consumidores de 1,07% relativo ao ano 2001. Nos municípios restantes da AID registrou-se uma retração no consumo de energia elétrica, sendo mais notório no município de Marataízes, onde a redução atingiu 2,64%. No município de São Francisco de Itabapoana, a redução de consumo de energia elétrica em 2002 em relação a 2001 foi de 1,67%, enquanto o número de consumidores aumentou 6,87%. Em Marataízes, esse aumento foi de 3,2%.

Tabela 5.3.3.6-2: Consumo e número de consumidores de energia elétrica nos municípios da AID, 2001-2002

Municípios	Consumo (kwh)		Número de Consumidores	
	2001	2002	2001	2002
Presidente Kennedy	5.178.769	5.400.730	2343	2.368
Marataízes	26.158.613	25.467.420	13.929	14.375
São Francisco de Itabapoana	36.063.000	35.460.000	9.282	9.920

Fonte: CIDE- Banco de Dados Municipais / IJSN- IMEES.

ADA

A rede de energia elétrica cobre todas as localidades da ADA, mas é provável que haja moradores que ainda não possuem energia elétrica em seus domicílios. A rede para iluminação pública, embora instalada nas comunidades, é considerada de baixa qualidade por conta do comprometimento dos serviços de manutenção.

Há energia elétrica nos domicílios de Areinha, mas a iluminação pública é considerada deficiente porque é comum a demora na troca das lâmpadas queimadas. Semelhantemente a energia doméstica é considerada de boa qualidade na localidade de Criador, mas a iluminação pública é deficiente, o mesmo ocorrendo com Santo Eduardo e Praia das Neves.

O serviço de energia elétrica de Barra de Itabapoana é prestado pela AMPLA, e os moradores reclamam da qualidade destes serviços. Tanto a iluminação das vias públicas quanto a energia domiciliar é considerada bastante deficiente. Um morador faz o seguinte depoimento: “O serviço de iluminação pública, segundo a AMPLA, é de responsabilidade do governo municipal. A iluminação das ruas é péssima. Às vezes, determinadas ruas ficam escuras durante meses. Quando os moradores ligam para a AMPLA, esta joga a responsabilidade para a prefeitura; quando reclamam com as autoridades municipais, estas afirmam que a responsabilidade é da AMPLA. Além disso, os moradores sofrem constantes transtornos devido a cortes de energia, o que ocorre com muita frequência. Às vezes, o fornecimento de energia é interrompido à noite, por oito ou 10 horas seguidas, sem qualquer aviso antecipado aos moradores, e o serviço só é restabelecido no dia seguinte”.

5.3.3.7 Comunicação

All

Dentro da Área de Influência Indireta do empreendimento, o maior número de terminais telefônicos está localizado no município de Campos dos Goytacazes, onde, em outubro de 2009 e segundo dados da Anatel, registravam-se 68,99% dos terminais da All. Seguindo este, Cachoeiro de Itapemirim contava com 28,78% e finalmente Itapemirim tinha 2,23% dos terminais telefônicos da All. No tocante à telefonia pública, a distribuição não era muito diferente, sendo localizados em Campos dos Goytacazes 70,92% dos orelhões, em Cachoeiro de Itapemirim 24,52% do total e em Itapemirim 4,56%.

Tabela 5.3.3.7-1: Terminais telefônicos e telefones públicos nos municípios da All, outubro de 2009.

Município	Terminais telefônicos	Telefones públicos
Cachoeiro de Itapemirim	38089	1204
Itapemirim	2947	224
Campos dos Goytacazes	91.308	3.482

Fonte: Anatel, Sistema de Gestão de Metas da Universalização.

AID

Na Área de Influência Direta, a OI é a empresa concessionária responsável pelos serviços de telefonia fixa, disponibilizando serviços de discagem direta a distância e de discagem internacional, bem como os serviços de transmissão de dados via fax e de acesso rápido à internet. A Área de Influência também dispõe de sistema de telefonia móvel.

Na área de influência direta do empreendimento em estudo, os terminais telefônicos existentes em outubro de 2009 se concentraram nos municípios de São Francisco de Itabapoana e Marataízes.

Em efeito, nesses municípios registravam-se 46,85 e 47,29%, respectivamente, do total de terminais telefônicos existentes na AID. Cabia a Presidente Kennedy os restantes 5,86% de terminais telefônicos da AID.

A telefonia pública na Área de Influência Direta encontra-se ainda mais concentrada no município de São Francisco de Itabapoana. É nesse município que se encontram instalados 57,61% dos aparelhos existentes em toda a AID, contra 31,91% registrados em Marataízes e 10,48% em Presidente Kennedy.

Tabela 5.3.3.7-2: Terminais telefônicos e telefones públicos nos municípios da AID, outubro de 2009.

Município	Terminais telefônicos	Telefones públicos
Presidente Kennedy	530	71
Marataízes	4272	216
São Francisco de Itabapoana	4232	390

Fonte: Anatel, Sistema de Gestão de Metas da Universalização.

ADA

As localidades de Marobá, Jaqueira, Areinha, Campo Novo, Santo Eduardo, Criador e Praia das Neves são cobertas por sinal de telefonia fixa e móvel.

Em Praia dos Cações não há cobertura de telefonia fixa, e esta é parcial em Boa Vista. O sinal de telefonia móvel é precário em ambas as localidades.

Barra de Itabapoana é coberta por sinal de telefonia fixa e móvel.

5.3.4 Desempenho socioeconômico /atividades produtivas/emprego e renda

O desempenho socioeconômico dos municípios da AID foi medido através de indicadores de desenvolvimento econômico-social tais como o PIB – produto Interno Bruto, o IDH – índice de Desenvolvimento Humano e IFDM - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, além da renda per capita municipal, os quais se encontram analisados nos itens sequenciais.

5.3.4.1 All

- **Desempenho socioeconômico**

Em termos absolutos, observa-se na tabela abaixo a grande diferença existente nos PIBs municipais dos municípios que compõem a Área de Influência Indireta do empreendimento. Em efeito, o PIB de Campos dos Goytacazes tem experimentado ano a ano um crescimento bem maior do que o PIB de Cachoeiro de Itapemirim e de Itapemirim. Iniciando com uma proporção de quase 7 vezes o PIB gerado pelo município de Cachoeiro em 2002, ao chegar ao fim do balanço de 2006 atingiu mais de 11 vezes o valor do município capixaba. No caso de Itapemirim, a diferença chega a ser ainda mais importante: no ano 2002, o PIB de Campos era quase 54 vezes o de Itapemirim e, após oscilações em torno dessa proporção, em 2006 chegou ser de quase 86 vezes.

Tabela 5.3.4.1-1: PIB dos municípios na AII – 2000- 2006.
R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

Município/Estado	2002	2003	2004	2005	2006
Cachoeiro de Itapemirim	967950,9	994048,7	1095733	1075191	1198229
Itapemirim	121200,9	141152,5	168205,1	191755,1	160116,5
Espírito Santo	22210077	22673541	27170903	29758178	31334528
Campos dos Goytacazes	6520063,115	6986949,114	7459311,68	10494446,1	13722308,6
Rio de Janeiro	142255124,3	137232932,3	150621834	155662646	163471963

Fonte: Ipeadata.

Em referência à participação estadual do PIB destes municípios na AII, percebe-se que os municípios de Campos dos Goytacazes e Cachoeiro de Itapemirim eram, para seus respectivos estados, fator similar de participação durante os três primeiros anos de análise. Essa similitude mudou em 2005, quando Campos dos Goytacazes demonstrou uma participação mais expressiva na composição estadual. Nesse mesmo período de

análise, o município de Itapemirim experimentou um crescimento de 2003 até 2005, cedendo para valores inferiores aos do primeiro ano de estudo, com 0,51%.

Tabela 5.3.4.1-2: Participação Estadual do PIB Municipal na Área de Influência Indireta (%) – 2002-2006.

Município/Estado	2002	2003	2004	2005	2006
Cachoeiro de Itapemirim	4,36	4,38	4,03	3,61	3,82
Itapemirim	0,55	0,62	0,62	0,64	0,51
Espírito Santo	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Campos dos Goytacazes	4,58	5,09	4,95	6,74	8,39
Rio de Janeiro	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Ipeadata, 2009.

Ao considerar os incrementos populacionais no período 2002-2006, partindo da base dos resultados demográficos do Censo 2000 e aplicando as taxas geométricas de crescimento expostas no item Demografia da All do presente documento, observa-se que o município de Cachoeiro de Itapemirim manteve um crescimento permanente e constante durante todo o período em análise, acompanhando o crescimento apresentado pelo próprio estado do Espírito Santo. Campos dos Goytacazes seguiu a mesma tendência que seu par capixaba, porém, com um crescimento substancial a partir do ano 2005. Neste sentido, o município de Campos dos Goytacazes merece destaque perante o estado do Rio de Janeiro por ter apresentado um índice de crescimento do PIB per capita sensivelmente maior do que o estadual.

Já o município de Itapemirim apresentou crescimento permanente durante os quatro primeiros anos da presente análise, decaindo no quinto e último ano a valores intermédios de 2003 e 2004.

Tabela 5.3.4.1-3: PIB Municipal per capita na área de influência indireta – 2002-2006 R\$ de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

Município/Estado	2002	2003	2004	2005	2006
Cachoeiro de Itapemirim	5363,38	5421,47	5882,53	5681,90	6233,02
Itapemirim	4198,45	4825,89	5675,89	6386,30	5263,18
Espírito Santo	7010,99	7077,31	8386,35	9082,29	9456,54
Campos dos Goytacazes	15807,06	16829,57	17851,31	24952,67	32416,92
Rio de Janeiro	9691,41	9257,61	10061,21	10295,99	10706,53

Fonte: Ipeadata. Cálculos de PIB per capita da equipe técnica.

Obs: População 2002-2006 calculada com base Censo 2000 e aplicação de incrementos da taxa geométrica anual 2000-2007.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população e permite dividir os territórios em análise na seguinte classificação: desenvolvimento humano muito elevado (acima de 0,900), desenvolvimento humano elevado (de 0,800 a 0,899), desenvolvimento humano médio (de 0,500 a 0,799), desenvolvimento humano baixo (abaixo de 0,500). No caso dos municípios que compõem a Área de Influência Indireta do empreendimento, percebe-se que em 1970 tanto o estado do Espírito Santo como os municípios deste que formam parte da AII encontravam-se com um IDH baixo, refletindo a precariedade do sistema como da educação, da esperança de vida dos seus moradores e a escassa geração de riqueza. No ano 2000, tanto os municípios quanto o estado encontravam-se dentro do desenvolvimento humano médio, sendo que Cachoeiro de Itapemirim e o próprio estado do Espírito Santo estavam prestes a ingressar no grupo dos territórios com desenvolvimento humano elevado.

No caso do município de Campos dos Goytacazes, o ponto de partida no período em análise encontrava seus habitantes dentro da faixa do desenvolvimento humano médio, porém, não teve nesse período o crescimento experimentado pelos municípios e estado capixabas. Contudo, o estado do Rio de Janeiro demonstra que desde o ano 1970 já estava na faixa dos estados com desenvolvimento humano médio, passando para o desenvolvimento humano alto no levantamento realizado no ano 2000. Merece ainda ser destacado que o estado fluminense apresentou a cada medição índice de desenvolvimento superior à média nacional.

Tabela 5.3.4.1-4: IDH dos Municípios da AII – 1970-2000.

MUNICÍPIOS	IDH			
	1970	1980	1991	2000
Cachoeiro de Itapemirim	0,474	0,717	0,710	0,770
Itapemirim	0,346	0,525	0,601	0,687
Total ES	0,415	0,673	0,690	0,765
Campos dos Goytacazes	0,611	0,6 41	0, 684	0, 752
Total RJ	0,657	0,733	0,753	0,807
Total Brasil	0,462	0,685	0,696	0,766

Fonte: Ipeadata.

A leitura dos índices que compõem o IDH dos municípios da Área de Influência Indireta do empreendimento permite extrair algumas conclusões. Observa-se que o índice referente à renda no município de Cachoeiro de Itapemirim no ano 1991 encontrava-se acima da média estadual, ficando por baixo desta no levantamento do ano 2000. No tocante ao índice relativo à educação, tanto o município de Cachoeiro de Itapemirim quanto o estado do Espírito Santo apresentaram, no ano 2000, indicadores que os colocam, neste item em particular, no segmento de elevado desenvolvimento.

No caso do município de Itapemirim, embora tenha experimentado melhora nos três indicadores, o correspondente ao desenvolvimento humano vinculado à renda continua sendo o que determina em maior medida o atraso do IDH total, ficando significativamente atrás da média estadual.

Ao verificar os indicadores referentes ao município de Campos dos Goytacazes, observa-se que todos eles se encontram por baixo dos valores médios estaduais. Percebe-se também que as diferenças entre os indicadores deste município e os de Cachoeiro de Itapemirim tendem a se reduzir, fazendo, inclusive, que sejam coincidentes no tópico correspondente à educação do ano 2000.

Tabela 5.3.4.1-5: IDH dos municípios da área de influência indireta por dimensão, 1991 e 2000.

Município/ Estado	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - renda	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - longevidade	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - educação	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - renda	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - longevidade	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - educação
	1991			2000		
Cachoeiro de Itapemirim	0,668	0,675	0,788	0,711	0,732	0,867
Itapemirim	0,54	0,586	0,677	0,614	0,654	0,792
Espírito Santo	0,653	0,653	0,763	0,719	0,721	0,855
Campos dos Goytacazes	0,649	0,625	0,778	0,693	0,697	0,867
Rio de Janeiro	0,731	0,69	0,837	0,779	0,74	0,902

Fonte: Ipeadata.

O IFDM - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal- surgiu em resposta à ação 97 do Mapa de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, que propôs a criação de um

índice para acompanhar de forma permanente o desenvolvimento humano, econômico e social no interior do estado.

O IFDM considera, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano, a saber, Emprego&Renda, Educação e Saúde. A leitura dos resultados – por áreas de desenvolvimento ou do índice final – é bastante simples, variando entre 0 e 1, sendo quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento da localidade. Neste sentido, estipularam-se as seguintes classificações: municípios com IFDM entre 0 e 0,4 são considerados de baixo estágio de desenvolvimento; entre 0,4 e 0,6, de desenvolvimento regular; entre 0,6 e 0,8, de desenvolvimento moderado; e entre 0,8 e 1,0, de alto desenvolvimento.

Segundo esses indicadores, o estado do Rio de Janeiro como conjunto de municípios, desde o ano de 2006, pode ser considerado de alto desenvolvimento, encontrando o município de Campos dos Goytacazes próximo de entrar nesse mesmo grupo. O município de Cachoeiro de Itapemirim apresenta um indicador superior à média do estado do Espírito Santo, encontrando-se inclusive próximo de atingir a categoria superior em questão de desenvolvimento. Já o município de Itapemirim apresenta um desenvolvimento mais lento, fazendo com que só no ano de 2005 conseguisse entrar no grupo dos municípios de desenvolvimento moderado, permanecendo neste grupo no ano 2006.

Tabela 5.3.4.1-6: Índice Firjan de desenvolvimento municipal para os integrantes da All, 2000-2006.

Município/Estado	2000	2005	2006
Cachoeiro de Itapemirim	0,626228	0,770284	0,787841
Itapemirim	0,552703	0,607263	0,629157
Espírito Santo	0,622597	0,752507	0,751735
Campos dos Goytacazes	0,683481	0,760014	0,776179
Rio de Janeiro	0,664538	0,77926	0,803496

Fonte: Ipeadata.

Quando analisado o Produto Interno Bruto a preços correntes no município de Cachoeiro de Itapemirim, observa-se uma contínua redução na participação estadual entre 2003 e 2005, com uma pequena melhoria em 2006 em que atingiu 3,82% do total do estado.

Cabe lembrar que em 2003 a participação de Cachoeiro de Itapemirim era de 4,38% no contexto estadual. Já o município de Itapemirim teve apenas um leve aumento no período em análise, e foi esse no ano 2005. Itapemirim tem iniciando sua participação com 0,6225% do PIB estadual em 2003, caiu para 0,6191% em 2005, subiu para 0,644% para finalmente cair para 0,511% em 2006.

No caso do município fluminense de Campos dos Goytacazes, a participação no PIB total estadual só tem aumentado desde 2003 até 2006. Efetivamente, uma participação inicial de 16,52% no primeiro ano da análise em estudo foi-se incrementando ano a ano para chegar, em 2006, a deter uma participação de 19,17% do PIB total do Rio de Janeiro, a preços correntes do ano 2000.

No caso do PIB per capita, os municípios capixabas expressaram uma constante redução se considerado como referência o PIB per capita estadual, com exceção do município de Itapemirim no ano de 2005. Neste caso, o PIB per capita desse município chegou a 68,54% o valor deste indicador para a média estadual. Em 2003, o PIB per capita de Itapemirim era de 66,99% do apresentado em geral pelo Espírito Santo. Em 2006, Itapemirim teve por PIB per capita uma expressão de 54,056% do apresentado pelo estado.

Se analisada a evolução do PIB per capita do município de Campos dos Goytacazes, este cresceu entre 2003 e 2006, embora com uma pequena redução em 2004. Esse município apresentou um PIB per capita de 82,44% superior ao do estado do Rio de Janeiro, caiu levemente para um valor de 78,11% a mais do que o estado em 2004, e cresceu definitivamente nos anos seguintes. Em 2005, o PIB per capita de Campos dos Goytacazes foi 143,34% maior do que o estadual e em 2006 foi 203,02% mais significativo que a média estadual.

Esse indicador manifesta um crescimento sustentado do PIB per capita do estado do Espírito Santo ao compará-lo com o PIB per capita do Rio de Janeiro. O PIB per capita capixaba se inicia em 75,32% do valor do PIB per capita do estado do Rio de Janeiro, passando essa proporção para 86,29% no ano 2005. No ano 2006 o PIB capixaba teve uma leve redução, caindo para 86,10% do valor do estado do Rio de Janeiro, o que dá

uma idéia do crescimento econômico experimentado pelo estado do Espírito Santo nos últimos tempos.

Tabela 5.3.4.1-7: Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto *per capita*, segundo Municípios da All e Estados - 2003-2006.

Municípios/ Estados	Produto Interno Bruto							
	2003		2004		2005		2006 (1)	
	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)
Cachoeiro de Itapemirim	1 361 889	7 264	1 621 865	8 490	1 706 196	8 767	2 018 374	10 186
Itapemirim	193 385	6 314	248 971	7 946	304 292	9 496	269 711	8 236
Espírito Santo	31 063 717	9 425	40 217 397	11 998	47 222 579	13 855	52 781 902	15 236
Campos dos Goytacazes	9 572 418	22 831	11 041 006	26 118	16 653 399	39 073	23 114 742	53 797
Rio de Janeiro	188 014 60	12 514	222 945 41	14 664	247 017 28	16 057	275 362726	17 695

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Os valores de renda per capita dos municípios da Área de Influência Indireta segundo os censos demográficos de 1991 e 2000 indicam perdas dos municípios de Campos dos Goytacazes e Cachoeiro de Itapemirim, e crescimento deste indicador no município de Itapemirim, se comparados com os valores de renda dos respectivos estados dos quais fazem parte. Efetivamente, o município de Cachoeiro de Itapemirim detém uma renda per capita de 9,21% superior à expressa pelo Espírito Santo em 1991, mas apresentou uma renda per capita 4,83% menor da estadual em 2000. Já o município de Itapemirim, que apresentou uma renda per capita de 50,89% da estadual em 1991, no ano 2000 exibiu uma renda per capita de 53,16% da média estadual.

No caso do município de Campos dos Goytacazes, em 1991, detinha uma renda per capita 61,07% da do estado do Rio de Janeiro e, no ano 2000, este indicador era de 59,72% do correspondente ao valor estadual.

No caso do Espírito Santo, comparado com o estado do Rio de Janeiro, o primeiro apresentou uma renda per capita média de 62,42% da renda per capita fluminense no ano 1991 e, no ano 2000, o estado capixaba possuía uma renda média per capita de 59,72% da renda per capita no Rio de Janeiro.

Tabela 5.3.4.1-8: Renda per capita dos municípios da All e dos estados em R\$ do ano 2000.

Município/Estado	1991	2000
Cachoeiro de Itapemirim	212,723	275,616
Itapemirim	99,139	153,957
Espírito Santo	194,781	289,593
Campos dos Goytacazes	190,556	247,2
Rio de Janeiro	312,03	413,94

Fonte: Ipeadata

- Principais atividades produtivas

Ao verificar a composição do PIB setorial perante o PIB total de cada município da All, observa-se quais são os setores da economia que produzem maior riqueza em cada um desses territórios, assim como o grau de significância do território dos estados dos quais formam parte. Nesse sentido, nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim, o maior peso dentro da composição por categoria do PIB fica por conta das atividades terciárias (Serviços), sendo que no caso de Cachoeiro de Itapemirim esta participação chega a 52,53% do total do seu PIB e, no caso de Itapemirim 44,11% do PIB municipal. Seguem a esta as atividades industriais que, no caso de Cachoeiro de Itapemirim, representam 30,71% do total do PIB e, em Itapemirim, 30,27%. O diferencial das atividades entre os dois municípios encontra-se no setor primário, onde Itapemirim tem uma expressiva participação por conta dos plantios de cana-de-açúcar, determinando que este setor participe com 16,11% do PIB enquanto que em Cachoeiro de Itapemirim a participação seja de 1,7%. Se analisadas as respectivas participações do estado do Espírito Santo, percebe-se que o setor secundário dos municípios encontra-se próximo da média estadual, que atingiu 27,5% em 2006. Já o setor terciário em Cachoeiro foi bem superior ao estadual, que apresentou 45,6% da composição, um índice similar ao de Itapemirim. O setor primário estadual localizou-se na média desses dois municípios, com uma participação de 7,7% do total.

No caso do município de Campos dos Goytacazes, a sua composição do PIB por setores tem um forte apelo industrial. A participação do setor secundário dentro da configuração do seu PIB foi de 83,25% em 2006. Segue a este o setor terciário (serviços) com 15,1% e, finalmente, o setor primário com 0,38%. Se comparado com o estado do Rio de Janeiro, o

município de Campos dos Goytacazes confirma seu perfil industrial, porque o setor secundário no estado, similar ao do Espírito Santo, era de 27,83% no ano 2006. O setor de serviços, por sua vez, 56,66%, bem superior à configuração do município de Campos dos Goytacazes. O setor primário estadual apresentou indicador semelhante ao do município em análise, com 0,42% do total do PIB.

Tabela 5.3.4.1-9: PIB total e setorial dos Municípios da All– 2006 (R\$ mil a preços correntes).

Municípios	Agricultura	Indústria	Serviços	Impostos	PIB	PIB per capita
Cachoeiro de Itapemirim	34.291	619.655	1.060.165	304.269,0	2.018.374,0	10,186
Itapemirim	43.456,0	81.639,0	118.976,0	25.639,0	269.711,0	8,236
Total ES	2405941	8615952,107	14297253	24.012.618,39	31.334.528,2	15,236
Campos dos Goytacazes	86.218,0	19.243.035	3.490.829	294.660,0	23.114.742,0	53,797
Total RJ	683932,5	45494075,25	92628073	24.665.882,25	163.471.963	17,695

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

No geral, a atividade industrial desenvolvida pelos municípios capixabas componentes da All é representativa no segmento de pequenas e médias empresas, apresentando forte vinculação com o turismo e com a pesca, especialmente aqueles que se localizam na faixa costeira, detendo a maior expressividade em termos de geração de empregos. Neste sentido, são representativas as indústrias de alimentos, os frigoríficos, entre outras pequenas indústrias. Entretanto, o que destaca na região são os empreendimentos de elevado porte instalados nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e de Itapemirim, no contexto da indústria estadual capixaba.

A antiga Usina de Paineiras, localizada no município de Itapemirim, também aparece como destaque regional, apresentando elevada participação na geração de empregos no município e região. Essa usina é produtora de álcool e de açúcar e responde pela concentração da atividade canieira nessa região. A produção de cana-de-açúcar está diretamente ligada à Usina Paineiras, localizada em Itapemirim, produtora de açúcar e álcool.

Cachoeiro de Itapemirim é um município que se destaca na indústria de mármore e granito, sendo, na atualidade, um dos maiores destaques na produção nacional,

especialmente em matéria de beneficiamento das rochas. Nesse município encontra-se o maior parque industrial do país no setor de rochas ornamentais com concentração da indústria de bens de capital para o setor, que já compete com a indústria mundial de máquinas e equipamentos para esta atividade. Segundo dados contidos no site de Cachoeiro de Itapemirim, na distribuição das indústrias de mármore e granito do Espírito Santo, em 2000, 70,72% se concentravam na região sul do estado, tendo como ponto de centralização o município de Cachoeiro.

Já o município de Campos dos Goytacazes apresenta uma estrutura econômica mais pujante, com diversificada pauta de segmentos produtivos e de serviços, muitos dos quais vinculados ao dinamismo das atividades tradicionais e mais recentemente desenvolvidas na região norte fluminense. Destacando-se como pólo regional de serviços, comercial e industrial, esse município detém atividades relacionadas à indústria de exploração petrolífera, à agroindústria canavieira e a outras atividades características de centros urbanos regionais.

As atividades de agroindústria canavieira, de pecuária leiteira e de corte e fruticultura ocupam a maior área do município. Ressalta-se que Campos é o maior produtor de cana-de-açúcar do estado do Rio de Janeiro. Campos é o maior município, em termos de área territorial, do grupo de municípios da AII.

Da logística de transporte existente no município, além de ser cortado pela BR-101, eixo de ligação de praticamente todo o litoral brasileiro, faz parte o aeroporto instalado no município, que recentemente teve sua base ampliada. Segundo informações da prefeitura municipal, esse aeroporto atende a demandas relacionadas às atividades petrolíferas.

5.3.4.2 AID

- Desempenho socioeconômico

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população e permite dividir os territórios em análise na seguinte classificação: desenvolvimento humano muito elevado (acima de 0,900), desenvolvimento humano elevado (de 0,800 a 0,899), desenvolvimento humano médio (de 0,500 a 0,799), desenvolvimento humano baixo (abaixo de 0,500). No caso dos

municípios que compõem a Área de Influência Direta do empreendimento, percebe-se que em 1970 tanto o estado do Espírito Santo como o município de Presidente Kennedy, encontravam-se com um IDH baixo, refletindo a precariedade do sistema de educação, da esperança de vida dos seus moradores e a escassa geração de riqueza, sendo estas questões reflexo do panorama em geral do país como um todo. No ano 2000, tanto os municípios quanto o estado encontravam-se dentro do desenvolvimento humano médio, sendo que o estado do Espírito Santo estava prestes a ingressar no grupo dos territórios com desenvolvimento humano elevado.

No caso do município de São Francisco de Itabapoana, o ponto de partida da análise é de 1991 por ser produto do desmembramento territorial que lhe deu origem. Naquele ano, seus habitantes se encontravam dentro da faixa do desenvolvimento humano médio, porém, apenas no início dessa faixa de qualificação. Nesse período, o crescimento experimentado por esse município tem sido maior do que o experimentado pelo município vizinho de Presidente Kennedy, ultrapassando-o. Contudo, o estado do Rio de Janeiro demonstra que desde o ano 1970 já estava na faixa dos estados com desenvolvimento humano médio, passando para o desenvolvimento humano alto no levantamento realizado no ano 2000. Merece ainda ser destacado que o estado fluminense apresentou a cada medição índice de desenvolvimento superior à média nacional.

Tabela 5.3.4.2-1: IDH dos Municípios da AID – 1970-2000.

MUNICÍPIOS	IDH			
	1970	1980	1991	2000
Presidente Kennedy	0,353	0,46	0,586	0,674
Marataízes	-	-	0,634	0,724
Total ES	0,415	0,673	0,690	0,765
São Francisco de Itabapoana	-	-	0,584	0,688
Total RJ	0,657	0,733	0,753	0,807
Total Brasil	0,462	0,685	0,696	0,766

Fonte: Ipeadata.

A leitura dos índices que compõem o IDH dos municípios da Área de Influência Direta do empreendimento permite extrair algumas conclusões. Observa-se que o índice referente à educação é o que apresenta maior crescimento nos três municípios em análise, sendo que em São Francisco de Itabapoana cresceu 25%, em Presidente Kennedy cresceu

23,14% e em Marataízes cresceu 20,55%. Esses percentuais observam-se muito além dos indicadores estaduais, sendo que para o Espírito Santo, no mesmo período, o crescimento foi de 12,06% e para o Rio de Janeiro foi de 7,77%.

No tocante à renda, o município de São Francisco de Itabapoana tem-se destacado no período intercensitário. O aumento do IDH-Renda desse município fluminense foi de 23,94%, bem maior do que 10,78% compartilhado de Presidente Kennedy e Marataízes. Em contrapartida, os municípios capixabas cresceram mais no seu Índice de Desenvolvimento Humano vinculado à longevidade da sua população, apresentando indicadores similares ao referente ao Espírito Santo: 10,3% para Presidente Kennedy, 10,1% para Marataízes, 10,41 para o estado. O município de São Francisco de Itabapoana exibiu uma taxa 7,6% superior em 2000, levemente superior ao incremento da taxa estadual, que cresceu 7,25%.

Tabela 5.3.4.2-2: IDH dos municípios da Área de Influência Direta por dimensão, 1991 e 2000.

Município/ Estado	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - renda	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - longevidade	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - educação	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - renda	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - longevidade	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - educação
	1991			2000		
Presidente Kennedy	0,547	0,593	0,618	0,606	0,654	0,761
Marataízes	0,612	0,594	0,696	0,678	0,654	0,839
Espírito Santo	0,653	0,653	0,763	0,719	0,721	0,855
São Francisco de Itabapoana	0,497	0,682	0,572	0,616	0,734	0,715
Rio de Janeiro	0,731	0,69	0,837	0,779	0,74	0,902

Fonte: Ipeadata.

Segundo os dados relativos ao Índice Firjan, o estado do Rio de Janeiro como conjunto de municípios, desde o ano de 2006, pode ser considerado de alto desenvolvimento, sendo que o município de São Francisco de Itabapoana, além de se manter no grupo de desenvolvimento moderado, tem experimentado um retrocesso do ano 2005 para o ano 2006. A média do estado do Espírito Santo indica que se encontra próximo de atingir a categoria superior em questão de desenvolvimento. Os municípios capixabas localizados

na Área de Influência Direta do empreendimento apresentam desenvolvimento regular a moderado. Em efeito, o município de Marataízes, no ano de 2005, ascendeu na classificação para desenvolvimento moderado, apresentando uma leve melhoria em 2006. Já o município de Presidente Kennedy, embora venha apresentando progressos ano a ano, ainda não conseguiu progredir na sua classificação, permanecendo no grupo dos municípios de desenvolvimento regular.

Tabela 5.3.4.2-3: Índice Firjan de desenvolvimento municipal para os integrantes da AID, 2000-2006.

Município/Estado	2000	2005	2006
Presidente Kennedy	0,493961	0,581306	0,592544
Marataízes	0,536675	0,624161	0,639324
Espírito Santo	0,622597	0,752507	0,751735
São Francisco de Itabapoana	0,557018	0,670702	0,654206
Rio de Janeiro	0,664538	0,77926	0,803496

Fonte: Ipeadata

Tabela 5.3.4.2-4: PIB Municipal na Área de Influência Direta- R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

Município/Estado	2002	2003	2004	2005	2006
Presidente Kennedy	66291,15	231730,7	129769,4	183968,1	130000,2
Marataízes	87338,87	91586,06	98193,07	100393,2	100508,9
Espírito Santo	22210077	22673541	27170903	29758178	31334528
São Francisco de Itabapoana	165918,3793	163734,4006	174241,742	180518,465	185790,332
Rio de Janeiro	142255124,3	137232932,3	150621834	155662646	163471963

Fonte: Ipeadata.

Quando analisado o Produto Interno Bruto a preços correntes no município de Marataízes, observa-se uma contínua redução na participação estadual entre 2003 e 2006. A sua participação estadual foi de 0,404% em 2003, 0,361% em 2004, 0,337% em 2005, e 0,321% em 2006. Já o município de Presidente Kennedy apresentou oscilações no período em análise, iniciando em 2003 com uma participação estadual do PIB de 1,022% em 2003; 0,478% em 2004; 0,618% em 2005; e 0,415% em 2006.

No caso do município fluminense de São Francisco de Itabapoana, a participação do PIB total estadual tem-se reduzido, mesmo com uma pequena estabilidade experimentada em 2005. Efetivamente, a participação desse município no contexto estadual iniciou-se com 0,12% em 2003; passou para 0,116% em 2004; 0,116% em 2005; para finalmente cair para 0,114% em 2006.

No caso do PIB per capita, os municípios capixabas expressaram oscilações, mas com tendência à redução desta em relação do PIB per capita estadual. Em 2003, o PIB per capita de Presidente Kennedy era duas vezes e meia superior ao estadual. Em 2004, esse município era 66,45% superior ao apresentado em geral pelo estado. Em 2005 experimentou uma retomada, elevando-se quase 119% acima do valor do PIB per capita do estado, para finalmente retroceder para um valor 49% superior da média estadual. No caso do município de Marataízes, parte-se de um valor de quase 40% do estadual para, após pequenas reduções, chegar a 30,45% do PIB per capita do estado em 2006.

Se analisada a evolução do PIB per capita do município de São Francisco de Itabapoana, este decresceu entre 2003 e 2006, embora com uma pequena redução a cada ano. Esse município apresentou um PIB per capita de 40,5% do PIB per capita do estado do Rio de Janeiro, caiu para um valor de 38,96% do estadual em 2004. Em 2005, o PIB per capita de São Francisco de Itabapoana foi 38,76% do PIB per capita estadual, e em 2006 foi 37,71% da média estadual.

Cabe ainda fazer uma reflexão sobre o comportamento deste indicador no âmbito estadual. Este indicador manifesta um crescimento sustentado do PIB per capita do estado do Espírito Santo ao compará-lo com o PIB per capita do Rio de Janeiro. O PIB per capita capixaba se inicia em 75,32% do valor do PIB per capita do estado do Rio de Janeiro, passando essa proporção para 86,29% no ano 2005. No ano 2006, o PIB per capita capixaba teve uma leve redução, caindo para 86,10% do valor do estado do Rio de Janeiro, o que dá uma idéia do crescimento econômico experimentado pelo estado do Espírito Santo nos últimos tempos.

Tabela 5.3.4.2-5: Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto *per capita*, segundo Municípios da All e Estados - 2003-2006.

Municípios/ Estados	Produto Interno Bruto							
	2003		2004		2005		2006 (1)	
	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)
Presidente Kennedy	317 481	33 057	192 080	19 971	291 935	30 312	218 981	22 704
Marataízes	125 477	3 713	145 342	4 189	159 312	4 476	169 304	4 639
Espírito Santo	31 063 717	9 425	40 217 397	11 998	47 222 579	13 855	52 781 902	15 236
São Francisco de Itabapoana	224 323	5 068	257 906	5 713	286 461	6 224	312 957	6 673
Rio de Janeiro	188 014 960	12 514	222 945 041	14 664	247 017 528	16 057	275 362 726	17 695

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Os valores de renda per capita dos municípios da Área de Influência Direta segundo os censos demográficos de 1991 e 2000 indicam perdas dos municípios capixabas de Presidente Kennedy e Marataízes, e crescimento deste indicador no município fluminense de São Francisco de Itabapoana, se comparados com os valores de renda dos respectivos estados dos quais fazem parte. O município de Presidente Kennedy, que apresentava uma renda per capita de 53% da expressa pelo Espírito Santo em 1991, passou a apresentar uma renda per capita de 50,89% da estadual em 2000. No caso do município de Marataízes, que apresentou uma renda per capita de 78,52% da estadual em 1991, no ano 2000 exibiu uma renda de 78,16% da média estadual.

No caso do município de São Francisco de Itabapoana, em 1991, detinha uma renda per capita 24,55% da do estado do Rio de Janeiro e, no ano 2000, este indicador era de 37,69% do correspondente ao valor estadual.

No caso do Espírito Santo, comparado com o estado do Rio de Janeiro, o primeiro apresentou uma renda per capita média de 62,42% da renda per capita fluminense no ano 1991 e, no ano 2000, o estado capixaba possuía uma renda média per capita de 59,72% da renda per capita do Rio de Janeiro.

Tabela 5.3.4.2-6: Renda per capita dos municípios da AII e dos estados em R\$ do ano 2000.

Município/Estado	1991	2000
Presidente Kennedy	103,245	147,38
Marataízes	152,934	226,358
Espírito Santo	194,781	289,593
São Francisco de Itabapoana	76,599	156,004
Rio de Janeiro	312,03	413,94

Fonte: Ipeadata.

- Principais atividades produtivas

Ao verificar a composição do PIB setorial perante o PIB total de cada município da AID, observa-se quais são os setores da economia que produzem maior riqueza em cada um desses territórios, assim como o grau de significância do território dos estados dos quais fazem parte. Nesse sentido, nos municípios de Marataízes e São Francisco de Itabapoana, o maior peso dentro da composição por categoria do PIB fica por conta das atividades terciárias (Serviços), sendo que no caso de Marataízes esta participação chega a 68,85% do total do seu PIB e, no caso de São Francisco de Itabapoana, 69,36% do PIB municipal. Seguem a esta as atividades primárias que, no caso de São Francisco de Itabapoana, representam 19,81% do total do PIB e, em Marataízes, 14,73%. Já o caso de Presidente Kennedy reflete outra realidade. Segundo os dados de 2006, esse município encontrou no setor secundário (indústria) o maior responsável pela geração do seu PIB: 70,93% deste responde à produção industrial. Em ordem de importância segue o setor de serviços com 15,05% e, próximo deste, o setor primário, com 13,02%.

Se analisadas as respectivas participações dos municípios capixabas, percebe-se que estas são bem díspares da composição estadual. No caso do setor primário, os municípios se encontram com percentuais próximos do dobro da média estadual; no setor secundário, Presidente Kennedy localiza-se bem acima da média estadual, enquanto Marataízes quase na metade desta: o setor terciário apresenta o inverso desta situação, com Marataízes bem acima da média capixaba e Presidente Kennedy menos da metade desta.

No caso do município de São Francisco de Itabapoana, a sua composição do PIB por setores tem um forte apelo terciário, maior que a média estadual. A participação do setor

terciário dentro da configuração do seu PIB foi de 69,36% em 2006, frente a 56,66% da média fluminense. Segue a este o setor primário (agricultura) com 19,81% e, finalmente, o setor secundário com 7,73%.

Tabela 5.3.4.2-7: PIB total, *per capita* e setorial dos Municípios da AID– 2006 (R\$ mil a preços correntes).

Municípios	Agricultura	Indústria	Serviços	Impostos	PIB	PIB per capita
Presidente Kennedy	28.505	155.312	32.954	2.207,00	218.981,00	22,704
Maratáizes	24.940,00	18.416,00	116.574,00	9.374,00	169.304,00	4,639
Total ES	2405941	8615952,107	14297253	24.012.618,39	31.334.528,20	15,236
São Francisco de Itabapoana	61.995,00	24.189	217.071	9.702,00	312.957,00	6,673
Total RJ	683932,5	45494075,25	92628073	24.665.882,25	163.471.963	17,695

Fonte: IBGE- Cidades.

Valendo-se da influência que o empreendimento em foco terá sobre os setores da economia, foram focados os setores turístico e pesqueiro dada sua interface com o empreendimento proposto. Esses setores apresentam-se a seguir, sendo destacados para os municípios da AID, os quais serão os diretamente influenciados pelas atividades previstas a serem executadas, tanto na Fase de Instalação, como na Fase de Operação do Terminal Marítimo da Ferrous.

a) Atividade Pesqueira

Os dados e informações abaixo relacionados foram colhidos de entrevistas diretas, realizadas com representantes de entidades pesqueiras existentes na AID do empreendimento, com representantes de secretarias afins (dentro do poder público dos municípios da AID) e com pescadores, estes últimos escolhidos aleatoriamente.

Os dados e informações foram cruzados, inclusive com informações já existentes e fruto de outros levantamentos realizados nesta região.

Dentro do roteiro de entrevistas utilizado (ver Anexo 12) constavam itens como número de associados e de embarcações, principais áreas de pesca e espécies capturadas, arte e petrechos de pesca, equipamentos, renda gerada, principais problemas existentes para a realização da atividade. Vale destacar que nem sempre as perguntas foram respondidas,

especialmente em se tratando de informações julgadas estratégicas para os pescadores e suas entidades, tais como as áreas de pesca.

Seguem abaixo a descrição da atividade pesqueira a partir das informações disponibilizadas pelas entidades representativas do setor e por pescadores locais assim como as informações relacionadas à atividade e que foram colocadas por algumas secretarias municipais dos municípios da AID.

Inicialmente a atividade será focada em Presidente Kennedy, lócus da instalação do empreendimento e onde a atividade se verá mais diretamente influenciada.

- **A Pesca em Kennedy**

Descrever ou caracterizar hoje a atividade da pesca em Presidente Kennedy constitui uma tarefa bastante arriscada, uma vez que as informações são frágeis porque são sustentadas em estimativas que são, muitas vezes, divergentes entre si. O número de pescadores não pode ser fixado porque muitos se encontram hoje cadastrados nas colônias de Marataízes, Itapemirim ou Barra de Itabapoana, mas cerca de 500 já estão inscritos na Colônia Z 14. Mas há também aqueles que não se associaram a nenhuma colônia porque não puderam arcar com os custos, quer seja para o pagamento da anuidade ou até mesmo para o pagamento de passagens de ônibus necessárias para chegar até a sede das colônias. O volume da pesca constitui outra incógnita. No que diz respeito ao volume de pesca, um primeiro impedimento seria desconhecimento do número e porte das embarcações, bem como das condições em que a pesca é realizada, ou seja, que tipo de equipamento os pescadores utilizam no seu ofício. Sabe-se que pescadores kennedenses pescam nos rios e na orla de Presidente Kennedy, mas o pescado é entregue diretamente em outros municípios, sobretudo em Barra de Itabapoana, que constitui também a alternativa de comercialização para os pescadores de alto mar. Identificar ou mapear os principais pontos de pesca no litoral foi um encargo que nenhum entrevistado se propôs a cumprir, mesmo conhecendo todas as baixas e pesqueiros nos quais pescam o camarão e os peixes “boieiros”. A dificuldade fica por conta da falta de intimidade com mapas cartográficos, o que gera uma insegurança perfeitamente compreensível. Mas se não foi possível assinalar no mapa os locais mais propícios para a pesca de orla, foi identificada a faixa costeira e nomeados os pesqueiros e baixas de onde inúmeras famílias tiram o sustento. A pesca costeira pode atingir uma faixa de até 10 milhas, e a profundidade começa já na arrebentação, com cerca de 2 m de

profundidade, e pode alcançar até 20 m. O trecho compreendido entre a Ilha das Andorinhas até o Moleque de Barra de Itabapoana é praticamente uma sequência de baixas e pesqueiros e são denominados pelos pescadores com os seguintes nomes: Pedrinhas, Ponta do Fumo, Ponta com Ponta, H na Ilha, Sobrinho na Testa, Testa com Testa, Baixa Grande, Calombinho na Ponta, Baixa do Vidar, Lameiro, Baixa da Buraca, Sobe e Desce, Buraco Fundo, Buraco do Meio, Buraco do Cheiroso, Areal e Beira. Cabe ressaltar que um mesmo pesqueiro ou baixa pode ter recebido nomes diferentes dados por diferentes pescadores.

– Pescadores e entidades

Colônia Z 14

Em julho de 2009 foi criada em Presidente Kennedy a Colônia de Pesca Z 14. Em outubro, já haviam sido legalizados cerca de 300 pescadores e outros 200 estavam inscritos, mas a perspectiva é de que o número de associados chegue a 1.000. Sabe-se que 205 pescadores de Presidente Kennedy estão registrados na Colônia de Marataízes, 80 na de Itaipava e 200 na de Barra de Itabapoana, mas foi acertada a transferência automática desses pescadores para a Colônia Z 14. Estima-se que 70% dos pescadores kennedenses são ribeirinhos, 30% são pescadores de orla ou costeiros e 20% são pescadores de alto-mar. A renda mensal tem as seguintes estimativas: na temporada de pesca, ou seja, na época das enchentes, os pescadores ribeirinhos que possuem barco a remo conseguem ter ganhos de até um salário mínimo mensal, mas, fora desta temporada, a renda por ser reduzida a zero. Aqueles que possuem barco a motor podem ter ganhos de R\$1.100,00 por mês na alta temporada, rendimento que é também reduzido significativamente quando termina a temporada propícia para a pesca. Embora bastante variável, os pescadores de orla podem conseguir ganhos de até R\$1.500 por mês, enquanto os de alto-mar que fazem duas viagens por mês podem chegar a receber R\$1.600,00 em cada uma delas. Estima-se que haja 100 barcos ou botes para a pesca ribeirinha e 40 barcos para a pesca de mar.

O presidente da Colônia Z 14 enumerou uma série de dificuldades enfrentadas pelos pescadores de Presidente Kennedy. A inexistência de um atracadouro causa transtornos e dificulta as atividades da pesca. Tanto os pescadores de orla quanto os de alto-mar têm de fazer o deslocamento até Barra de Itabapoana, e os primeiros fazem o trajeto diário de ida e volta para a pesca do camarão e de outros peixes encontrados na orla. Mas a inexistência de um atracadouro em Presidente Kennedy causa mais transtornos aos

pescadores de alto-mar. Dependendo do porte da embarcação, a pesca em alto-mar pode ter uma duração de até 15 dias, mas muitas vezes, quando a pesca é favorável, o barco atraca em Barra de Itabapoana e permanece apenas o tempo suficiente para descarregar e se preparar para outra viagem. A falta desta infraestrutura pode ser considerada como a principal causa que força a migração de pescadores para a região dos lagos no município do Rio de Janeiro, fenômeno que começou há muito, mas que ainda se registra nos dias atuais.

Os pescadores de Presidente Kennedy são obrigados também a se deslocarem até Maratáizes ou até os municípios do norte fluminense quando precisam comprar materiais ou equipamento de pesca, uma vez que o comércio local não dispõe de nenhuma loja que comercialize esses produtos.

Como não há fábrica de gelo em Presidente Kennedy, os pescadores não contam com a possibilidade de armazenar o pescado, quer seja apenas com finalidade de conservação, quer seja como alternativa para aguardar melhores preços de venda. Assim, o que é pescado tem que ser entregue imediatamente aos frigoríficos ou aos "rematantes" que estabelecem o preço praticado. O Bagre Africano, que é o peixe encontrado em maior quantidade pelos pescadores ribeirinhos, é vendido atualmente por R\$ 0,80 ou R\$0,90 o quilo.

Os pescadores se queixam da falta de apoio do poder público no sentido de não haver subsídio para a compra do óleo diesel. Para abastecer os barcos, os pescadores não têm alternativa senão comprar o combustível dos frigoríficos que estabelecem um preço sempre superior ao praticado nos postos de gasolina. Outra dificuldade apontada é a falta de acesso dos pescadores a linhas de financiamento específico.

A Colônia Z 14 tem como meta a execução dos seguintes projetos, muitos deles em parceria com a Secretaria de Pesca:

- ✓ Realização do censo para obtenção de informações sobre o setor e elaboração de um diagnóstico socioeconômico sobre a comunidade pesqueira.

- ✓ Realização de curso para capacitar um total de 30 pescadores para que se tornem aptos para obtenção da carteira profissional da marinha (carteira POP).
- ✓ Obtenção de recursos para construção da sede da Colônia Z 14 e disponibilização de serviços médicos e odontológicos.
- ✓ Construção de uma fábrica de congelamento do pescado, permitindo aos pescadores conservar parte do produto para ser vendida posteriormente por melhores preços.
- ✓ Construção de uma fábrica de lingüiça de peixe para agregar valor ao produto e gerar emprego e renda para a comunidade.
- ✓ Instalação de uma sala de rádio permitindo a comunicação com os pescadores em viagem para alto mar e capacitação de operadores de rádio.
- ✓ Reivindicação para construção de casas populares destinadas aos pescadores e suas famílias.
- ✓ Compra de um caminhão frigorífico para recolhimento do pescado.

Associação de Pescadores de Marobá

A Associação de Pescadores de Marobá foi constituída há dois anos e meio, e há quatro meses foi inaugurada a sede própria. O número de associados totaliza 200 pescadores, dos quais aproximadamente 140 são pescadores de alto mar, 30 são pescadores de orla e 30 são pescadores ribeirinhos. A frota de embarcações de propriedade dos pescadores de Marobá é calculada em 50 barcos, sendo, em sua maioria, próprios para a pesca ribeirinha ou para a pesca de orla. Na faixa marítima compreendida entre a ilha de Bela Vista até o Moleque de Barra de Itabapoana estão localizados os melhores pesqueiros e baixas, como por exemplo, o de Lameiro, Baixa da Buraca, Ponta em Ponta e Pedrinha. A produção dos pescadores de alto mar e de orla é entregue aos frigoríficos de Barra de Itabapoana. A produção dos pescadores ribeirinhos é comercializada no varejo ou repassada aos "rematantes", que usam motos ou carros para transporte do pescado. O rendimento dos pescadores ribeirinhos e de orla gira em torno de um salário mínimo por mês. O rendimento dos pescadores de alto mar varia de acordo com o preço de venda e com a época da pesca. Como consequência, duas semanas de pesca em alto mar podem

permitir ganhos de até R\$1.000,00, mas podem também ser reduzidos a R\$200,00.

A principal dificuldade que os pescadores de alto mar e de orla de Marobá enfrentam é a inexistência de um cais para atracar os barcos, o que já provocou a transferência de muitos deles para o estado do Rio de Janeiro, sobretudo para as cidades de Macaé, Rio das Ostras e Cabo Frio.

Nos meses de maio e junho, como alternativa para melhorar a renda mensal, cerca de 25 famílias de Marobá, inclusive as de pescadores, ocupam-se com a colheita da aroeira, e colhem juntas entre 20.000 e 30.000 kg de sementes. A produção é vendida a atravessadores por R\$2,00 ou R\$3,00 o quilo.

Santo Eduardo

Os 15 pescadores ribeirinhos que residem em Santo Eduardo têm de percorrer cerca de 8 km até chegar ao rio Itabapoana, nas proximidades da Igreja das Neves. A pesca é feita com rede de espera, lançada diariamente, e tarrafa, usada em dias alternados. O trecho navegado pelo rio Itabapoana é de cerca de 3,5 km e volume diário não passa de 10 kg de Bagre Africano, Tilápia, ou Traíra, que são comercializados com os "rematantes" ou no varejo.

– Poder público municipal

Secretaria Municipal de Pesca

A Secretaria de Pesca reconhece que os pescadores de Presidente Kennedy, sejam eles pescadores ribeirinhos, pescadores de orla ou pescadores de alto mar, enfrentam grandes dificuldades e realizam seu ofício em condições penosas e adversas. Reconhece ainda que, ao longo do tempo, ocorreu omissão do poder público em implementar ações capazes de solucionar problemas comuns que dificultam o trabalho da pesca. Como consequência, os pescadores sentem-se desamparados e entregues à própria sorte porque sabem que as iniciativas individuais não têm alcance para minimizar ou solucionar as dificuldades coletivas. Como as restrições para o trabalho da pesca em Presidente Kennedy não são recentes, há muito começou a se registrar uma evasão de pescadores para o estado do Rio de Janeiro (Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio). Mas os que migraram, não o fizeram em busca do peixe, mas sim em busca de uma melhor

infraestrutura que tornasse a pesca menos difícil e mais rentável. O município de Presidente Kennedy dispõe de um potencial de pesca fortemente expressivo, representado pela pesca ribeirinha nos rios Itabapoana, Preto, Velho, de Alvinho, do Limão e na grande extensão de áreas alagadas cortadas por valas, e pela pesca marítima, seja ela em alto mar ou na orla, onde é encontrado um grande número de pesqueiros e baixas (pedras) distribuídos desde a Ilha das Andorinhas até o Moleque de Barra de Itabapoana (referenciar Mapa). Desde a sua criação, em março deste ano, a Secretaria de Pesca coloca como imperativa a necessidade de intervenção imediata e contínua do poder público visando garantir melhores condições de trabalho aos pescadores. Um primeiro resultado deste esforço foi o apoio para a criação da Colônia Z 14, que ainda não dispõe de sede própria, compartilhando com a secretaria as dependências de um imóvel alugado. Entre os principais projetos a serem desenvolvidos em curto prazo, alguns deles em parceria com a Colônia Z 14, cabe destacar:

- ✓ Realização, nos dias 12 e 13 de dezembro, do 1º Campeonato de Pesca Esportiva em Presidente Kennedy.
- ✓ Realização, prevista para janeiro ou fevereiro, da 1ª Conferência de Pescadores de Presidente Kennedy.
- ✓ Parceria com a Cooperativa Agrícola Familiar Quilombo de Batalha (Coquiba) para implantação do projeto "Kit Bobó", de forma a otimizar a utilização do espaço da cooperativa. O projeto prevê a compra de equipamentos para beneficiamento da mandioca, que deverá ser cortada em cubos e ensacada. Deverá ser também adquirido equipamento para o preparo do camarão, e os dois produtos deverão ser comercializados em porções para o preparo do Bobó. O objetivo é gerar trabalho e renda para as comunidades, quer seja através do estímulo ao plantio e ao aproveitamento da mandioca, quer seja diversificando a forma de comercialização do camarão, agregando valor a ambos os produtos.
- ✓ Em 2002, foram feitos estudos para a construção de um píer na Praia de Marobá, na área conhecida como Ponta do Fumo. O atracadouro é uma necessidade e uma reivindicação antiga dos pescadores porque a inexistência desta infraestrutura obriga a que todos os pescadores de orla e de alto mar que permaneceram em Presidente Kennedy se desloquem até Barra de Itabapoana onde ficam atracados os barcos. A Secretaria de Pesca classifica como essencial e prioritário este projeto, que se encontra na fase de licitação para atualização do estudo e definição do custo das obras.

- ✓ O MPA já aprovou o projeto de construção de uma fábrica de gelo na localidade de Bela Vista. Outras duas estão sendo previstas em locais ainda a serem definidos, desde que construídas uma próxima ao mar e outra próxima ao rio Itabapoana.
- ✓ Construção de tanques-rede ao longo do rio Itabapoana para permitir a conservação do pescado, uma vez que os pescadores ribeirinhos, quando não encontram alternativa para comercialização do produto, perdem os peixes porque não podem armazená-los.
- ✓ A Secretaria de Pesca e a Colônia Z 14 iniciarão, em novembro, o levantamento para o censo sobre a pesca em Presidente Kennedy, que permitirá também a elaboração de um diagnóstico socioeconômico da comunidade pesqueira. A Secretaria de Pesca e a Colônia Z 14 classificam este trabalho como sendo também essencial e prioritário porque fornecerá informações e dados fundamentais para a sustentação de ações, planos e projetos para o setor.
- ✓ O MPA doou 40 computadores à Secretaria de Pesca. A Associação de Pescadores de Marobá receberá 20 equipamentos para a criação de um Telecentro. Os outros 20 deverão ser utilizados num Telecentro destinado aos pescadores ribeirinhos.
- ✓ Encontra-se na Câmara de Vereadores para ser aprovado o projeto para implantação do Conselho Municipal da Pesca de Presidente Kennedy.
- ✓ Em 2010, serão implantados o projeto Pescando Letras, que visa a melhorar o nível de escolaridade dos pescadores, e o projeto Arca das Letras que disponibilizará uma biblioteca em cada comunidade pesqueira.
- ✓ Através de parcerias com o Senai, Senar e SEBRAE, serão realizados cursos de capacitação em piscicultura e cooperativismo.
- ✓ Contratação de assessoria técnica na área pesqueira e aquícola visando ao reparo de embarcações, instalação de tanques-rede, análise técnica de água e do solo, etc.
- ✓ Contratação de assessoria técnica para realização de projeto contemplando os seguintes itens: diagnóstico participativo da pesca; delimitação das áreas de pesca; monitoramento de desembarque pesqueiro; diagnóstico da biodiversidade marinha; avaliação de potencialidade para o desenvolvimento da aquicultura; comunicação e envolvimento social.
- ✓ Intensificar contatos e entendimentos com empresas privadas e entidades do setor público com o objetivo de estabelecer parcerias.

- ✓ Estender para outras localidades as ações do Projeto Cardume, que tem sede em Marobá, mas atende também as comunidades de Bela Vista e Mineirinho, oferecendo os cursos de topiaria, escama de peixe, couro de peixe, pintura, taboa, etc., beneficiando um número maior de pessoas. Está prevista a construção de um curtume para beneficiamento do couro de peixe.

- São Francisco de Itabapoana
 - Pescadores e Entidades Pesqueiras

Colônia de Pesca Z 1

A Colônia Z 1 tem sede em Gargaú e postos em Barra de Itabapoana e Guaxindiba. O número de associados chega a 1.680 e são legalizadas 45 embarcações de 10 m a 14 m e 40 embarcações de 7 m a 10 m.

A pesca do Camarão é feita com barcos de 7 m a 9 m que percorre a área costeira desde Atafona até Piúma, somando entre 700 e 800 o número de pescadores que se dedicam a esta atividade. O volume de pesca é estimado em seis ou sete toneladas por semana. Os catadores de caranguejo e descascadeiras de camarão são em torno de 70 pessoas, e os pescadores de rio são estimados em 300. Os principais peixes de rio são o Bagre Africano, o Robalo, a Traíra, a Tainha, a Tilápia, o Piau, o Sairu e o Curimatã. Todo o volume de pesca é vendido para os frigoríficos locais. Em Gargaú há seis frigoríficos, dois em Guaxindiba e dois em Barra de Itabapoana. A renda mensal dos pescadores de camarão oscila entre um e três salários mínimos; os pescadores de alto mar podem ter rendimentos variando entre R\$4.000,00 e R\$5.000,00 por uma viagem de 15 dias. Os pescadores ribeirinhos têm ganhos de um salário mínimo mensal.

Pescador/Barra de Itabapoana

Em Barra de Itabapoana ficam atracados cerca de 30 barcos de 7,5 a 9 m usados na pesca de beira ou de orla, sendo necessários dois ou três pescadores em cada embarcação. Pesca-se o Camarão em maior quantidade, mas também peixes como o Cação, a Corvina e a Pescadinha. Há algum tempo, o Peroá era encontrado também em grande quantidade e contribuía para aumentar o volume de pesca e a renda dos pescadores. No entanto, os pescadores revelam que o Peroá desapareceu da costa sul do Espírito Santo e relacionam esse desaparecimento com a extração de petróleo,

principalmente devido às atividades de navios “chupa-cabra”. A rota dos pescadores que têm os barcos atracados no cais de Barra de Itabapoana margeia a costa em direção ao Norte, ou seja, em direção a Presidente Kennedy e Marataízes, onde estão localizados os melhores pesqueiros, denominados por eles como Beira, Buraco do Meio, Buraco Fundo, Buraco do Cheiroso, Sobe e Desce e Areal, entre outros. Os pesqueiros localizados no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente na costa de Macaé, são pequenos e comportam apenas dois barcos. Quando os pescadores lançam apenas uma rede ao mar, o volume de camarão pescado por mês oscila entre 350 kg a 400 kg, mas, quando são lançadas duas redes, o volume pode chegar a 600 kg por mês. Toda a produção é entregue aos frigoríficos locais que repassam o produto para a Ceasa/RJ.

Cerca de 45 barcos de pesca em alto mar utilizam o ancoradouro de Barra de Itabapoana. Quando é temporada de pesca do Dourado, que tem início em agosto, setembro ou outubro e finaliza em janeiro ou fevereiro, o volume da pesca varia entre 1.600 kg e 2.800 kg. O deslocamento da embarcação em alto mar faz-se inicialmente em direção ao Norte, chegando até a latitude de Vitória, de onde retorna em direção ao estado do Rio de Janeiro. Quando termina a temporada de pesca do Dourado, o volume da pesca diminui, mas pode chegar a 1.600 kg por mês, dependendo da “quadra”. Toda a produção quer seja Dourado, Olho-de-cão, Namorado, Enchova, Olhete, Pago, Olho-de-boi, etc., é destinada ao Rio de Janeiro (Ceasa).

Pescadores de alto mar e pescadores da orla compartilham as mesmas dificuldades e preocupações e todos afirmam que o volume da pesca está diminuindo a cada ano. Sentem-se desamparados pelo governo e encontram apoio apenas na comunidade local, principalmente dos comerciantes que lhes dão crédito. Há mais de 20 anos, o ancoradouro começou a apresentar comprometimento na sua estrutura e hoje uma parte já se encontra submersa. Não é do conhecimento dos pescadores a previsão das obras de recuperação.

- Município de Maratáizes
 - Pescadores e entidades pesqueiras

Colônia de Pescadores Z 8 Nossa Senhora dos Navegantes

A Colônia Z 8 foi criada em 1967 e hoje conta com 3.020 pescadores cadastrados e 1.007 barcos cadastrados. O total de barcos motorizados soma 400, sendo que, destes, 100 são utilizados na pesca da Lagosta, 64 na pesca de camarão e os demais são chamados linheiros e redeiros. A colônia tem a seguinte estrutura e presta aos associados os seguintes serviços: funciona em sede própria, possui maquinário para beneficiamento de peixe e uma criação de tilápia em cativeiro na área de Lagoa Funda, disponibiliza um Telecentro e escola de informática para os associados, faz revenda de material de pesca aos pescadores e presta assistência odontológica. Os associados são originários de Maratáizes, Presidente Kennedy, Itapemirim, Mimoso do Sul, Alegre e Cachoeiro de Itapemirim. O principal pescado de Maratáizes é a Lagosta, mas os pescadores têm enfrentado dificuldade em função das constantes mudanças na legislação sobre a forma de fazer a pesca, levando a que muitos pesquem na ilegalidade. Além da Lagosta, é significativa também a pesca de Corvina, Cação, Pargo, Sarda e Xixarro. O volume de pesca da Lagosta não é conhecido, até porque são comercializadas com diversos intermediários que destinam o produto para o mercado interno do Espírito Santo, mas também para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos pescadores é a imposição do MPA para o uso de covos para a pesca da Lagosta, equipamento que exige embarcações de maior porte. Os pescadores têm dificuldade também para ter acesso a linhas de financiamento por conta das exigências impostas, como por exemplo, a apresentação de avalistas. Os pescadores que deixam o barco atracado na foz do rio encontram problemas porque o rio está assoreado nesse trecho.

Associação dos Pescadores de Maratáizes (APEMAR)

A Associação de Pescadores de Maratáizes (APEMAR) foi fundada em 2001 e hoje conta com 150 associados e, destes, 40 são proprietários de barcos. A APEMAR não possui sede própria, mas uma parceria com a Petrobras resultou na obtenção de um terreno, já escriturado, para a construção da sede. Os barcos de pesca de orla e de alto mar ficam ancorados em Maratáizes, seja na areia ou em águas próximas à praia. O Peroá

constituiu no passado o principal pescado, e uma viagem de uma semana resultava em 1.000 a 2.000 quilos de peixe. Hoje, quando muito, consegue-se trazer 200 quilos de Peroá. Além do Camarão, pesca-se também o Baiacu e o Pargo, e, como o volume da pesca é muito baixo, o negócio com o atravessador já é combinado de forma antecipada. A renda média de um pescador é estimada em R\$30,00 a R\$40,00 por dia. O volume de pescado tem diminuído como consequência da pesca predatória e da impossibilidade dos pescadores de adquirir equipamentos e petrechos para melhorar as condições de trabalho. O principal problema enfrentado pelos pescadores é a impossibilidade de conseguir avalistas para ter acesso às linhas de financiamento.

Associação de Pescadores de Pontal APESP

A Associação de Pescadores do Pontal (APESP) foi criada em agosto de 2008 e hoje tem cerca de 500 associados. Tem-se que 200 embarcações encontram-se registradas, mas estima-se que o número total de embarcações existentes no Pontal seja de 250. Do total de 500 associados da APESP, estima-se que 60% são pescadores de alto mar, 30% são pescadores de orla e 10% são pescadores ribeirinhos, de mexilhão e caranguejo. A comunidade de Pontal é exclusivamente pesqueira, estimando-se em 1.500 o total de pescadores. Os principais pescados são a Lagosta, o Camarão, o Pargo, o Badejo, o Baiacu, a Pescadinha, a Pescada, a Corvina, a Arraia, o Dourado, a Garoupa e o Cação. A rota de pesca se estende desde Itaipava até Guaxindiba (RJ), faixa que é considerado um único e contínuo pesqueiro. Toda a produção é comercializada com atravessadores, de quem os pescadores recebem o rancho, o gelo, o óleo diesel, e a quem recorrem quando necessitam realizar reparo nos barcos ou comprar algum equipamento. Por conta deste arranjo entre atravessador e pescador que condiciona a entrega automática de toda a produção, não é possível estimar o volume de pesca alcançado pelos pescadores do Pontal. As principais dificuldades enfrentadas pelos pescadores incluem a falta de subsídio para a compra do óleo diesel, a inexistência de uma fábrica de gelo para atender toda a comunidade pesqueira, o alto custo dos equipamentos e petrechos de pesca, a obrigatoriedade de comercialização com atravessadores, a inexistência de uma central de rádio, a incapacidade financeira dos pescadores de equipar o barco para a pesca e as alterações na permissão da forma de pesca da lagosta. Segundo a APESP, os pescadores de Pontal sentem-se isolados e excluídos, como se não fossem parte

integrante de Marataízes. Essa sensação de exclusão consolida um estado de ânimo marcado pela desconfiança, pelo descrédito, pela desesperança e pela baixa autoestima. A APESP tem como objetivo dar respaldo aos pescadores para fomentar sua organização, assim como resgatar e criar valores positivos entre eles, tendo como meta a melhoria das condições do trabalho e de vida da comunidade do Pontal. A entidade funciona num pequeno imóvel, que não é uma infraestrutura adequada para o funcionamento da associação. Assim, um dos principais projetos da APESP é realizar ações visando à obtenção de uma sede própria com espaço físico que atenda às necessidades. Desde a criação, a APESP ofereceu diversos cursos de capacitação para os pescadores e familiares, realizados nas dependências da escola local. Os cursos incluíram higiene e manipulação de alimento que teve como clientela as mulheres e filhas de pescadores; curso de beneficiamento de pescado; curso de associativismo; curso de artesanato com matéria-prima do peixe, como escamas e couro. Entre os pescadores de Pontal constitui-se a tradição de ser reservada à mulher do pescador a tarefa de confeccionar e fazer reparo nas redes caçoeiras. Essa tradição permitia ainda a geração de renda, uma vez que as redes eram também comercializadas. Mas, com a proibição do uso da rede caçoeira, as mulheres, e também a família do pescador, viram-se atingidas de duas formas: primeiro com a perda da expressão de uma cultura local e a extinção da atividade feminina e, em segundo lugar, com a perda de uma fonte de renda. A APESP está priorizando as ações junto aos familiares dos pescadores, e o projeto de construção de um espaço que combine as atividades de culinária e artesanato desenvolvidas pelos familiares dos pescadores é uma meta que se pretende alcançar. Pretende-se também envolver as crianças e jovens em atividades que os distancie das drogas e da prostituição. Outros dois programas a serem implantados incluem educação ambiental para o manejo sustentável do extrativismo. A APESP já apresentou a entidades federais uma reivindicação para que seja feito um estudo sobre a pesca da lagosta, definindo as implicações sobre o uso da rede e a eficácia do uso do covo. Desta definição, depende a criação de uma linha de financiamento. São ainda necessidades fundamentais para a APESP a criação de uma sala de rádio e de um Telecentro. A comercialização do pescado poderia ser solucionada através da construção de um mercado exclusivo para a venda de peixe. A APESP pretende buscar e consolidar parcerias com instituições públicas e privadas, a exemplo do que já foi feito com a Pastoral da Ecologia de Marataízes, com a Cáritas Diocesana, com a Emcaper de Anchieta, com a APEMAR, com

a Colônia Z-8, etc. Atualmente, a APESP conta com assessoria voluntária de engenheiro de pesca, sociólogo, oceanógrafo, engenheiro agrônomo, técnico ambiental para elaboração e gestão de projetos do 3º setor e biólogo.

Boa Vista e Cações

Estima-se que um total de 150 pescadores de Boa Vista e Praia dos Cações migraram para a Região dos Lagos (RJ) em busca de melhores condições de trabalhos. Mas, destes, apenas cerca de 30 transferiram-se levando as famílias. Todos os demais que deixaram as famílias têm uma rotina de trabalho que impõe até quatro viagens ao mar e apenas uma folga para voltar a Maratáizes para estar com a família. Esse período de ausência pode-se estender por até 60 dias. Em Praia dos Cações, estima-se em 120 o número de pescadores residentes na localidade, e em Boa Vista esse número é estimado em 10. Além do Camarão, os peixes mais encontrados são a Arraia, o Cação e o Caçãozinho, a Sirioba, a Enxova, o Baiacu, a Pescadinha, o Robalo, a Tainha e a Corvina. Calcula-se que metade dos pescadores dedica-se à pesca do camarão e, quando a temporada é propícia para a pesca, pode-se alcançar um volume de 40 kg a 50 kg por dia. O comércio é feito com atravessadores que recolhem o pescado nas duas localidades. Quando a temporada de pesca é boa, os pescadores podem auferir ganhos de até R\$1.000,00 por mês, mas quando a “quadra” é ruim, esse valor pode ser reduzido a R\$200,00 por mês. O principal problema enfrentado pelos pescadores é a inexistência de um atracadouro, e a alternativa é deixar os barcos na areia ou em águas próximas à praia. Já foram registrados alguns acidentes com perda da embarcação quando ocorreram períodos de chuva intensa ou quando é tempo de “costa grossa”, o que dificulta também a saída para a pesca. Os pescadores de Praia dos Cações queixam-se também da inexistência de uma infraestrutura para conservação dos peixes, da falta de subsídio para compra de óleo diesel e da obrigatoriedade de entregar o pescado para os atravessadores. Afirmam ainda que o volume da pesca tem diminuído, fato decorrente das atividades de empresas petrolíferas e de mineração.

- Forma de pesca e pescados

Ribeirinho: rede de espera, rede mijuada, rede batida, boia e tarrafa em dias alternados, gaiola para lagosta.

De mar: redes, fora da época do Dourado, usam linha de 200 m, Covos para lagosta.

Peixes de rio: Bagre Africano, Tilápia, Traíra, Cumatã, Agrumatã, Piabanha, Piau, Robalo, Sairu, Piaba, Camarão e Lagosta de água doce.

Peixes de mar: Camarão, Cação e Caçãozinho, Corvina, Pescadinha, Sarda, Arraia, Baiacu, Peroá, Robalo, Tainha, Xixarro, Sirioba, Dourado, Olho-de-cão, Olho-de-boi, Namorado, Enchova, Pargo,

– Poder público municipal

Secretaria de Pesca de Marataízes

A Secretaria de Pesca de Marataízes considera que a pesca no município foi bastante comprometida, registrando-se a diminuição do volume de pescado e, como consequência, registrou-se a queda na renda obtida pelos pescadores. Muitos deles que recorreram a linhas de crédito tornaram-se inadimplentes porque não conseguem ganhos suficientes para arcar com os compromissos assumidos. A área de pesca foi reduzida como consequência de restrições impostas durante as atividades de pesquisas de sísmicas. Registra-se também em Marataízes a diminuição da quantidade de peixes e o desaparecimento do Peroá, fato que consideram ser também decorrente das atividades de uma empresa petrolífera. A secretaria propõe ações e projetos para beneficiar o setor da pesca, e que se encontram destacados no item sobre Planos, Programas e Projetos.

- ✓ Implantação do Centro Integral de Pesca Artesanal que prevê investimento para fábrica de gelo, câmara fria, beneficiamento do pescado, implantação de Telecentro, estaleiro para reforma e construção de embarcações, obtenção do selo para exportação do pescado, linhas de subsídio para o óleo diesel.
- ✓ Recuperação das lagoas e lagunas visando ao licenciamento para a piscicultura.
- ✓ Criação de recifes artificiais com o objetivo de recompor o que foi destruído pelas atividades da Petrobras.
- ✓ Implantação de projetos de maricultura através de fazenda marinhas para a produção de Ostra, Sururu, Lagosta, Bijupirá, etc.

- ✓ Negociação para o recebimento, pelo município, do ICMS referente à comercialização da Lagosta Cabo Verde.

Secretaria de Ação Social

As secretarias de Habitação e Assistência Social e a de Pesca estão desenvolvendo alguns projetos conjuntos visando implementar ações que possam trazer benefícios para a comunidade pesqueira em seu conjunto. Esses projetos encontram-se descritos no item sobre Planos, Programas e Projetos, dentre os quais cabe destacar:

- ✓ Parceria com Secretaria de Pesca para a recuperação das lagoas e lagunas que hoje se encontram degradadas e cobertas por vegetação. O projeto prevê ações de conscientização junto aos pecuaristas para coibir o lançamento de dejetos e resíduos biológicos que acabam por chegar até as lagoas provocando o crescimento da vegetação. O projeto prevê também ações de conscientização junto à comunidade do entorno para impedir a contaminação. A recuperação das lagoas e lagunas permitirá o desenvolvimento da piscicultura e também do artesanato através da utilização de materiais próprios deste ecossistema, como por exemplo, a taboa.
- ✓ Realização de um estudo para a elaboração de um diagnóstico permitindo a identificação de aptidões entre os familiares dos pescadores com o objetivo implantar projetos para a geração de emprego e renda.
- ✓ Implantar projetos de artesanato utilizando materiais tais como taboa, cipó, escama de peixe, couro de peixe, bambu, coco, etc.

a) Atividade turística

- Município de Presidente Kennedy

O turismo se desenvolve no município baseado no turismo de veraneio, sendo muito pouco expressivo em comparação aos municípios litorâneos do Espírito Santo. Na orla marítima existem paisagens ainda pouco exploradas e praias de baixa atração turística, comparativamente às demais praias do litoral sul do estado. Apenas a Praia das Neves apresenta-se como balneário turístico do município.

Segundo dados da Secretaria Municipal de turismo de Presidente Kennedy, o município dispõe de 16 km de orla e, nos meses de verão, o turismo de praia, principalmente em

Marobá e Praia das Neves, provoca um incremento na população do município da ordem de 25% a 30%. Estima-se que o número de veranistas oscila entre 3.000 e 4.000 visitantes, sendo que cerca de 40% são proprietários de casas, 40% ficam hospedados em pousadas e camping e 20% ocupam casas alugadas por temporada. Os turistas são provenientes, em sua maioria, do estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e de outros municípios do Espírito Santo.

O calendário de eventos turísticos tem programações diversificadas que já se tornaram tradição no município. Em 2004, foi construída em Marobá uma arena para a prática do motociclismo, e a competição de MotoCross realizada no verão atrai cerca de 15.000 pessoas. A orla de Presidente Kennedy está incluída no itinerário dos praticantes de caminhadas e do *trekking* ecológico, como também dos jipeiros ou atletas *off-road* que buscam trilhas nas áreas de restinga e mais no interior onde são encontradas lagoas, matas e o Morro da Serrinha (400 m de altitude), que atrai também os adeptos do voo livre e do rapel. Desde o Morro da Serrinha avista-se toda a orla de Presidente Kennedy com as praias de Marobá e das Neves, a extensa área de restinga e de mata atlântica, o vale do Itabapoana e as montanhas de Mimoso do Sul, o Itabira, o Frade e a Freira, o Monte Aghá, em Piúma, e a Pedra Azul, em Domingos Martins. Em Marobá são realizados os jogos de verão, e durante o carnaval os trios elétricos e os blocos animam os foliões. Em Jaqueira e na sede do município são realizadas exposições agropecuárias e as atrações incluem rodeios e shows com cantores de renome. São também representativas da cultura local as festas juninas e julinas, nas quais se apresentam vários grupos de quadrilha, como também as festas da Folia de Reis e a apresentação do grupo quilombola de Jongo nos eventos mais importantes do município. Mas a manifestação cultural e religiosa mais expressiva são os festejos em comemoração a Nossa Senhora das Neves. No início do mês de agosto, durante três dias consecutivos, um total estimado entre 65.000 e 70.000 romeiros concentram-se nas áreas que circundam a Igreja para louvação da padroeira. A Igreja de Nossa Senhora das Neves é datada do século XVII e foi tombada pelo patrimônio histórico.

Presidente Kennedy tem potencial atrativo para fazer do turismo um setor capaz de dinamizar a economia. A Secretaria de Turismo está finalizando a elaboração do Projeto Orla, que deverá ser apresentado aos órgãos competentes ainda no primeiro semestre de 2010, cujo objetivo é impulsionar o turismo na região através da melhoria da infraestrutura

e do embelezamento das praias, marcada pela necessidade da proteção e preservação do meio ambiente. No projeto está prevista a construção de oito quiosques, cinco dos quais em substituição aos atuais cuja estrutura e funcionalidade os tornaram obsoletos e insuficientes, além de áreas de estacionamento e banheiros públicos.

Em julho de 2009, foi realizado o 1º Seminário de Desenvolvimento Turístico que reuniu 150 participantes com o objetivo de viabilizar e incrementar o turismo na região, não apenas o turismo praiano, mas também o agroturismo ou turismo rural, uma vez que o município conta com um grande número de pequenas propriedades com características e potencial para tornarem-se atrativos turísticos. Visando à capacitação de pessoal para atendimento ao turista, foram oferecidos cursos de garçom, cozinheiro e atendimento ao cliente, e uma nova solicitação de avaliação técnica foi solicitada ao Sebrae para a realização de novos cursos na área de hotelaria. Com a instituição da Rota da Costa e da Imigração, integrada pelos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Itapemirim, Piúma, Anchieta, Rio Novo do Sul, Iconha e Alfredo Chaves, o secretário de Turismo prevê um impulso no turismo da região viabilizado pela ação conjunta dos municípios.

Com relação aos principais núcleos atratores de turistas para o município, destaca-se a Praia das Neves que recebe principalmente mineiros, sendo que no verão as pousadas e casas de aluguel são todas ocupadas.



Figura 5.3.4.2-1: Praia das Neves, município de Presidente Kennedy.
Foto: Cristian A. Senn.

Marobá é outro núcleo urbano localizados na costa de Presidente Kennedy, mas ainda carece de infraestrutura turística. Em entrevistas realizadas com moradores e pescadores residentes em Marobá foi destacado que essa localidade não se apresenta com função turística até mesmo pelas condições infraestruturais deficientes, especialmente no tocante ao fornecimento de água. Foi ressaltado que muitas vezes a comunidade é abastecida por carros-pipa devido à salubridade da água existente.

Além da pequena movimentação turística tendo como atrativos as praias locais, sendo mais concentrada no verão e nos núcleos urbanos de Marobá e de Praia das Neves, o município conta com outros atrativos turísticos naturais, como a Mata do Pau Bonito e Mata Santa Lúcia que são reservas ecológicas. Também estão localizadas em Presidente Kennedy as Áreas de Preservação Ambiental (ASPAS): Brejo do Criador, Barragem de Santa Lúcia, Sítio Histórico de Guarulhos, Lagoa Monte Alegre, Pico da Serrinha, Pico do Serrote, Morro da Serra e Cachoeira Caucela.

A presença marcante de algumas edificações históricas também tem sido apontada como um importante atrativo turístico do município, dentre as quais se destacam o Santuário da Neves e o Sítio Histórico de Guarulhos (construído na época dos jesuítas). A Igreja das Neves é uma edificação que data do século XVI, e é o monumento de maior expressão histórica do município. No dia 05 de agosto comemora-se a Festa das Neves no Santuário das Neves, quando aproximadamente 70.000 pessoas oriundas de vários locais, inclusive do Rio de Janeiro, participam para pagar promessas.

- Município de Marataízes

O município de Marataízes em seus 25 km extensão tem uma riqueza natural que abriga 13 praias, sendo que algumas possuem areia monazítica, falésias, lagoas, brejos, mangues e córregos e o rio Itapemirim, que corta o município. Existem três Ilhas em Marataízes sendo que uma delas, a Ilha dos Ovos, constitui-se em área de proteção ambiental.

Marataízes possui algumas Reservas Ambientais: a Reserva Estadual Guanandi (em que parte da área está situada no município de Piúma) e as Áreas de Proteção Ambiental criadas pela Lei municipal de proteção das Águas (Lei nº267/99) que inclui os mangues, onze lagoas, cinco ilhas, nove brejos e córregos, todas as restingas e nascentes.

Os Monumentos Históricos em Maratáizes são a Oficina Ferroviária (1937) e Estação Ferroviária (início do século XX), este último é hoje um terminal rodoviário. O artesanato local em madeira, conchas, embira, cipó, palha e argila são atrativos da cidade, e pode ser encontrado em toda a orla.

Entre as festas religiosas e populares que acontecem no município estão a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, a Procissão Marítima das Canoas (Divino Espírito Santo), a Festa de Nossa Senhora da Penha, a Festa de São Judas Tadeu, a Festa de *Corpus Christi* (confeção de tapetes decorativos na Praça da Barra), o Maratáizes *Fest Gospel* (evento Evangélico), a Festa do Caipira e a Festa do Peroá. No reveillon acontece show pirotécnico e apresentação de trios elétricos.

O turismo é uma atividade maior durante a alta temporada, quando a cidade recebe turistas especialmente do Rio de Janeiro, Minas Gerais e até de outros países.

A estrutura comercial é de porte médio, mas capaz de sustentar um número de turistas cinco vezes maior que o da população fixa na alta temporada. Para tanto, dispõe de hotéis, pousadas, chalés, restaurantes, bares e casas noturnas.

Nesse município são importantes atrativos turísticos as edificações que representam seu patrimônio histórico e cultural das quais se destacam:

- Casarios: conjunto de casarios do século passado.
- Trapiche: um dos mais importantes prédios históricos do município, restam apenas as ruínas. Ele foi construído na primeira metade do século XIX, com a finalidade de armazenar os produtos agrícolas e colaborar com o desenvolvimento das atividades portuárias.
- Palácio das Águias: também construído no século XIX, destaca-se pelas duas águias nas portas frontais e pelo leão de pedra na lateral.

As atividades de lazer e turismo mais relevantes são aquelas realizadas nos seguintes atrativos naturais:

- Lagoa do Siri: A Lagoa é mais procurada durante o verão, por causa da proximidade com a praia e da infraestrutura, com bares, restaurantes e um

camping nas proximidades. Ela é separada do mar apenas por uma pequena faixa de areia.

- Lagoa de Guanandy ou Sete Pontas: com um milhão de metros quadrados de superfície, essa lagoa se divide em sete longos braços e é uma das maiores da região. É imprópria para banho devido à presença de jacarés. Aqui também sobrevivem as últimas capivaras e lontras da região. Garças-brancas-grandes e pequenas, irerês, piaçocas e mergulhões podem ser vistos nos passeios de barco pela área.

A lagoa, a restinga, as praias e o manguezal, com limite na foz do rio Itapemirim, formam uma Área de Proteção Ambiental (APA). Outros atrativos de destaque são: Ilha dos Ovos, Ilha do Farol, Ilha das Andorinhas e suas praias.

- Município de São Francisco de Itabapoana

O município de São Francisco de Itabapoana possui belas praias, rios, lagoas e mangues. Contudo, o turismo é apenas potencial. A cidade possui 19 praias, algumas com areia monazítica – que é explorada pela INB, Indústria Nuclear do Brasil.

Na alta temporada a cidade recebe em torno de 1.500 turistas, e na baixa temporada 400 a 500 pessoas, por fim de semana, que se hospedam em casas de veraneio ou pequenas pousadas. Geralmente a origem dos turistas é Minas Gerais.

5.3.4.3 Principais atividades econômicas na ADA

a) Campo Novo

Em Campo Novo o comércio é constituído por três bares e uma pequena mercearia. A agricultura constitui a principal ocupação da grande maioria da população, que trabalha como diarista em lavouras de mandioca ou no preparo da produção de farinha na fábrica localizada em Taboa. Os diaristas trabalham também no cultivo de feijão e no plantio e capina de pasto. A ocupação como diarista é ocasional e não gera renda suficiente para o sustento das famílias.

b) Jaqueira e Areinha

A principal ocupação dos moradores de Jaqueira é o trabalho como diaristas nas lavouras de mandioca ou nas fábricas de farinha, mas há também um número expressivo de funcionários públicos. Em Areinha, além do trabalho como diarista, a população tem na pesca ribeirinha uma importante fonte de sustento. É estimado em 70 o número de pescadores ribeirinhos, e os barcos ou botes ficam atracados no rio Alvinho, Velho, do Limão, na Vala da Tereza e nas proximidades da Igreja das Neves. A pesca é feita com rede de espera, mijuada, batida, tarrafa e boia. Com exceção do Bagre Africano, que é o pescado encontrado em maior quantidade e que é normalmente comercializado diretamente com os frigoríficos de Barra de Itabapoana, os demais peixes, como a Traíra, a Tilápia, o Cumatã são repassados para o "rematante" ou vendidos no varejo. Quando a temporada é favorável para a pesca, o volume diário chega a 15 kg, mas quando é desfavorável, pode ser reduzido a cinco quilos por dia. O rendimento com a pesca ribeirinha chega, no máximo, a um salário mínimo mensal.



Figura 5.3.4.3-1: Fábrica de farinha em Jaqueira.
Foto: Marília M. Sales (Nov/09).

Em Jaqueira o comércio é diversificado e tem lojas de roupas, armarinho e papelaria, de material de construção, armazém, peixarias, bares, lanchonetes e Lan House. Já em Areinha o comércio é representado por nove bares.

c) Criador

A grande maioria dos trabalhadores de Criador se ocupa da agricultura, quer seja no cultivo da mandioca, do abacaxi, do maracujá ou da cana-de-açúcar. Alguns moradores são proprietários de pequenas extensões de terra, mas não dispõem de recursos

financeiros para cultivá-las. Os diaristas representam 40% dos trabalhadores e a renda média dos habitantes varia de meio a um salário mínimo.

d) Marobá

A principal fonte empregadora dos residentes em Marobá é a prefeitura municipal, e a pesca constitui também uma importante fonte de renda, mas um número significativo de pescadores migrou para o estado do Rio de Janeiro em busca de melhores condições de trabalho. O comércio e os serviços incluem três restaurantes, uma padaria, uma loja para venda de produtos artesanais produzidos pelo Projeto Cardume, uma mercearia, uma peixaria, e quatro pousadas.

Marobá é uma comunidade tradicionalmente pesqueira que se organiza através da Associação de Pescadores de Marobá. O atual representante desta entidade relata que ela foi constituída há dois anos e meio, e há quatro meses foi inaugurada a sede própria. O número de associados totaliza 200 pescadores, dos quais aproximadamente 140 são pescadores de alto mar, 30 são pescadores de orla e 30 são pescadores ribeirinhos. A frota de embarcações de propriedade dos pescadores de Marobá é calculada em 50 barcos, sendo, em sua maioria, próprios para a pesca ribeirinha ou para a pesca de orla. Na faixa marítima compreendida entre a ilha de Bela Vista até o Moleque de Barra de Itabapoana estão localizados os melhores pesqueiros e baixas, como por exemplo, o de Lameiro, Baixa da Buraca, Ponta em Ponta e Pedrinha. A produção dos pescadores de alto mar e de orla é entregue aos frigoríficos de Barra de Itabapoana. A produção dos pescadores ribeirinhos é comercializada no varejo ou repassada aos "rematantes", que usam motos ou carros para transporte do pescado. O rendimento dos pescadores ribeirinhos e de orla gira em torno de um salário mínimo por mês. O rendimento dos pescadores de alto mar varia de acordo com o preço de venda e com a época da pesca. Como consequência, duas semanas de pesca em alto mar podem permitir ganhos de até R\$1.000,00, mas que podem também ser reduzidos a R\$200,00.

A principal dificuldade que os pescadores de alto mar e de orla de Marobá enfrentam é a inexistência de um cais para atracar os barcos, o que já provocou a transferência de muitos deles para o estado do Rio de Janeiro, sobretudo para as cidades de Macaé, Rio das Ostras e Cabo Frio.

Nos meses de maio e junho, como alternativa para melhorar a renda mensal, cerca de 25 famílias de Marobá, inclusive as de pescadores, ocupam-se com a colheita da aroeira e colhem juntas entre 20.000 kg e 30.000 kg de sementes. A produção é vendida a atravessadores por R\$2,00 ou R\$3,00 o quilo.

e) Santo Eduardo

A principal atividade econômica é a agricultura (abacaxi e mandioca), mas há também pescadores e funcionários públicos da PMPK. Os cerca de 15 pescadores ribeirinhos que residem em Santo Eduardo têm de percorrer cerca de 8 km até chegar ao rio Itabapoana, nas proximidades da Igreja das Neves. A pesca é feita com rede de espera, lançada diariamente, e tarrafa usada em dias alternados. O trecho navegado pelo rio Itabapoana é de cerca de 3,5 km, e o volume diário não passa de 10 kg de Bagre Africano, Tilápia, ou Traíra, que são comercializados com os "rematantes" ou no varejo.



Figura 5.3.4.3-2: Plantios de abacaxi em Santo Eduardo.
Foto: Marília M. Sales (Nov/09).

O comércio local é constituído por uma mercearia e alguns bares. Em Santo Eduardo foi instalada uma oficina mecânica, a Impacto, que faz a manutenção da frota de veículos da prefeitura municipal.

f) Praia das Neves

Esta localidade é a que representa a maior demanda turística de Presidente Kennedy, sendo, desta forma, constituída por restaurantes classificados como de boa comida e com bom atendimento, e dispondo da maior infraestrutura hoteleira existente no município,

composta por algumas pequenas pousadas e área de camping. O comércio, além de bares e restaurantes, inclui uma padaria e um mercado.

Os poucos residentes fixos têm na atividade comercial a principal atividade geradora de trabalho e renda. Na época de veraneio, a população aumenta pela vinda de turistas para esta localidade. No entanto, manifestam que a maioria desses turistas tem casa própria.

A localidade conta com uma área de camping, o Camping Brasil, conforme figura abaixo.



Figura 5.3.4.3-3: Camping Brasil – Praia das Neves.
Foto: Marília M. Sales (Out/09).

g) Boa Vista e Praia dos Cações

A economia é sustentada basicamente pela pesca e pela agricultura em Boa Vista e Praia dos Cações. Em Boa Vista, cultiva-se o abacaxi e a mandioca, e os trabalhadores ou são diaristas ou arrendam terras para plantio. Segundo dados dos entrevistados, devido às dificuldades enfrentadas pelos pescadores locais, estima-se que um total de 150 pescadores de Boa Vista e Praia dos Cações migraram para a Região dos Lagos (RJ) em busca de melhores condições de trabalhos. Mas, destes, apenas cerca de 30 transferiram-se levando as famílias. Todos os demais que deixaram as famílias têm uma rotina de trabalho que impõe até quatro viagens ao mar e apenas uma folga para voltar a Maratáizes para estar com a família. Esse período de ausência pode estender-se por até 60 dias.



Figura 5.3.4.3-4: Barcos ancorados em Praia dos Cações.
Foto: Marília M. Sales (Nov/09).

O comércio de Praia dos Cações é constituído por uma padaria, dois bares e uma pequena mercearia. Em Boa Vista, o comércio e os serviços são diversificados e contam com uma pousada, uma área de camping/pousada, cinco bares, duas padarias, três mercearias, duas lojas de material de construção, duas lojas de roupas, duas oficinas mecânicas de moto, uma revenda de motocicletas e carros usados e um consultório odontológico.

h) Barra do Itabapoana

A atividade produtiva onde se assenta a renda e o trabalho da maioria dos residentes em Barra do Itabapoana é a pesca, quer seja a pesca do camarão na região da orla, quer seja a pesca em alto mar. O comércio representa também uma importante fonte de renda para os moradores, e esta atividade sofre um incremento bastante importante nos meses de verão. As Indústrias Nucleares do Brasil (INB), localizada na região de Buena, a 13 km de Barra de Itabapoana, e as empresas terceirizadas pela Petrobras têm postos de trabalhos ocupados por moradores de Barra de Itabapoana.

O comércio local é bastante diversificado e inclui 21 bares, duas pousadas, cinco restaurantes, quatro peixarias, 14 mercearias, três açougues, sete lojas de roupas e artigos diversos, uma loja de eletrodomésticos, três lojas de material de construção, três academias, quatro salões de beleza, duas lan houses, duas locadoras, quatro lojas de material de pesca, duas farmácias e dois frigoríficos, tendo sido desativado o Frigorífico Itabapoense.



Figura 5.3.4.3-5: Embarcações atracadas em Barra de Itabapoana.
Foto: Marília M. Sales (Out/09).

Segundo informações de pescador da comunidade em Barra de Itabapoana, ficam atracados cerca de 30 barcos de 7,5 a 9 m usados na pesca de beira ou de orla, sendo necessários dois ou três pescadores em cada embarcação. Pesca-se o Camarão em maior quantidade, mas também peixes como o Cação, a Corvina e a Pescadinha.

Algum tempo atrás, o Peroá era encontrado em grande quantidade e contribuía para aumentar o volume de pesca e a renda dos pescadores. No entanto, os pescadores revelam que o Peroá desapareceu da costa sul do Espírito Santo, e relacionam esse desaparecimento com a extração de petróleo, principalmente devido às atividades de navios “chupa-cabra”. A rota dos pescadores que têm os barcos atracados no cais de Barra de Itabapoana margeia a costa em direção ao Norte, ou seja, em direção a Presidente Kennedy e Marataízes, onde estão localizados os melhores pesqueiros, denominados por eles com os nomes de Beira, Buraco do Meio, Buraco Fundo, Buraco do Cheiroso, Sobe e Desce e Areal, entre outros. Os pesqueiros localizados no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente na costa de Macaé, são pequenos e comportam apenas dois barcos. Quando os pescadores lançam apenas uma rede ao mar, o volume de camarão pescado por mês oscila entre 350 kg e 400 kg, mas, quando são lançadas duas redes, o volume pode chegar a 600 kg por mês. Toda a produção é entregue aos frigoríficos locais que repassam o produto para a Ceasa/RJ.

Já a pesca de alto mar realizada por pescadores da comunidade utiliza cerca de 45 barcos de pesca que ficam ancorados em Barra de Itabapoana, conforme informações de pescador local. Quando é temporada de pesca do Dourado, que tem início em agosto,

setembro ou outubro e finaliza em janeiro ou fevereiro, o volume da pesca varia entre 1.600 kg e 2.800 kg. O deslocamento da embarcação em alto mar faz-se inicialmente em direção ao Norte, chegando até a latitude de Vitória, de onde retorna em direção ao estado do Rio de Janeiro. Quando termina a temporada de pesca do Dourado, o volume da pesca diminui, mas pode chegar a 1.600 kg por mês, dependendo da “quadra”. Toda a produção quer seja Dourado, Olho-de-cão, Namorado, Enchova, Olhete, Pago, Olho-de-boi, etc., é destinada ao Rio de Janeiro (Ceasa).

Pescadores de alto mar e pescadores da orla compartilham as mesmas dificuldades e preocupações e todos afirmam que o volume da pesca está diminuindo a cada ano. Sentem-se desamparados pelo governo e encontram apoio apenas na comunidade local, principalmente dos comerciantes que lhes dão crédito. Há mais de 20 anos, o ancoradouro começou a apresentar comprometimento na sua estrutura e hoje uma parte já se encontra submersa. Não é do conhecimento dos pescadores a previsão das obras de recuperação.



Figura 5.3.4.3-6: Capatazia de Pescadores de Barra de Itabapoana.
Foto: Cristian A. Senn (Out/09).

O Anexo 18 trás o mapa de rotas de pesca das comunidades na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento.

5.3.5 Patrimônio histórico, cultural e arqueológico

a) Considerações gerais

O presente item tem por finalidade apresentar os resultados obtidos com a realização do diagnóstico do patrimônio histórico, cultural e arqueológico realizado na área de influência do empreendimento.

De acordo com a legislação vigente, os sítios arqueológicos são Patrimônio da União e sua proteção é estendida mesmo àqueles ainda desconhecidos. A proteção aos sítios arqueológicos está estabelecida na Lei Nº 3924, de 26/07/1961. A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo II, dispõe sobre a proteção aos sítios arqueológicos, e o papel de Estados e Municípios em sua conservação.

O levantamento arqueológico prévio a empreendimentos geradores de impacto ambiental está previsto na Resolução CONAMA Nº 001, de 23/01/1986. A Lei Nº 9605, de 30/03/1998, Seção IV dispõe sobre os crimes contra o patrimônio cultural.

A necessidade de obtenção de autorização prévia para realização de pesquisas arqueológicas é regulamentada nas portarias do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Nº 07, de 01/12/1988 e Nº 230, de 17/12/2002.

Na Portaria nº 230, o IPHAN estabelece a pesquisa arqueológica necessária em cada fase do processo de licenciamento ambiental. Para a obtenção da Licença Prévia – LP deve ser realizado o Diagnóstico Arqueológico, quando é efetuado o levantamento de dados secundários e um levantamento de campo visando identificar as áreas com maior potencial arqueológico, subsidiando o projeto para aprofundamento dos estudos na fase seguinte¹. Cabe informar que para o diagnóstico arqueológico aqui apresentado foi feito ofício comunicando ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), (ver Anexo 09).

Para a obtenção da Licença de Instalação - LI, a mesma portaria estabelece a pesquisa arqueológica através do aprofundamento do levantamento de campo nos locais indicados

¹ Segundo resolução do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), informada através do ofício OF. CIRCULAR/21^ªSR/IPHAN/Nº001/2008, não é mais necessária a publicação de autorização de pesquisa para diagnósticos arqueológicos, devendo ser apresentada a esse instituto comunicação prévia à sua realização e o relatório com os resultados obtidos que constitui o presente documento.

como potencialmente lesivos ao patrimônio e segundo as diretrizes propostas na fase anterior. Identificados os sítios arqueológicos, caso existam, deve ser elaborado um Programa de Resgate a ser implantado na fase seguinte.

E por fim, para a obtenção de Licença de Operação - LO deve ser executado o Resgate Arqueológico com a escavação dos sítios afetados. Ressalta-se que as etapas acima são correlacionadas e sequenciais.

A Portaria nº 230 também prevê a responsabilidade do empreendedor na realização de Programas de Educação Patrimonial, nas análises de laboratório do material coletado e na sua guarda através de instituições adequadas, onde deverá permanecer o material oriundo de projetos de Salvamento Arqueológico, e sob a responsabilidade técnica de profissionais habilitados com a devida autorização federal do IPHAN.

A proteção aos sítios arqueológicos também está prevista na legislação estadual do Espírito Santo, onde a Lei nº 2947/74 define o Patrimônio Histórico e Artístico do Espírito Santo, complementada pela Lei nº 4625/92. A Lei nº 3624/83 insere os sítios arqueológicos como área de interesse especial e turístico. A Lei nº 4126/88 dispõe sobre a política estadual de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, incluindo sítios arqueológicos como áreas de uso regulamentado. Finalmente, a Lei nº 7058/02 considera infração promover obra ou atividade em área protegida por lei sem licença, incluindo entre eles os sítios arqueológicos.

b) Metodologia

Inicialmente foi realizado o levantamento das informações já disponíveis sobre a arqueologia da região, assim como dados da etno-história que permitam formar um panorama sobre os sítios prováveis de serem encontrados na área. Também foram realizadas entrevistas sobre a ocorrência de vestígios arqueológicos com moradores da região do empreendimento.

O trabalho em campo consistiu na observação da área de influência do empreendimento em seus diferentes estratos ambientais, buscando locais propícios à ocupação humana dentro da área em questão. Além da observação de superfície, em cada um dos estratos identificados foram realizadas investigações de subsuperfície através da observação

oportunística de locais onde esta se encontra exposta (buracos e barrancos, por exemplo - ver Figuras 5.3.5-1 e 5.3.5-2). Prospecções sistemáticas na área serão realizadas com a continuidade do projeto, em fases subseqüentes do licenciamento ambiental.

Os procedimentos de pesquisa adotados foram diferenciados conforme a área de influência do empreendimento, intensificando-se no local do mesmo. Para a AII, foi efetuado o levantamento de dados secundários que permitissem a caracterização arqueológica da região. Para a AID, além do levantamento de dados secundários, foram realizadas entrevistas e vistoria de campo (Figura 5.3.5-3). Para a ADA, além dos procedimentos já descritos, percorreram-se a pé diversos trechos para observação de superfície e subsuperfície.

Pretende-se assim traçar um diagnóstico sobre o potencial de ocorrência de sítios arqueológicos na área, de forma a subsidiar o programa de prospecções arqueológicas que será proposto com esse trabalho, a serem realizadas com a continuidade do empreendimento.



Figura 5.3.5-1: Solo exposto utilizado para observação de superfície na área do empreendimento.



Figura 5.3.5-2: Barranco em canal de drenagem utilizado para observação de subsuperfície.



Figura 5.3.5-3: Entrevista com antigo proprietário de terreno na ADA.

c) Resultados - levantamento bibliográfico

- Contexto etno-histórico

O empreendimento está inserido em região de grande riqueza histórica. Além dos sítios testemunhos da ocupação pré-histórica citados anteriormente, há diversos testemunhos da importância da ocupação indígena e colonial no sul do Espírito Santo, sobretudo no atual município de Anchieta.

– Presença Indígena

O litoral do Espírito Santo provavelmente já era habitado havia mais de seis mil anos quando os colonizadores portugueses chegaram, em 1535, com o donatário dessa Capitania, Vasco Fernandes Coutinho. Os conflitos entre europeus e indígenas foram frequentes e influenciaram na mudança da sede da capitania do continente (Vila Velha) para a ilha, mais facilmente defensável (Vila de Vitória). Os ataques e as doenças dos europeus tiveram grande efeito sobre a população indígena, com muitas baixas e fuga para o interior.

Na região litorânea do Espírito Santo, as referências etnográficas indicam o predomínio de índios da família Tupi, denominados Temiminó (NIMUENDAJU, 1981). Eram índios agricultores, consumidores de mandioca e de milho. Também plantavam várias espécies não alimentícias, como cabaças, tabaco, algodão e urucu. Suplementavam a dieta com coleta de frutos, raízes e nozes silvestres, além da caça.

MÉTRAUX (1948 *apud* CALDARELLI, 2007) faz uma descrição detalhada das atividades de caça e outros aspectos da vida cotidiana para os Tupinambá, grupo Tupi predominante no litoral do Rio de Janeiro. Segundo ele, utilizavam longos arcos feitos de madeira dura, e pontas de flecha de quatro tipos: lanceolada de bambu para grandes animais, barbelada de madeira, barbelada de osso e rombuda de madeira para abater aves. Utilizavam armadilhas, como poços para antas e onças, além de alçapões para pássaros. Efetuada tanto individualmente quanto em grupo, as crianças também tinham sua participação nessa atividade, na captura de pequenos animais, como lagartos.

Sazonalmente, durante o período de chuvas, montavam acampamentos temporários nas praias para pesca e coleta de mariscos. Os animais caçados ou pescados podiam ser consumidos assados ou cozidos, e o excedente desidratado e defumado.

Utilizavam a mandioca brava, descascada com conchas e ralada, extraindo o sumo venenoso com um tipiti de fibra. Após esse processo, a massa era assada em um grande prato de cerâmica. Também eram consumidos outros tubérculos, cozidos ou assados, como aipim, cará e batata doce, além de amendoins assados. O cauim, bebida à base de milho, era preparado por mulheres em uma grande vasilha de cerâmica, que mastigavam o milho cozido e o cuspiam no recipiente para fermentar.

As aldeias eram compostas por 4 a 8 casas comunais de tamanhos diversos e planta retangular, com tetos em arco, cobertos por folhas de palmeiras. Eram construídas em volta de uma praça central, palco da vida comunal e religiosa, abrigando cerca de 30 famílias. Dentre seus artefatos, além dos já mencionados vasilhames cerâmicos, destacam-se cestos, machados de pedra, embarcações e adornos diversos, em pedra (tembetás), penas, conchas e ossos.

O autor GABRIEL SOARES DE SOUSA (1971, *apud* CALDARELLI, 2007) descreve as cerimônias de sepultamento, sendo o morto enterrado na rede em que dormia, e a cova aberta pelo parente mais próximo. Lamentam-se enquanto cobrem a cova com terra, retornando às casas, onde a viúva chora o marido por muitos dias.

Ao falecer um “principal” da aldeia, após alguns dias o untam com mel e o empenam com penas de pássaros de cores, colocando uma carapuça de penas na cabeça e os enfeites que eles costumam usar nas festas. A cova é muito funda e grande, escavada na casa

em que vivia e estaqueada ao redor, para que a terra não caia sobre ele. A rede é armada para que não toque chão, colocando junto da rede seu arco e flechas, sua espada e o maracá. Acendem o fogo ao longo da rede para aquecê-lo, põem comida em um alguidar, água num cabaço e a cangoeira de fumo. A cova é fechada com madeira, sem tocar o corpo na rede, colocando-se ramos sobre ela, para que a terra que irá finalizar não toque o corpo. Sobre a sepultura continua a viver a mulher, como antes, pranteando-o muitos dias.

Quando morre algum jovem, filho de algum principal, é colocado de cócoras em um pote, com os joelhos atados junto à barriga. O pote é enterrado na mesma casa, sendo chorado por muitos dias.

Os índios Puri e Botocudo, do tronco Macro-Jê, eram caçadores-coletores seminômades, que habitavam as florestas. São registrados principalmente no interior, o que não impede sua circulação até o litoral, onde habitavam os índios Tupi. (COUTINHO, 2002; MAXIMILLIANO, 1958; NIMUENDAJU, 1981; SAINT-HILAIRE, 1974).

São muito temidos pelos viajantes por seu comportamento hostil, descritos como “nômades selvagens” por Maximilliano (1958). Ocupam as bacias dos rios Itapemirim, Itabapoana e Paraíba do Sul (PEROTA, 2007).

“[...] A região do alto Itapemirim é habitada pelas hordas bravias dos tapuias, sobretudo pelos Puri e, como os mineiros asseveram, por outra tribo selvagem, que apelidam de Maracá. (...) Os Botocudo, porém, que são os verdadeiros tiranos desses ermos, ainda fazem grandes incursões rio abaixo.” (MAXIMILLIANO, 1958).

Ao se hospedar na Fazenda de Muribeca em 1812, Coutinho (2002) também se refere aos temidos índios:

“[...] Toda esta fazenda e o deserto até Itapemirim é cruelmente infestado por gentios antropófagos, da raça dos puris, ou antes botocudos², sendo mais exposta as imediações do presídio³ da Boa Vista.” (COUTINHO, 2002, p. 44)

Na mesma ocasião, MAXIMILLIANO (1958) demonstra a necessidade de cuidado ao viajar no trecho de seis a oito léguas ao norte do Itabapoana até o rio Itapemirim, devido à hostilidade dos Puris. Devido aos constantes ataques, foi estabelecido o posto militar chamado Quartel de Barreiras (Boa Vista), sendo acompanhado na viagem até lá pelo

² Segue a tendência de denominar botocudos os selvagens, mas a região era habitada por índios puri.

³ Quartel.

feitor de Muribeca. O mesmo ocorre com SAINT-HILAIRE (1974), alertado desde o Rio de Janeiro pelos perigos entre Muribeca e o Itapemirim em razão dos índios selvagens, sendo necessário viajar com homens armados. Foram então também acompanhados por três escravos de Muribeca até o Quartel da Boa Vista, que indicavam os locais em que os antropófagos já haviam aparecido.

Em 1820, na Vila de Itapemirim, COUTINHO faz nova referência:

“[...] Ao chegar à praia, (...) encontrei um furriel com quinze homens da Cavalaria Miliciana de Campos, que vinha para me escoltar e que eu estimava muito pelas saídas e hostilidades que têm feito os botocudos, não só no interior do país e nas margens do rio junto ao quartel da Barra, mas também nas praias do mar junto ao quartel da Boa Vista, nos Siris, cujos moradores desertaram todos, e até nos areais de Muribeca.” (COUTINHO, 2002, p. 44)

Destaca-se a observação de SAINT-HILAIRE (1974), escrita em 1818, de que quando da expulsão dos jesuítas não havia selvagens em todo esse distrito, que começaram a cometer estragos seis ou oito anos após a retirada dos religiosos.

Segundo MÉTRAUX (1946, *apud* CALDARELLI, 2007), os Puri e os Coroado eram tribos indígenas estreitamente relacionadas quanto à língua e à cultura. Foram perseguidos intensamente nos séculos XVII e XVIII, declinando rapidamente. No século XIX, os sobreviventes encontravam-se aldeados e aculturados.

O nome coroados tem origem no costume desses índios de conservarem seus cabelos na forma de uma calota. Adornavam-se com pinturas, penas, braceletes e colares de sementes e de dentes de animais.

São hábeis caçadores, utilizando grandes e robustos arcos e flechas. A pesca tinha importância secundária na dieta e era feita com arcos e flechas feitos de taquara. Alguns vegetais eram cultivados, como mandioca, milho, batatas e abóboras. O uso de machados de pedra polida com a lâmina presa entre duas hastes de madeira amarradas com fibras foi registrado ainda no século XIX.

Assavam os alimentos em fornos de terra em espetos sobre fogueiras ou os ferviam em caules de bambu. Usavam cabaças como tigelas.

Suas habitações são descritas por MAXIMILLIANO (1958) como “*as mais primitivas do mundo*”, facilmente abandonadas por locais com maior abundância de caça. Devido a grande mobilidade, suas cabanas eram simples abrigos de folhas de palmeiras, apoiados em uma estrutura de madeira, que também servia para pendurarem suas redes de dormir, confeccionadas com fibras de embaúba. Confeccionavam cestos e vasilhas de cerâmica, com formato geralmente ovoide, lembrando a fruta da sapucaia.

Sobre os mortos, MAXIMILLIANO (1958) cita o costume Coroado de enterrar seus chefes sentados dentro de grandes vasos de barro, chamado camucis. Esse viajante também chama atenção para a antropofagia dos Puri, que, segundo diversos testemunhos por ele colhidos, comeriam eventualmente os corpos dos inimigos mortos, dos quais retiravam os braços e pernas. Os Puri com que teve contato, entretanto, jamais reconheceram esse costume. Mesmo entre os Coroados de Minas Gerais, havia o costume de colocar um pé ou braço dos inimigos dentro de um vaso de cauí, que em seguida é bebido pelos convivas. SAINT-HILAIRE (1974), também relata casos de antropofagia na região por esses índios.

MAXIMILLIANO (1958) também menciona alguns elementos de sua cultura material, como panelas, pratos e tigelas feitos de cabaça e cuia, além de cestos de palha e outros objetos. SAINT-HILAIRE (1974) cita um colar de dentes e sementes que ganhou feito por índios dessa etnia.

No mapa etnográfico de CURT NIMUENDAJU (1981), observa-se no litoral sul do estado a presença de índios Temiminó, e índios Puri no interior e na divisa com Rio de Janeiro, onde também são registrados os Waytacá (Goitacá), considerados por Nimuendajú (1981) como de família linguística desconhecida (Figura 5.3.5-4).

Os Puri foram reunidos na missão de São Fidelis, no Estado do Rio de Janeiro (PEROTA, 2007), onde, segundo SAINT-HILAIRE (1974), haveria índios Coroado, pois para ele os Puri não teriam sido aldeados. Segundo informado por Rosângela Marques Guarçoni, do Departamento Municipal de Cultura, em Santo Antônio do Muqui teria havido um aldeamento Puri (comunicação pessoal, maio de 2007).

O grupo de índios Puri contactado por Maximilliano no início do século XIX (1858) tinha-se estabelecido havia pouco tempo perto de São Fidélis, supondo, no entanto, que fossem relacionados aos que exerceram hostilidades no litoral, perto de Muribeca.

“[...] As grandes florestas das cercanias de Muribeca são habitadas por Puris nômades, que, nessas paragens e na extensão de um dia de jornada para o norte, se mantêm hostis. Supõe-se, não sem razão, serem os mesmos que vivem amistosamente com os colonos de perto de São Fidélis. Havia pouco, em agosto, mês que precedera o da nossa visita, atacaram os rebanhos da fazenda, à margem do Itabapuana, e mataram, de maldade, trinta bois e um cavalo. Um rapazote negro, que tomava conta do gado (...) foi assado e devorado (...). O feitor, que está sujeito a esses ataques dos selvagens (...) mataria de bom grado nosso jovem Puri”.

(MAXIMILLIANO, 1958, p. 126)

Os índios Puri foram associados por PEROTA (1995) à Tradição arqueológica Una, e os índios Tupi são tradicionalmente associados à Tradição arqueológica Tupiguarani. Conforme enfatizado por CALDARELLI (2007), os remanescentes das aldeias tupiguarani possuem maior visibilidade arqueológica devido à maior densidade demográfica e uso abundante de vasilhas cerâmicas. Já os assentamentos Puri apresentam menor visibilidade arqueológica, por se tratarem de assentamentos de grupos de baixa densidade demográfica, característica de sociedades seminômades.

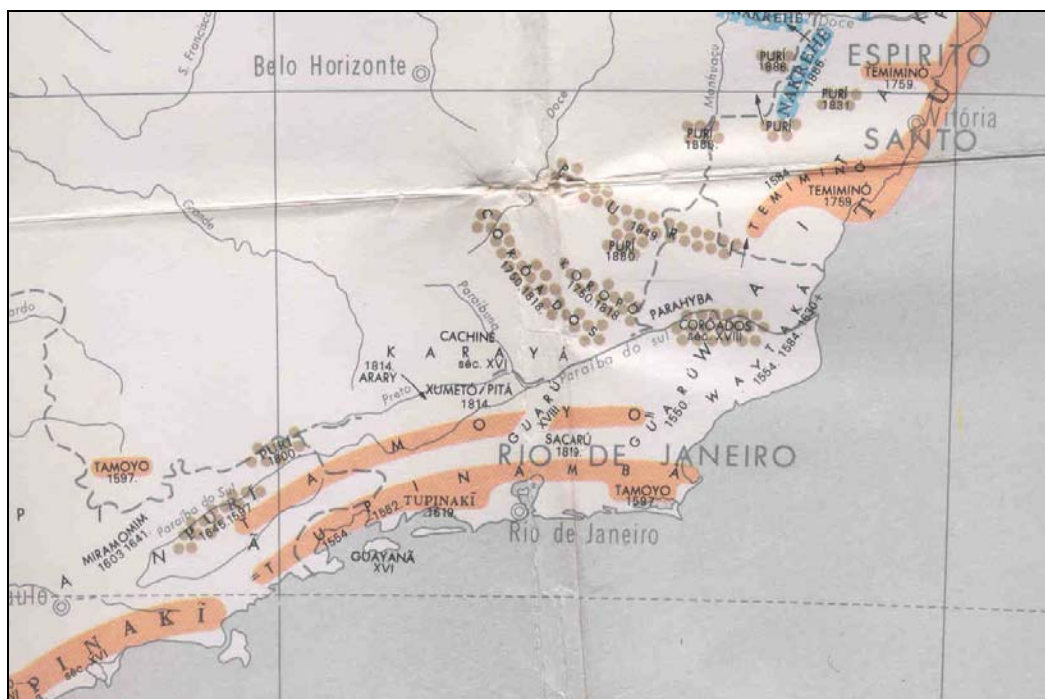


Figura 5.3.5-4: Mapa Etno-histórico de CURT NIMUENDAJÚ (1981), o qual mostra o predomínio de índios Tupi no litoral (Temiminó no Espírito Santo e Tubinambá no Rio de Janeiro), a ocorrência de índios Puri na divisa com Rio de Janeiro e os Waytacá entre os rios Paraíba e Itabapoana.

– Presença Jesuíta

Em 1551, chegaram os primeiros jesuítas no Espírito Santo, com o Padre Braz Lourenço fundando o Colégio em Vitória. Em 1557, há registros dos primeiros aldeamentos por eles implantados. Os aldeamentos, estabelecidos em locais estratégicos já com grande concentração de indígenas, eram apresentados como alternativa de permanência e de proteção para os índios. Em troca dessa proteção, eram submetidos à catequese e à negação dos seus valores culturais, sendo submetidos ao trabalho sob a coordenação jesuíta.

Os índios da família Tupi, especialmente os Temiminó, foram aqueles com maior presença nos aldeamentos, uma vez que eram o grupo com maior presença no estado.

O primeiro aldeamento jesuíta para o qual há referência no Espírito Santo é Nossa Senhora da Conceição, estabelecido para abrigar o chefe aliado Maracajaguaçu (Gato Grande), perseguido pelos Tamoios no Rio de Janeiro. Há referência a esse aldeamento em documento de 1557, mas sua localização original é imprecisa.

Os primeiros portugueses a se estabelecer na região sul do estado foram os jesuítas, Figura 5.3.5-5, em meados do século XVI. Fundaram o aldeamento de Reritiba, onde os indígenas eram concentrados para catequese e aprendizagem de ofícios, que deu origem ao atual município de Anchieta (JP ENGENHARIA, 1995). Reritiba se tornou rapidamente um dos principais centros jesuíticos da capitania do Espírito Santo, junto com Reis Magos e o Colégio de Vitória. Segundo Maximiliano (1958), foi a maior aldeia “dessa costa”, concentrando seis mil índios.

Ao sul, os jesuítas estabeleceram também a missão de Orobó, com as aldeias de Orobó, Piúma, Iconha, Tapuama, Itinga, Imbitiba, Agha, Taipaba (Itaipava), Taoca (Itaoca) e Piabanha. Com a morte do Pe. Anchieta, em 1597, alguns índios começam a abandonar as missões, com a falta de uma liderança forte. Com isso, Orobó ficou praticamente desabitada.

Para manutenção do Colégio em Vitória e suporte às aldeias, os jesuítas estabeleceram quatro fazendas no Espírito Santo: Carapina, Itapoca, Araçatiba e Muribeca. *Carapina*, dedicada à policultura, foi estabelecida nos atuais municípios de Vitória e Serra. *Itapoca*

estava em terrenos dos atuais municípios de Viana e Cariacica, sendo a fazenda dedicada à produção de legumes e hortaliças em grande escala. *Araçatiba* foi a maior fazenda da costa brasileira, com 852 serviçais (índios e escravos) que produziam açúcar em grande escala, além de gado e cereais. Suas terras ocupavam parte dos municípios de Vila Velha, Cariacica e Viana, onde se localizava a sede. Para escoamento de sua produção, foi efetuada monumental obra de engenharia, representada pela abertura de um canal com 12 quilômetros de extensão ligando o rio Jucu a Vitória. Esse canal, que visava encurtar o longo itinerário pela barra do rio Jucu, foi o primeiro construído no país, em 1740 (BALESTRERO, 1979). A magnitude da fazenda chamou a atenção de naturalistas que viajaram pela região no início do século XIX, dentre eles MAXIMILLIANO (1958) e SAINT-HILAIRE (1974), que cita em 1818 como sendo esse o único canal construído na costa do Brasil.

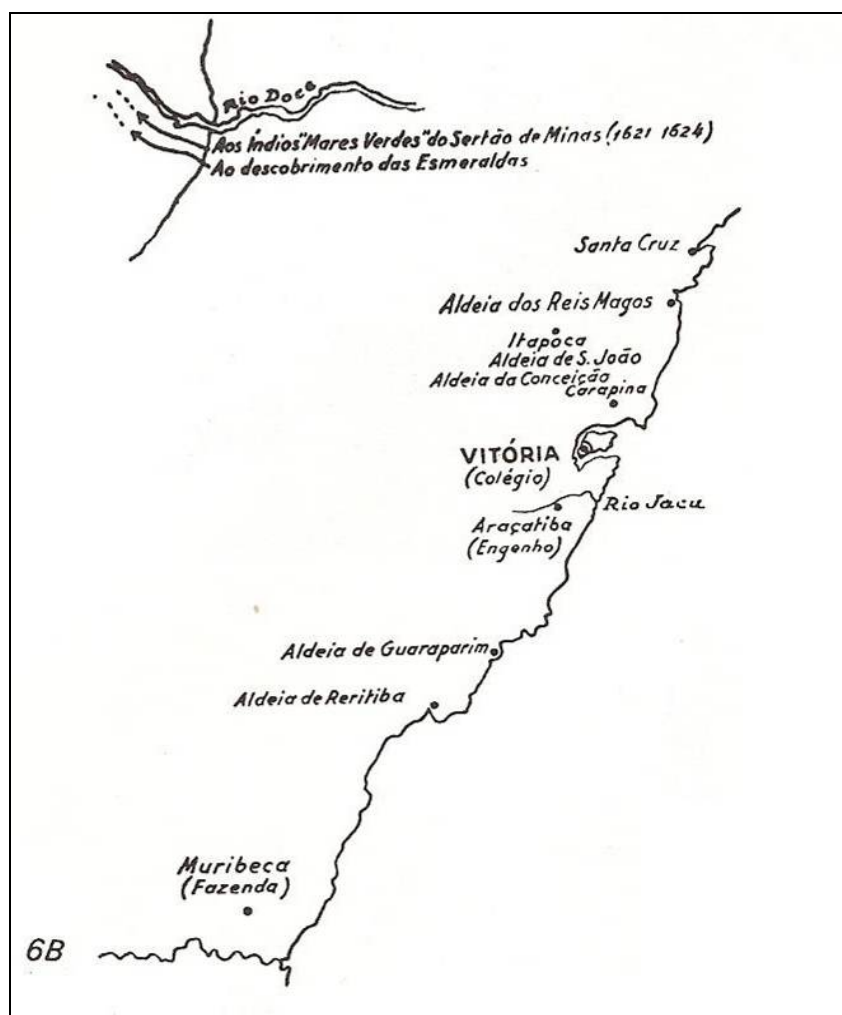


Figura 5.3.5-5: Mapa de Serafim Leite⁴ (*apud* Carvalho, 1982) mostrando os pontos de estabelecimentos jesuítas no Espírito Santo em meados do século XVIII. Muribeca está na extremidade sul.

⁴ *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa – Rio de Janeiro, 1938 – 1950, pp. 152-153

A fazenda de *Muribeca* incluía terras na área diretamente afetada pelo empreendimento em estudo. Segundo consta para a história de Presidente Kennedy (www.presidentekennedy.es.gov.br), em 1581 o padre José de Anchieta, vindo do Rio de Janeiro, construiu uma igreja de madeira na Planície de Muribeca nas proximidades do rio Itabapoana, em região habitada por índios Puri e Botocudo. Anchieta teria também instalado residência, oficinas, enfermaria, horto, pomar, criadouro de peixe, casa de farinha e usina de açúcar.

No local da igreja de madeira, foi erguido o novo templo a partir de meados do século XVII. Com o trabalho de índios catequizados e escravos, foi construída por volta de 1694 a Igreja das Neves⁵. No início do século XVIII, outro jesuíta, padre André de Almeida⁶, instituiu nas imediações da igreja a Fazenda Muribeca, legalizada em 1702. A imagem de Nossa Senhora das Neves veio de Portugal em 1750 (www.presidentekennedy.es.gov.br).

Situada à beira mar, media 9 léguas e meia de frente por 8 léguas e meia de fundo, foi uma das maiores fazendas pecuárias da época, abrangendo o extremo sul do Espírito Santo e norte do Rio de Janeiro, até a região de Campos. Segundo BALESTRERO (1979), a fazenda de Muribeca foi inicialmente o centro de todas as atividades rurais da Companhia de Jesus no Espírito Santo, chegando a possuir 2.000 cabeças de gado.

Segundo SAINT-HILAIRE (1974:10), os jesuítas:

“[...] Ergueram nesta província⁷ e no distrito limítrofe de Campos dos Goitacases obras importantes e sabem todos que suas fazendas, onde os negros eram tratados com brandura, constituíam modelo de ordem e boa organização.”

Após a expulsão dos jesuítas, a fazenda foi arrematada por José da Cruz e Silva, entrando, porém, em decadência. Apenas em 1874 foi estabelecida a primeira escola (BALESTRERO, 1979).

Em 1759, ano da expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, apenas o Colégio em Vitória, as fazendas e as aldeias de Reis Magos e Reritiba permaneciam em atividade. Sem os jesuítas, a estrutura religiosa, econômica e educacional da região foi praticamente abandonada por muito tempo (JP ENGENHARIA, 1995).

⁵ Segundo Balestrero (1979:67), a atual igreja de Nossa Senhora das Neves em 1771 estava filiada à Matriz da Povoação de Minas do Castelo, passando depois para a Paróquia de Itapemirim.

⁶ Padre Almada, segundo Balestrero (1979), acompanhado de “alguns fidalgos deportados e não pouco aventureiros”.

⁷ Espírito Santo.

– Expansão Colonial

A penetração colonial na área de estudo deu-se do litoral para o interior. Ao redor da igreja de Nossa Senhora das Neves, construída em meados do século XVII pelos jesuítas na fazenda Muribeca, desenvolveu-se o núcleo do atual município de Presidente Kennedy. Com a expulsão dos jesuítas em meados do século XVIII, a fazenda foi leiloada pelo governo em 1777. Depois de longo período de decadência, a abertura de estrada ligando Muribeca ao Quartel da Barca (onde é hoje a sede de Cachoeiro de Itapemirim) deu novo impulso ao desenvolvimento da região. Para evitar ataques de indígenas às propriedades rurais, havia o patrulhamento por soldados (www.ijsn.es.gov).

A frequência dos ataques levou ao estabelecimento do Quartel de Boa Vista na localidade de Barreiras, situado sobre falésias do qual se avista amplo panorama do oceano e do litoral para sul e norte, avistando-se os viajantes a grande distância. Constitui-se de duas casas de barro e cultivos de subsistência para os vinte soldados aí estabelecidos. Um destacamento com três homens é mantido na embocadura do Itabapoana (MAXIMILLIANO, 1958).

COUTINHO (2002), em viagem pela região no início do século XIX, cita o ainda esparsos povoamento da região, sendo Muribeca ainda a referência local:

“[...] Da Vila da Barra⁸ para a aldeia de Itapemirim são dezoito léguas de um deserto horroroso sempre à vista do oceano (...). Viemos dormir no último de setembro à fazenda da Muribeca, que fica quase no meio deste deserto, cuja fazenda é de um padre José da Cruz, da cidade do Rio de Janeiro, que tem hoje perto de 300 escravos, compreende vastíssimas terras para o norte do rio Muribeca, e excelentes pastos e roças (...) que realçam muito mais aos olhos do fatigado viajante que atravessa aqueles desertos. (...) Na foz deste rio, que é muito peixoso, está o registo de Cabapoana, que divide os Campos da Capitania (...)”. (COUTINHO, 2002, p. 43)

A diferença de ponto de vista sobre o “deserto” da região é expressa por MAXIMILLIANO (1958), que em sua viagem pela região na mesma época também destaca a fazenda de Muribeca:

“[...] divisamos um quadro encantador da majestosa solidão, às margens do Itabapuana, que, (...) corta uma planície verdejante, em cujo meio se localiza a grande fazenda de Muribeca, cercada de vastas plantações. Em todo o redor, florestas imensas limitam o horizonte.” (MAXIMILLIANO, 1958, p.126)

⁸ São João da Barra dos Campos de Goytacazes.

Além da fazenda Muribeca, outras vieram a caracterizar a composição do município, que inicialmente teve maior projeção em seu extremo sul, onde concentrou os primeiros habitantes e a maior parte da população até início do século XX. Segundo TAMIASSO (2007), Presidente Kennedy foi marcado pela proximidade com o Rio de Janeiro, sendo suas fazendas praticamente uma extensão das do norte fluminense, tanto no aspecto físico como econômico.

O território de Kennedy foi desmembrado de Itapemirim, com a emancipação em 30 de dezembro de 1963 do então distrito de Batalha. A lei estadual de criação da cidade entrou em vigor no dia 04 de abril de 1964. O município se chamaria Batalha, mas com o assassinato do presidente norte-americano John F. Kennedy, o deputado estadual Adalberto Simão Nader sugeriu homenagear o político que criou a “Aliança para o Progresso”, programa de ajuda aos países do 3º Mundo (www.presidentekennedy.es.gov.br).

Dessa forma, a história de Presidente Kennedy está ligada à de Itapemirim. Antes da criação do município de Cachoeiro de Itapemirim, o Município de Itapemirim abrangia todo o sul do estado do Espírito Santo até a fronteira com Minas Gerais. Atualmente, ocupa a região do baixo rio Itapemirim. A mais antiga referência sobre povoamento da região remonta a 1539, quando Pedro da Silveira estabeleceu-se próximo à foz do Itapemirim com uma fazenda. A ocupação da região, entretanto, foi esparsa até ao século XVIII, quando após o ataque dos índios Puri em 1771, alguns mineradores da região da Serra do Castelo vieram se estabelecer na foz do rio Itapemirim. A região progrediu com o surgimento de novas fazendas, no período final do século XVIII e início do século XIX, levando à criação do município de Vila de Itapemirim em 1815 (Figura 5.3.5-6). Toda vida econômica baseava-se na cultura da cana e na produção de açúcar e aguardente, e em meados do século XIX:

“[...] produzia-se mais da metade de todo o açúcar de aguardente do Espírito Santo. Havia 22 engenhos com 1.348 escravos produzindo 78.700 arrobas de açúcar, 12 estabelecimentos produzindo 622 pipas de aguardente, além de 13 grandes fazendas, com 415 escravos rendendo 18.600 arrobas de café” (www.itapemirim.es.gov.br).

Com a queda do preço do açúcar, iniciou-se a decadência de Itapemirim. A região do café, que agora gerava riqueza, ficou toda anexada ao novo município de Cachoeiro de



Itapemirim, desmembrado no interior do Vale de Itapemirim e emancipado em 1867. Posteriormente, ainda daria origem aos municípios de Presidente Kennedy e Marataízes, esse originado da localidade de Barra do Itapemirim, onde se localizava o Trapiche e outros casarões e igrejas do final do século XIX (www.itapemirim.es.gov.br).

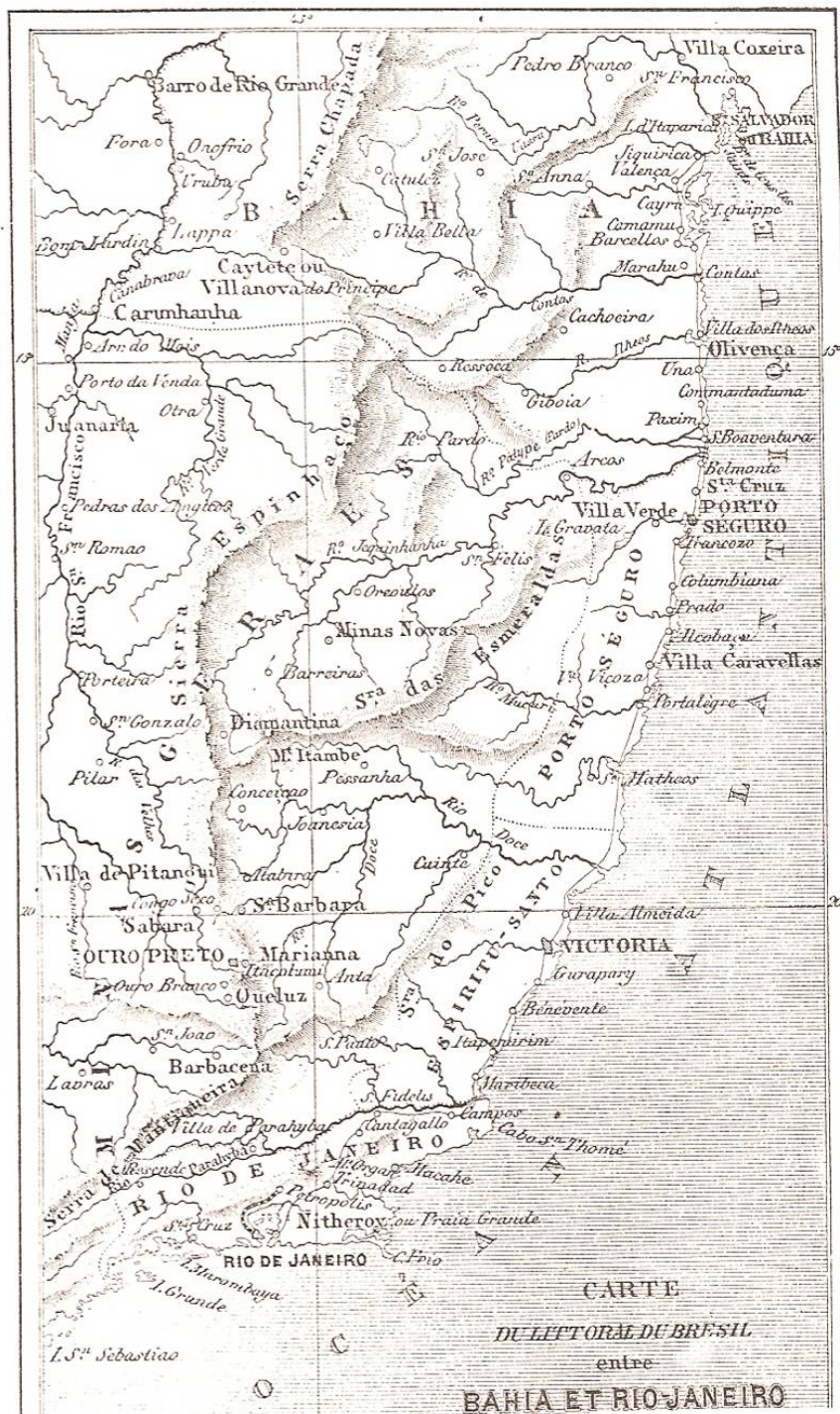


Figura 5.3.5-6: Mapa de BIARD (publicado em 1862), indicando locais citados no presente trabalho, como Muribeca, Itapemirim, São Fidélis e Campos. Observar que na ocasião São Mateus, no norte do ES, ainda fazia parte de Porto Seguro.

- Patrimônio histórico e cultural

Na bibliografia consultada não há registro de monumentos de valor histórico e cultural tombados na ADA e AID do empreendimento. Em **Presidente Kennedy**, entretanto, destaca-se a Igreja de Nossa Senhora das Neves (Figura 5.3.5-7), situada na Praia das Neves. A construção do século XVII é atribuída aos jesuítas, parte da Fazenda de Muribeca. Em consulta aos registros do IPHAN e Conselho Estadual de Cultura (CEC), o imóvel não consta como tombado. Informação obtida com Leonardo Santos⁹ indica o imóvel como tombado pelo Estado, o que pode indicar desatualização da fonte consultada¹⁰. Ainda segundo o entrevistado, o processo para tombamento federal do imóvel será encaminhado ao IPHAN.

Segundo Leonardo Santos, existia nas proximidades da igreja antiga casa que também teria pertencido aos jesuítas, recentemente derrubada pelos proprietários do terreno onde estava situada (Figura 5.3.5-8).



Figura 5.3.5-7: Igreja de Nossa Senhora das Neves.



Figura 5.3.5-8: Casa que existia em frente à Igreja de Nossa Senhora das Neves (reproduzido de TAMIASSO, 2007)

De acordo com TAMIASSO (2007), essas seriam as construções mais antigas do município, mas indica também como imóvel de interesse para a história local a primeira sede da prefeitura (Figura 5.3.5-9). Não foram observadas nem obtidas outras informações referentes a bens de interesse histórico para o município.

⁹ Diretor de Cultura do município de Presidente Kennedy, em entrevista efetuada em 03/09/2009.

¹⁰ www.secult.es.gov.br, em 30/09/2009.



Figura 5.3.5-9: Primeira sede da Prefeitura de Presidente Kennedy (foto obtida em www.presidentekennedy.es.gov.br)

O Plano Diretor Municipal Participativo de Presidente Kennedy, ainda em desenvolvimento, indica como Patrimônio Arquitetônico e Cultural, além da antiga sede da prefeitura e a Igreja das Neves, as comunidades identificadas como quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha. Desses, apenas a Igreja das Neves se encontra próxima ao empreendimento. Dentre as diretrizes indicadas pelo Plano Diretor para a Macrozona de Desenvolvimento Sustentável, está a criação de Zona de Interesse Histórico e Cultural, a fim de preservar a Igreja das Neves. Da mesma forma, uma das diretrizes indicadas para a Macrozona Especial prevê compatibilizar o interesse das atividades industriais com a Preservação do Patrimônio Ambiental e Arquitetônico.

Para a AID do empreendimento, há bens de interesse para a história regional. Os municípios apresentam edificações urbanas e rurais representativas de sua história colonial, erguidas principalmente entre meados do século XIX e início do século XX.

O Conselho Estadual de Cultura (CEC) registra o tombamento, em **Maratáizes**, do Trapiche (Figura 5.3.5-10) e Palácio das Águias, situados em Barra de Itapemirim (Resolução 01/98). Construído na década de 1880 pelo Barão de Itapemirim, o antigo porto destinava-se à armazenagem de mercadorias a serem escoadas para o Rio de Janeiro, além de abrigar o escritório de alfândega responsável pelo controle dos vapores que subiam o rio Itapemirim. O Trapiche está localizado às margens do rio Itapemirim, próximo à sua foz. Foi marco de grande importância na navegação fluvial do estado e o sustentáculo principal da economia da região (www.secult.es.gov.br).



Figura 5.3.5-10: Ruínas do Trapiche (foto obtida em www.marataizes.es.gov.br).

Outra construção que marca o início da colonização da Barra é o Palácio das Águias (Figura 5.3.5-11), construído no século XIX, talvez originalmente uma antiga pousada de tropeiros, de propriedade de Alfredo Duarte e Manoel Duarte. Em 1903, a Família Soares adquire o casarão e o reforma. Essa família era detentora dos direitos de exploração do Porto de Itapemirim e mandou vir dois mestres de obra portugueses com o objetivo de transformar sua moradia. O casarão dos Soares foi palco de encontros políticos da época da República Velha. Os pescadores se referiam ao casarão como Palácio das Águias devido à curiosa homenagem feita pelo coronel Soares aos seus filhos homens, encomendando duas esculturas em forma de águias e colocando-as na fachada oeste. Também havia na fachada oeste, frontal, dois leões que ladeavam a escadaria. (www.secult.es.gov.br)



Figura 5.3.5-11: Palácio das Águias (ilustração obtida em www.marataizes.es.gov.br).

Além desses, são destacados como de interesse histórico a Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes edificada em 1771, a Oficina da Antiga Estrada de Ferro construída no ano de 1937, a antiga Estação Ferroviária e vários casarões ainda habitados, situados principalmente no entorno da Praça Antônio Jacques Soares, no centro da Barra, e na Rua Capitão Miguel Sad (www.marataizes.es.gov.br).

Em **São Francisco do Itabapoana**, constam os seguintes bens tombados pelo INEPAC: o Coreto na Praça São Sebastião, tombado em 1985, e, no litoral, a foz do rio Paraíba do Sul, incluindo o manguezal e a Ilha da Convivência.

- Contexto arqueológico
 - Pesquisas Anteriores

Poucas pesquisas arqueológicas foram realizadas no município de Presidente Kennedy, sendo as identificadas relacionadas a projetos para licenciamento ambiental. A maior parte das informações referentes a sítios arqueológicos é proveniente dos municípios da All, indicando o potencial arqueológico da região.

PEROTA (2007) menciona a existência de informações referentes à presença de sítios cerâmicos das Tradições Tupiguarani e Una, localizados entre os municípios de Presidente Kennedy e Mimoso do Sul.

A seguir são descritos os sítios arqueológicos identificados no CNSA e na bibliografia consultada para os municípios que compõem a área de influência do empreendimento. As informações obtidas indicam um panorama cultural diversificado possível de ser encontrado na região em estudo. As pesquisas arqueológicas realizadas na região litorânea sul do Espírito Santo são ainda insuficientes para uma caracterização detalhada da área, mas permitem tecer um panorama geral da diversidade cultural encontrada, fornecendo subsídios para o tipo de sítio que podem ser encontrados.

- ✓ Presidente Kennedy

Não há registros no cadastro do IPHAN para Presidente Kennedy. Apenas um sítio arqueológico (SI-04) é mencionado nesse município na bibliografia especializada, identificado durante a pesquisa arqueológica efetuada para o Gasoduto Cabiúnas – Vitória. Esse empreendimento corta diversos municípios do litoral norte do Rio de Janeiro

e sul do Espírito Santo, incluindo os que fazem parte da All do presente estudo (SCATAMACHIA, 2006a, 2006b e 2007). Nesse mesmo projeto, foram registradas quatro ocorrências arqueológicas menores para o município (OC-12, OC-13, OC-15 e OC-16). As coordenadas desse sítio e das ocorrências não são mencionadas.

✓ São Francisco do Itabapoana

É possível que alguns dos sítios registrados como localizados em Campos estejam em território do atual município de São Francisco do Itabapoana, emancipado em 1995, para o qual não há registros. Segundo PEROTA (2007), há na foz do rio Itabapoana dois sambaquis, um denominado de “Sambaqui do Itabapoana” e outro de “Sambaqui de Santo Amaro”. Também segundo esse pesquisador, Ondemar Dias registra dois sítios arqueológicos nas proximidades da foz do rio Itabapoana. Em pesquisa arqueológica vinculada a licenciamento ambiental, foram registradas três ocorrências arqueológicas, denominadas OC-36, OC-37 e OC-38 (SCATAMACHIA, 2006a).

✓ Marataízes

Não há registros de sítios arqueológicos em Marataízes.

✓ Itapemirim

O IPHAN registra nesse município o sítio ES-GU-2, em Itaoca, relacionado à tradição Una (JP ENGENHARIA, 1995). Em pesquisas arqueológicas vinculadas a licenciamento ambiental, foram registrados os sítios Casarão Fazenda Santa Helena (CALDARELLI, 2007), Itapemirim 1, Itapemirim 2, Itapemirim 3 (CALDARELLI, 2008) e Canavial (SAMPAIO, 2008), do período histórico. Também são informadas oito ocorrências arqueológicas menores, denominadas Ocorrência 1, 2 e 3 (MOI *et alii*, 2008; denominadas); OC-14, OC-17, OC-18, OC-19 e OC-20 (SCATAMACHIA, 2006a).

Nas proximidades da foz do rio Itapemirim, quando da realização das obras do Parque de Exposição desse município, foi encontrado um sítio cerâmico da Tradição Una, identificado através das urnas funerárias evidenciadas. Segundo PEROTA (comunicação pessoal, 2007), esse sítio foi registrado no IPHAN, porém não consta no cadastro de sítios arqueológicos dessa instituição.

O Casarão da Fazenda Santa Helena (Figura 5.3.5-12) encontra-se em processo de arruinamento, sendo observados alguns objetos de ferro associados ao século XVII/XVIII, utilizados para punição aos escravos (CALDARELLI, 2007). Os sítios Itapemirim 1, Itapemirim 2 correspondem a vestígios de habitações rurais, de período indeterminado, sendo o primeiro possivelmente recente. O sítio Itapemirim 3 corresponde a estruturas de moinho e adução de água, recentemente abandonadas (CALDARELLI, 2008). No Sítio Canavial foram encontrados fragmentos de louça, que podem ser contemporâneos (SAMPAIO, 2008).



Figura 5.3.5-12: Sítio histórico Fazenda Santa Helena.
Fonte: CALDARELLI (2007).

✓ Cachoeiro De Itapemirim

Em pesquisas arqueológicas vinculadas a licenciamento ambiental, foram registrados oito sítios nesse município, quase todos do período histórico. Os sítios Cachoeiro do Itapemirim 1, Cachoeiro do Itapemirim 2 e Cobiça da Leopoldina (CALDARELLI, 2008) correspondem a vestígios do século XIX, sendo o último a antiga estação ferroviária abandonada.

Os sítios Fazenda Cafundó, Pedra de Itabira, Pacotuba, Fazenda São João da Mata (RIBEIRO, 2006 e 2008) também possuem remanescentes do período histórico, tendo sido encontrado durante a prospecção no último uma ponta de flecha lítica. O sítio localizado na Fazenda Graciosa (Ribeiro, 2008) é composto de material lítico lascado.

✓ Campos

No IPHAN estão registrados onze sítios nesse município, sendo seis sambaquis (Boa Vista, Lagoa dos Jacarés, Itabapoana I, Itabapoana II, Santo Amaro e Rio Preto) e cinco cerâmicos (Santa Rita, Santa Casa, Caju, Chiquito e Tupiguarani). Desses últimos, um apresenta vestígios relacionados à Tradição Tupiguarani (Tupiguarani) e três com vestígios do período histórico (Santa Casa, Caju e Tupiguarani).

Em pesquisa arqueológica vinculada a licenciamento ambiental, foi registrado o sítio SI-07, propriedade rural de meados do século XVIII a XIX, além de três ocorrências arqueológicas, denominadas OC-34, OC-35 e OC-39 (SCATAMACHIA, 2006a e b). TEIXEIRA (2008, pág.08) menciona a existência de vinte e sete sítios arqueológicos no município de Campos, mas não os identifica¹¹.

● Panorama Arqueológico

A região litorânea é um local privilegiado para o assentamento humano, devido à variedade de recursos alimentares oferecidos pelo mar e pelos mangues. Da mesma forma que os grandes rios, também proporcionam facilidade de deslocamento, sendo as melhores formas de acesso até um passado relativamente recente (final do século XIX).

O panorama arqueológico indica a ocupação da região em épocas passadas, com sítios possivelmente relacionados a diferentes tradições, correspondendo a momentos diversos de ocupação humana tanto no período pré-colonial quanto após a chegada dos europeus. Os sítios arqueológicos muitas vezes possuem vínculos culturais que permitem seu agrupamento a *tradições arqueológicas*, ou seja, grandes unidades culturais existentes em um determinado espaço geográfico que perduraria por um determinado intervalo de tempo. Essas tradições podem estar subdivididas em *fases*, nas quais são identificadas características específicas daquela tradição em uma época e/ou região mais restrita.

As tradições arqueológicas registradas no Espírito Santo foram identificadas por PEROTA na década de 60, baseado em suas próprias pesquisas e de outros pesquisadores. Foram encontrados sítios pré-cerâmicos (sambaquis) e sítios cerâmicos relacionados às Tradições Tupiguarani e Una. Além desses, também há registro de sítios relacionados ao

¹¹ Posteriormente, é feita a menção a vinte e dois sítios arqueológicos no município (TEIXEIRA, 2008, pág. 41).

período histórico, sendo a ocupação jesuíta na região de grande importância. Outras informações e ocorrências registradas, entretanto, não estão relacionadas a tradições devido à insuficiência de dados.

Os primeiros ocupantes da região litorânea sul do estado seriam grupos com ênfase econômica na coleta e pesca que se estabeleceram por volta de 4.000 A.P.(antes do presente) em Anchieta, segundo estimado por Perota (JP ENGENHARIA, 1995).

São formadores dos *sambaquis*, sítios arqueológicos caracterizados pelo predomínio de conchas de moluscos em relação aos demais vestígios. Ocorrem em diversos pontos do litoral capixaba, assim como às margens de alguns rios. No Espírito Santo, ocorrem nas margens de rios e por toda costa litorânea, apresentando indústria lítica lascada (facas e raspadores) e polida (machados). Também são encontrados artefatos ósseos, como pontas de flecha e dentes perfurados (PEROTA, 1971).

Um sambaqui localizado entre Piúma e Rio Novo do Sul, nas proximidades da divisa com Anchieta, foi datado em 3.030±170 (Bah-1590) e 2380±170 (Bah-1591). Sua localização precisa e identificação, entretanto, não são indicadas (JP ENGENHARIA, 1995). É possível que o sítio SI-08 registrado em Piúma seja um sambaqui, datado entre 3690 e 3770 +- 50 BP (SCATAMACHIA, 2007).

Seis outros sambaquis (Boa Vista, Lagoa dos Jacarés, Itabapoana I, Itabapoana II, Santo Amaro e Rio Preto) são registrados na bacia do Itabapoana, alguns junto à sua foz, já no estado do Rio de Janeiro¹².

Além dos sambaquis, podem ocorrer outros tipos de sítios de caçadores-coletores no litoral, onde não se verifica a grande concentração de carapaças de moluscos que caracterizam os sambaquis. São caçadores-coletores de economia diversificada, sendo encontrada nos sítios com maior quantidade de ossos de peixes e animais terrestres, além de moluscos.

Os sítios dessa tradição, denominada *Itaipu*, são definidos por CARVALHO (1987) como de ocupação intensiva por macrobandos, com ênfase na pesca e grande consumo de vegetais. A similaridade de certos artefatos, principalmente ósseo, parece sugerir uma

¹² Sítios registrados no município de Campos, dos quais ao menos alguns devem estar em território do atual município de São Francisco do Itabapoana.

herança dos grupos sambaquianos. Desse momento podem ser as primeiras evidências de uso da cerâmica no litoral.

Nos sítios desse tipo registrados no Espírito Santo, são encontrados artefatos líticos lascados em quartzo (raspadores, perfuradores), polidos (machados), além de outros artefatos como batedores e pesos de rede. Ocorrem também artefatos ósseos, como pontas de projéteis e vértebras de peixe perfuradas (PEROTA, 1974). Desse período podem ser os primeiros indícios de cultivo em sítios arqueológicos (JP ENGENHARIA, 1995).

A *Tradição Una* é relacionada aos mais antigos ceramistas do sudeste brasileiro. Os sítios a ela relacionados são encontrados tanto no interior quanto no litoral. Possivelmente, são grupos com maior grau de sedentarismo, já praticantes da horticultura (CARVALHO, 1987). No Espírito Santo, é representada pela Fase Tanguí, a mais recente dessa tradição, relacionada pelos dados etnográficos aos índios “Puri-Coroado”.

Os sítios dessa tradição estão em abrigo sob rocha ou a céu aberto, em pequenas ocupações, com até 90 centímetros de profundidade. A cerâmica é acordelada, com bases modeladas, temperada com quartzo, hematita e mica. Cerâmica predominantemente simples, ocorrendo também vermelha e polida-estriada. A queima é oxidante incompleta, predominando a coloração preta ou marrom escura na superfície e núcleo dos fragmentos. Formas geralmente globulares, ocorrendo tigelas fundas e rasas, bordas na maioria diretas. A indústria óssea é representada por pontas de projétil e ossos cortados. A indústria lítica inclui batedores e lascas de quartzo, além de um raspador em calcedônia (PEROTA, 1974).

PEROTA considera que esses grupos formariam, na região, aldeias pequenas, com presença pouco expressiva devido ao predomínio Tupi na costa (JP ENGENHARIA, 1995). Em Itapemirim, dois sítios foram relacionados à Tradição Una: o ES-GU-2, em Itaoca, e um na foz do rio Itapemirim com urnas evidenciadas durante obras do Parque de Exposição. TEIXEIRA (2008) associa o sítio do Caju à Tradição Una e aos índios goitacá, informando ser uma grande aldeia com sepultamentos em urnas (Figura 5.3.5-13). Já está, entretanto, destruído.

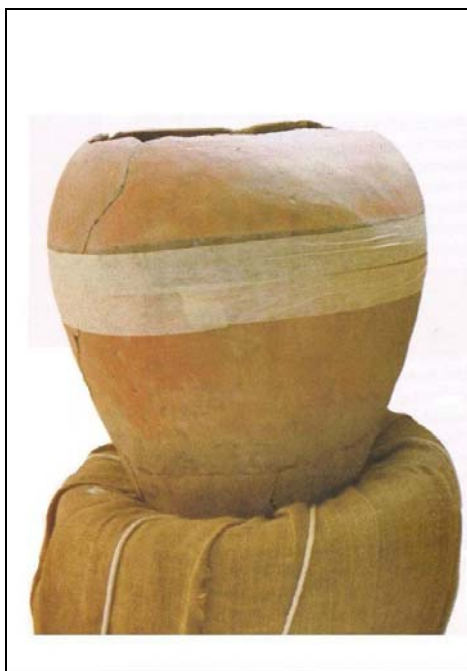


Figura 5.3.5-13: Urna da Tradição
Uma encontrada no sítio do Caju,
em Campos. Fonte: TEIXEIRA
(2008).

Outra tradição ceramista registrada na região é a *Tupiguarani*. É uma tradição de agricultores de ampla difusão no território brasileiro, relacionada etnograficamente aos índios do tronco linguístico Tupi-Guarani. Na região sudeste, ocorre a Subtradição Pintada, com decoração rica e formas variadas, destacando-se a pintura característica vermelha e/ou preta sobre fundo branco ou creme. Formavam assentamentos semipermanentes, podendo manter acampamentos específicos para a exploração de um recurso (CARVALHO, 1987).

No Espírito Santo, os sítios dessa tradição são encontrados desde a década de 40 (NEVES, 1943; RUSCHI, 1953; ORSSICH, 1981), com ampla ocorrência já registrada. Na região estudada, foi registrada a Fase Cricaré, que ocorre próximo às margens de rios. São aldeias de médio e grande porte, com presença de grande quantidade de fragmentos cerâmicos (Figura 5.3.5-14). Alguns indícios sugerem o plantio de milho, mandioca e fumo (JP ENGENHARIA, 1995). A cerâmica dessa fase é friável, temperada com quartzo, feldspato e raramente mica. Além dos fragmentos simples e da pintura policrômica característica: branco, vermelho e preto, ocorre também decoração plástica (corrugada, unglada, incisa, escovada, entalhada e ponteadada), pequena quantidade de material lítico, ocorrendo afiadores, lascas de quartzo e machados polidos.

Em Piúma foram encontrados dois sítios: o sítio ES-GU-1, em Itaoca, foi relacionado à fase Cricaré e datado por C-14 em 1055 ± 80 A.P.¹³ / 895 ± 80 A.D.14 (SI-828) (PEROTA, 1974 e 1975). No sítio ES-GU-9, no Monte Agá, foi encontrada uma urna funerária. Ambos foram considerados destruídos na ocasião de seu registro (JP ENGENHARIA, 1995). Em Campos dos Goytacazes (RJ), há também um sítio com cerâmica Tupiguarani, denominado “Tupiguarani”, onde também ocorrem vestígios históricos associados.

Além desses, há outros sítios de grupos ceramistas não associados a tradições arqueológicas: Orobó I, II, III e IV em Piúma (também com ocorrência de material histórico), e Santa Rita e Chiquinho em Campos dos Goytacazes.



Figura 5.3.5-14: Vasilhame Tupiguarani encontrado em Piúma. Fonte: IPHAN.

d) Resultados - levantamento de campo

As áreas de intervenção do empreendimento foram percorridas de forma extensiva, sendo realizado o reconhecimento dos compartimentos ambientais e vistoria dos locais acessíveis e com visibilidade em busca de possíveis vestígios arqueológicos.

A retroárea do empreendimento está inserida no domínio da Mata Atlântica. A vegetação já se encontra alterada em parte da área, devido principalmente ao uso como pastagem, havendo, entretanto, fragmentos bem preservados. No outro local de intervenção terrestre do empreendimento, na área destinada ao canteiro de obras marítimas, a ação antrópica

¹³ Antes do presente.

¹⁴ *Anno Domini*, ou Ano do Senhor, referente à era Cristã.

foi mais intensa, com remoção completa da vegetação original e edificações diversas (Figura 5.3.5-15).

As áreas foram percorridas a partir das estradas de acesso existentes, efetuando-se caminhamentos para observação de superfície e subsuperfície. A retroárea está em área pertencente ao empreendedor, havendo ainda alguns poucos moradores. Foram realizadas entrevistas em busca de indicações de possíveis vestígios arqueológicos nas comunidades próximas.



Figura 5.3.5-15: Manguezal na foz do Rio Itabapoana (à esquerda), junto à área de pomar na área prevista para o canteiro de obras marítimas onde se observa a introdução de coqueiros.

Segue abaixo a identificação dos entrevistados e resumo de seus relatos.

- Jovelina Alves Peres, zeladora da Igreja de Nossa Senhora das Neves, antiga moradora da localidade, indicou como de interesse para esse estudo apenas a própria igreja e a casa em frente já demolida. Informou ter sido encontrado nas proximidades da Igreja panela de barro e caixa de mármore com ossos.
- Cinei, da Pousada do Americano, morador de Marobá, não conhece vestígios de interesse para esse estudo.
- Demerli Rosa do Nascimento, moradora de Marobá há 50 anos, não conhece vestígios de interesse para esse estudo.
- Elmo Rocha Mussi, morador da localidade de Campo Novo, onde nasceu. O irmão encontrou argola de ferro dos “escravos”, mas não sabe dizer onde.

Informou que havia um casarão perto de Campo Novo (ao norte da retroárea) que teria sido construído pelos escravos, mas já não existe.

- Vivaldo Vieira, conhecido por “Aprijo”, morador da Praia das Neves há 30 anos informou sobre o casarão demolido recentemente junto à Igreja das Neves, e que são encontrados muitos ossos pela restinga. Em seu entendimento, seriam de pessoas assassinadas, cujos corpos foram abandonados lá, mas ao ser questionado, afirmou que os ossos estavam enterrados. Também ouviu falar de terem sido encontradas “talhas, do tipo que se guardam moedas”, ao ser feito o loteamento da Praia das Neves, cerca de 40 anos atrás. O local seria mata antes disso.
- Paulo Renato Pacheco, ambientalista que pesquisa na região desde 1985, foi Secretário de Meio Ambiente do município. Segundo ele, a área “descampada” ao norte do canteiro de obras marítimas teria sido uma vila no início do século, com cemitério, igreja, cartório e estaleiro. Há muitas histórias em Muribeca sobre ouro enterrado, o que levou à depredação da igreja em busca de tesouro, incluindo a demolição de paredes. Já ouviu falar em “montes de conchas” na restinga, possivelmente sambaquis, mas não sabe indicar o local; acredita que possivelmente fora de Presidente Kennedy. Também informou que até a década de 40 ali era “mata com índio”.
- Vagner dos Santos Viana, natural de Jaqueira, já ouviu falar de serem encontrados ossos na restinga, mas acredita ser relacionado a assassinatos recentes.
- Leonardo Santos, Diretor de Cultura da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, informa ter sido estabelecido como sítio arqueológico o entorno da Igreja das Neves, que seria tombada pelo CEC. A casa que existia em frente à igreja era mais recente, porém teria sido utilizada pelos jesuítas. Segundo ele, uma equipe de arqueólogos de empresa de consultoria teria pesquisado a região sem registrar vestígios¹⁵. Não há outros vestígios arqueológicos ou históricos registrados para o município. As duas comunidades de

¹⁵ Esse estudo não foi encontrado.

remanescentes de quilombos vivem na parte serrana do município, distantes da área do empreendimento.

Especificamente no entorno dos locais de intervenção, foram entrevistados:

- Everaldo Matias Benevides, morador da extremidade sudoeste da retroárea, mora no local desde que nasceu, pois o pai já trabalhava ali. Nunca viu ou ouviu falar de possíveis vestígios arqueológicos, apesar de lavrar manualmente a terra.
- Edmar Rocha Mussi, antigo morador da área, só conhece como de interesse para esse tema a Igreja das Neves. Não conhece vestígios de interesse para esse estudo, nem ouviu falar.
- Edilma Gonçalves Ferreira e Semilton Pacheco da Silva nunca viram ou ouviram falar sobre a ocorrência de possíveis vestígios arqueológicos. Ele nasceu no local, sendo o terreno conhecido como “Zé Romão” propriedade da família desde seu avô.
- Elmo Rocha Mussi, morador de Campo Novo, frequenta a área do canteiro de obras marítimas, onde foi entrevistado. Desconhece a ocorrência de vestígios de interesse para esse estudo na região.
- José Francisco Alves Vasconcelos, morador da Praia das Neves, antigo proprietário do terreno do canteiro de obras marítimas, adquiriu a propriedade em 1994, construindo a residência que viria a se tornar uma pousada logo em seguida. A igreja ali existente foi construída por ele nessa época. Antes havia uma cooperativa de pesca, que supõe ter funcionado desde 1962, com porto e muito movimento de barcos. Encontrou diversos fragmentos de louça no quintal¹⁶, e, apesar de não ter encontrado outros vestígios, foi informado pelos funcionários que instalaram os postes de eletricidade sobre a ocorrência de “ossadas” no pasto. Apesar de não saber exatamente o local, pela descrição seria na pastagem imediatamente ao norte do canteiro de obras marítimas.

¹⁶ Esses fragmentos foram observados pela arqueóloga antes da entrevista, sendo perguntado se encontrou outros vestígios além desses.

A observação nas áreas de intervenção foi efetuada por caminhamentos oportunistas. A observação de superfície foi facilitada pela vegetação rala em extensos trechos, ficando o solo exposto. Para observação de subsuperfície (Figura 5.3.5-16), aproveitaram-se cortes de estradas, barrancos de canais, poços de água e buracos formados por quedas de árvores ou escavados por animais, entre outros.

Em diversos pontos, observam-se montes de areia resultantes de limpeza da área, também verificados (Figura 5.3.5-17).



Figura 5.3.5-16: Buraco utilizado para observação de subsuperfície.



Figura 5.3.5-17: Monte de areia resultante da remoção de vegetação utilizado para observação de possíveis vestígios.

A vistoria efetuada indicou alguns vestígios de ocupação pretérita, nem sempre significativos para esse estudo. Em frente à Igreja das Neves foram observados remanescentes da casa indicada por entrevistados, que seria uma das mais antigas do município, recém-demolido (Figura 5.3.5-18). Segundo eles, poderia estar relacionada aos jesuítas. Para a comprovação dessa hipótese, seriam necessárias pesquisas adicionais.



Figura 5.3.5-18: Ruínas de casa em frente à Igreja de Nossa Senhora das Neves.

Foram observados alguns remanescentes de construções recentes na retroárea, sem indicativos que justifiquem seu registro no momento como ocorrência arqueológica.

O local do canteiro de obras marítimas possui características que o tornam especialmente atraente para assentamentos humanos, tanto pela posição estratégica como pela riqueza de recursos. Situada na foz do rio Itabapoana, está em ambiente de restinga, circundada por manguezal, sendo o rio fonte de água, alimento e acesso para o interior. A área está completamente alterada pela supressão da vegetação original e interferências diversas, como construções para funcionamento de pousada e atividades agrárias, além de uma igreja próxima construída há cerca de 15 anos e edificações contemporâneas abandonadas (Figuras 5.3.5-19 e 5.3.5-20).



Figura 5.3.5-19: Igreja e casa contemporânea existentes na área do canteiro de obras marítimas.



Figura 5.3.5-20: Pousada Santa Isabel, já desativada, existente na área do canteiro de obras marítimas.

Na área do canteiro de obras marítimas, durante a vistoria efetuada (Figura 5.3.5-21), foram observados diversos fragmentos de louça, dentre eles faiança inglesa do século XIX (Figura 5.3.5-22). Também foram encontrados restos construtivos como fragmentos de tijolos e telhas, além de alguns fragmentos de vidro e cerâmica fina e negra. A cerâmica, de técnica indígena, pode ser do período de contato com o colonizador europeu (Figura 5.3.5-23). Cabe ressaltar que o material é observado em superfície, com vestígios de maior antiguidade misturados a contemporâneos.

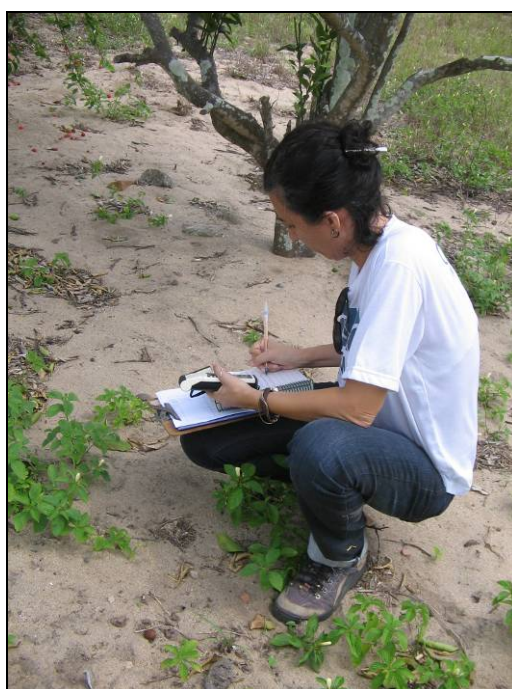


Figura 5.3.5-21: Vistoria efetuada na área do canteiro de obras marítimas. Novembro de 2009.

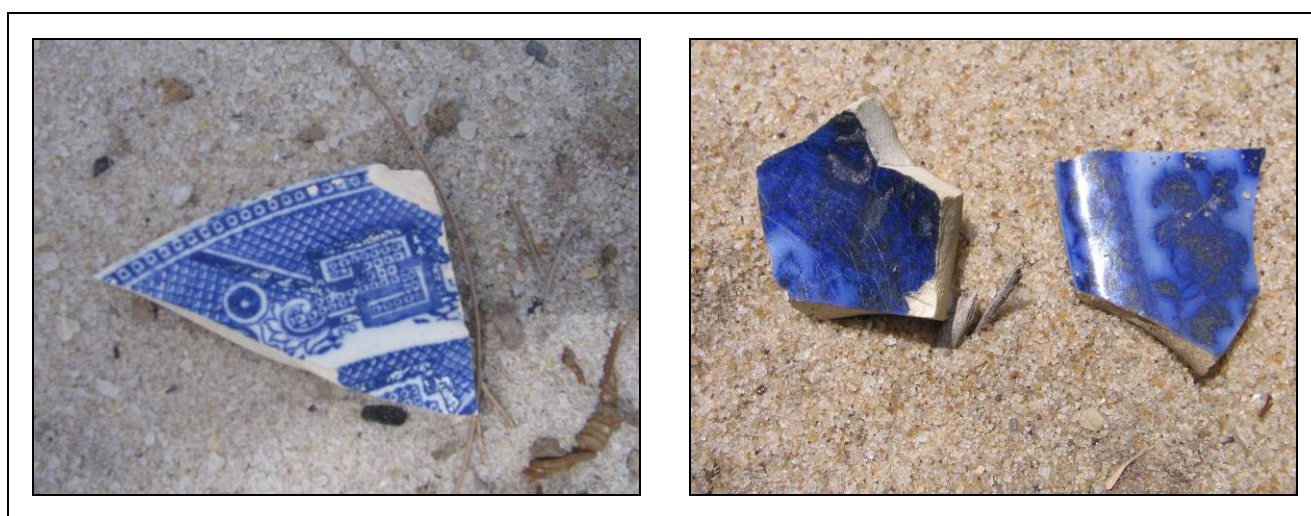


Figura 5.3.5-22: Fragmento de faiança inglesa do século XIX (*transfer printing*, estilo *chinoiserie*).



Figura 5.3.5-23: Fragmento de cerâmica encontrado no pomar.

Os vestígios não formam concentrações ou estruturas, sendo encontrados dispersos por uma área com cerca de 50 metros de raio, em parte já intensamente impactada pela construção de um tanque (coordenadas 24 K 296543 / 7643583, *datum* SAD 69), e menos intensamente, por plantio de coqueiros (coordenadas 24 K 296492 / 7643658, *datum* SAD 69) e acerolas (coordenadas 24 K 296565 / 7643536, *datum* SAD 69) (ver Figura 5.3.5-24).



Figura 5.3.5-24: Área com ocorrência de vestígios arqueológicos: coqueiral e tanque ao fundo.

Os vestígios encontrados na área prevista para implantação do canteiro de obras marítimas estão de acordo com algumas das informações posteriormente obtidas em entrevistas: a de que havia casa no local antes da construção da pousada, e de que fragmentos de louça foram coletados pelo antigo proprietário. Esses fragmentos esparsos

são insuficientes para indicar a existência de uma vila, assim como de um cemitério (indígena ou do período histórico), mas esses poderiam estar no terreno limítrofe ao norte do lugar previsto para implantação do canteiro de obras marítimas. O aprofundamento das pesquisas no local é necessário para definir se essa ocorrência arqueológica corresponde a um sítio já destruído, ou se possui potencial informativo para elucidar essas hipóteses. Foi denominada “Ocorrência Foz do Itabapoana”, podendo vir a ser registrada como sítio arqueológico após complementação dos estudos.

O objetivo nesse momento, conforme expresso anteriormente, não foi realizar uma investigação intensiva, mas obter o conhecimento geral da área e indicações sobre a existência de sítios arqueológicos. Os sítios já registrados na AID e All demonstram o potencial arqueológico da região, assim como as informações obtidas e os vestígios observados.

A Tabela 5.3.5-1 relaciona os sítios, ocorrências e informações de interesse arqueológico registrados para a AID. A Tabela 5.3.5-2 relaciona os bens edificados de interesse para o patrimônio histórico, assim como os bens naturais tombados.

Tabela 5.3.5-1: Sítios e ocorrências arqueológicas registrados na AID.

Sítio	Município	Coordenadas	Referência
Ocorrência Foz do Itabapoana	Presidente Kennedy	296492 / 7643658	Vistoria de campo
SI-04	Presidente Kennedy	Não informadas	Scatamachia, 2006a e b
Ocorrência OC-12	Presidente Kennedy	Não informadas	Scatamachia, 2006a
Ocorrência OC-13	Presidente Kennedy	Não informadas	Scatamachia, 2006a
Ocorrência OC-15	Presidente Kennedy	Não informadas	Scatamachia, 2006a
Ocorrência OC-16	Presidente Kennedy	Não informadas	Scatamachia, 2006a
Ocorrência OC-36	São Francisco de Itabapoana (RJ)	Não informadas	Scatamachia, 2006a
Ocorrência OC-37	São Francisco de Itabapoana (RJ)	Não informadas	Scatamachia, 2006a
Ocorrência OC-38	São Francisco de Itabapoana (RJ)	Não informadas	Scatamachia, 2006a

Tabela 5.3.5-2: Edificações e outros bens de interesse para o patrimônio histórico e paisagístico registrados na AID.

Sítio	Município	Coordenadas	Referência
Igreja Nossa Sra das Neves	Presidente Kennedy	293334 / 7650595	Vistoria de campo
Ruínas casa	Presidente Kennedy	Não informadas	Vistoria de campo
Primeira sede prefeitura	Presidente Kennedy	Não informadas	Tamiasso, 2007
Trapiche (XIX)	Marataízes (ES)	Não informadas	CEC
Palácio das Águias (XIX)	Marataízes (ES)	Não informadas	CEC
Igreja Nossa Senhora dos Navegantes (XVIII)	Marataízes (ES)	Não informadas	www.marataizes.es.gov.br
Oficina da Estrada de Ferro	Marataízes (ES)	Não informadas	www.marataizes.es.gov.br
Estação Ferroviária	Marataízes (ES)	Não informadas	www.marataizes.es.gov.br
Casas urbanas diversas	Marataízes (ES)	Não informadas	www.marataizes.es.gov.br
Coreto na Praça São Sebastião	São Francisco de Itabapoana (RJ)	Não informadas	INEPAC
Foz do rio Paraíba do Sul, incluindo o manguezal e a Ilha da Convivência	São Francisco de Itabapoana (RJ)	Não informadas	INEPAC

e) Conclusões

A região onde se insere o empreendimento sofreu intensa ocupação indígena, testemunhada pelos dados etnográficos e pelos sítios pré-históricos registrados, sendo também a primeira área colonizada pelos europeus. A área do empreendimento está em terras de antiga fazenda jesuíta, Fazenda Muribeca, indicando a antiguidade da ocupação colonial.

A área de implantação do empreendimento (retroárea e canteiro de obras marítimas) é já foi afetada por ações humanas recentes, principalmente agropecuárias. Essas atividades podem ter afetado a integridade de possíveis sítios arqueológicos existentes na área, mas não se sabe se os destruiriam. É possível que sejam ainda encontrados sítios com potencial informativo, principalmente próximo à foz do rio Itabapoana.

Os estudos arqueológicos anteriores indicam que os sítios prováveis no contexto do empreendimento poderiam ser tanto acampamentos de pequena duração para coleta de recursos alimentares, quanto sítios habitação de longa duração, por diferentes grupos culturais, tanto pré-históricos quanto históricos.

5.3.6 Uso e ocupação do solo e entorno

Neste item estarão sendo caracterizados os municípios da AID, com especial enfoque no município de Presidente Kennedy e nas áreas localizadas no entorno do empreendimento.

Também será avaliada a compatibilidade do zoneamento proposto pelo PDM com o empreendimento proposto.

5.3.6.1 Uso e ocupação do solo na AID

Com base nos dados do IBGE abaixo destacados, pode-se analisar a evolução do uso das terras nos municípios da AID.

A partir da base de informação do IBGE, os descritos na Tabela mostram a evolução recente do uso do solo nos municípios da AID.

Segundo esta tabela, as informações dos dados censitários agropecuários colhidos naqueles anos permitem observar a redução de áreas destinadas à produção agrícola no município de Presidente Kennedy, sendo que as áreas destinadas à lavoura se reduziram em quase um terço, assim como as áreas destinadas a pastagem caíram mais de 50%. Esta tendência à perda de áreas utilizadas para atividades agropastoris é apresentada também no âmbito estadual, só que num grau bem menor de redução de áreas. No caso do município de São Francisco de Itabapoana não se tem como analisar a sua evolução por ausência de sequência estatística, mas percebe-se que a tendência no estado do Rio de Janeiro tem sido inversa à do estado capixaba.

Tabela 5.3.6.1-1: Utilização das terras dos estabelecimentos rurais – AID - 1995/96 – 2006.

Municípios	Ano	Área total (ha)	Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários em 31.12		
			Lavouras	Pastagens	Matas e florestas
			Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Presidente Kennedy	1995	54.577	6.433	43.647	3.515
	2006	27.204	4.520	20.844	1.489
Total do ES	1995	3.488.725	973.355	1.821.069	544.597
	2006	2.780.274	926.364	1.316.403	475.096
São Francisco de Itabapoana	1995	-	-	-	-
	2006	146.150	72.689	68.622	2.325
Total RJ	1995	2.416.305	414.733	1.545.123	348.987
	2006	2.629.365	604.005	1.605.959	362.531

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006. Censo Agropecuário 1995-1996.

* No ano de 1995, as áreas de lavouras referem-se à soma de áreas de lavouras permanentes e temporais, e as áreas de lavouras em descanso e produtivas não utilizadas.

5.3.6.2 Uso e ocupação do solo município de Presidente Kennedy e ADA

O Mapa Síntese contido no Plano Diretor Municipal de Presidente Kennedy, figura abaixo, desenha os principais usos existentes no município, onde se verifica a predominância do uso rural, turístico, de uso da atividade pesqueira, de áreas de interesse ambiental e da área prevista para uso industrial e logístico.

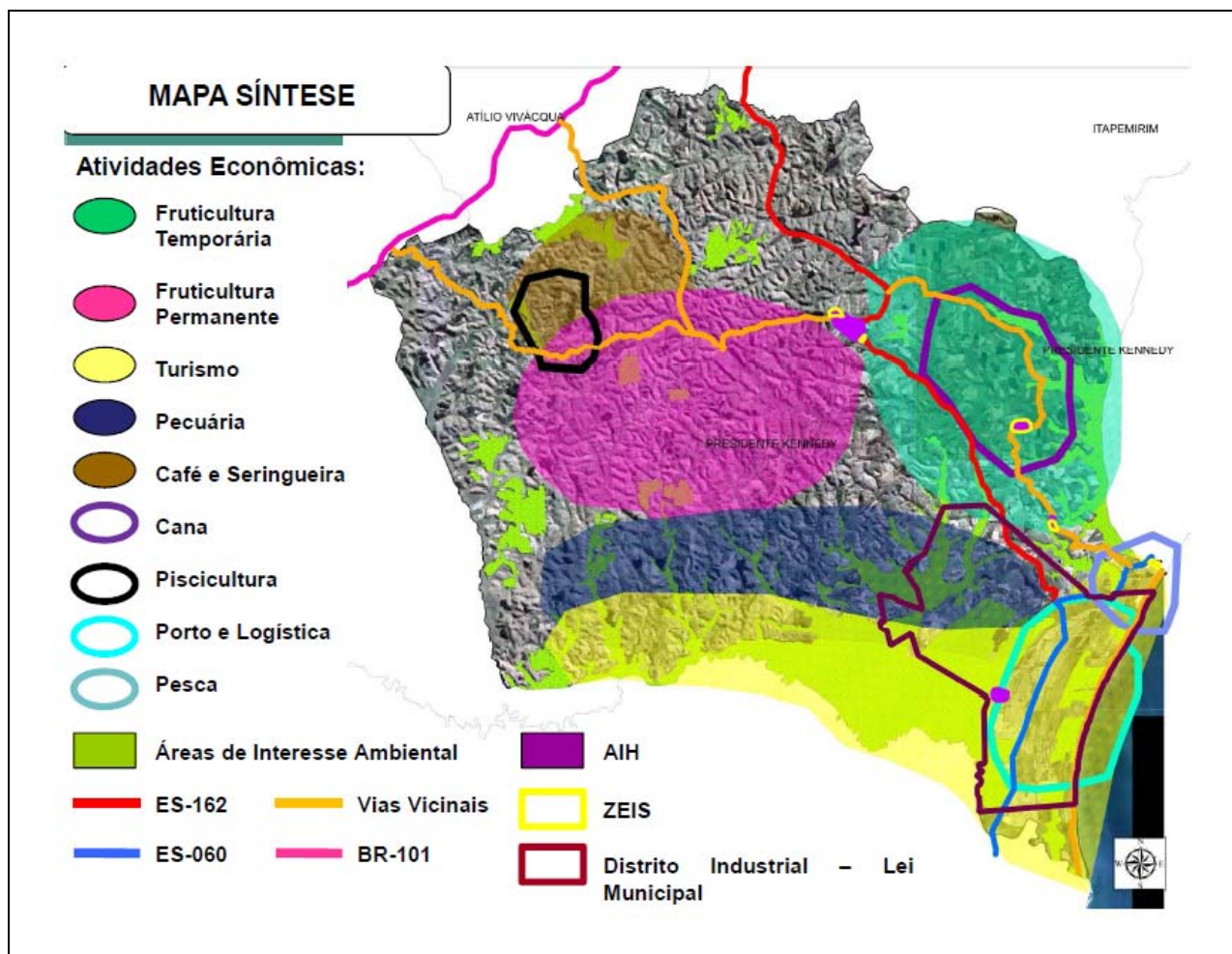
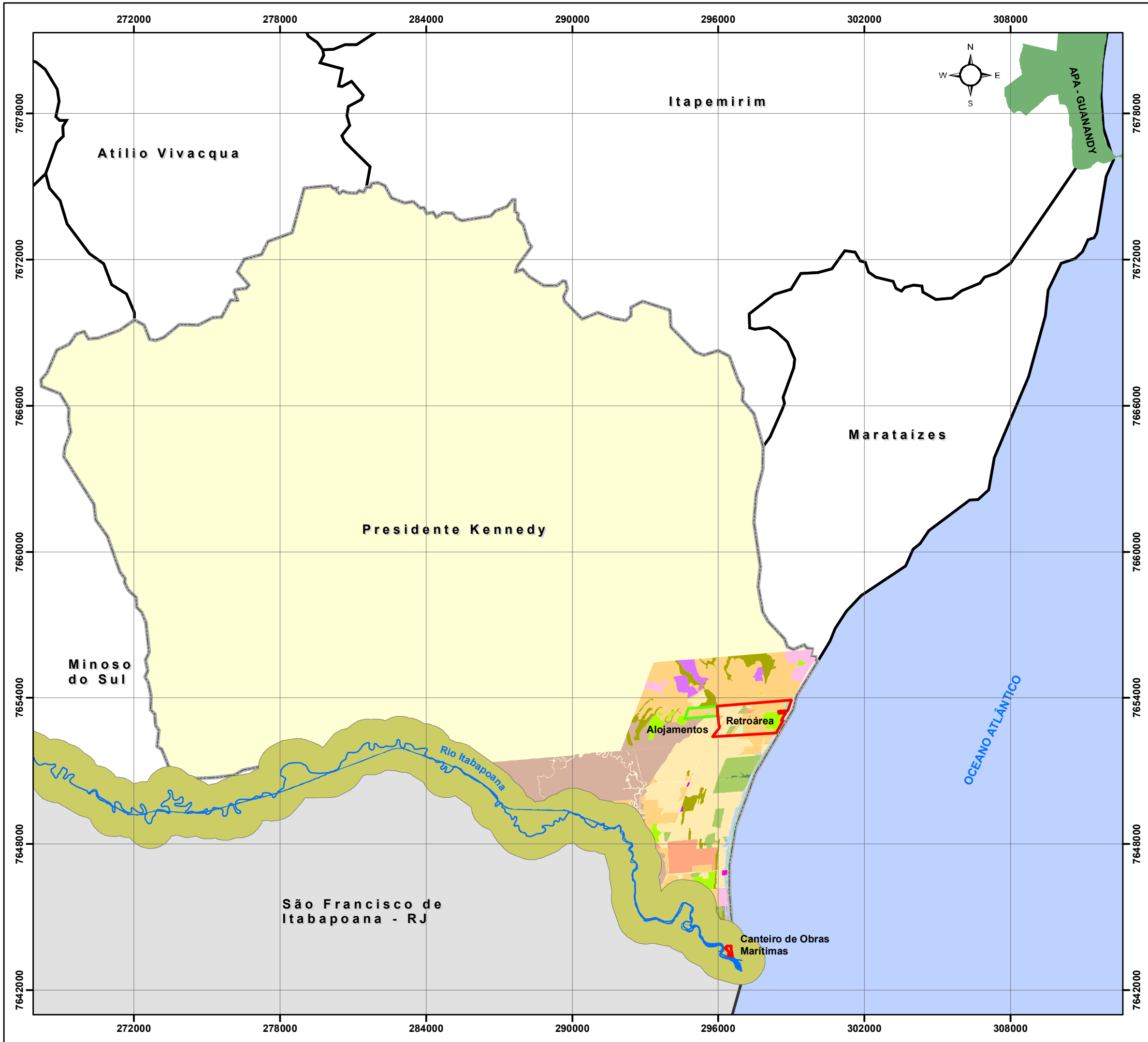


Figura 5.3.6.2-1: Mapa síntese do PDMP de PK.
 Fonte: FCCA Fundação Ceciliano Abel de Almeida.

Com base no Mapa de Uso do Solo – Cepemar se observa a distribuição das interferências antrópicas sobre a ocupação territorial no município e, em especial, no entorno mais próximo do empreendimento. Nessa área se constata a existência de loteamentos, de pequenos núcleos habitacionais esparsos, de área de ocupação histórico-cultural, de áreas de uso viário. Há ainda áreas constituídas de pastagens e áreas de alagados nas proximidades do empreendimento previsto.



Legenda

- Rio Itabapoana
- Retroárea; Canteiro de Obras Marítimas
- Área dos Alojamentos
- Zone Núcleo III - Recuperação (Reserva Biosfera)
- Presidente Kennedy - ES
- Unidades de Conservação
- Limite Municipal
- Limite Estadual

Uso e Ocupação do Solo - Área do Empreendimento e Entorno

- Aberta de Clusia
- Aberta de Clusia Degradada
- Área Urbana
- Brejo
- Cultivo Agrícola
- Estágio Inicial
- Estágio Médio
- Floresta Plantada com Eucalipto
- Halófila Psamófila
- Manguezal
- Mata Baixa de Restinga
- Mata Baixa de Restinga Degradada
- Mata de Restiga Degradada
- Mata de Restinga
- Mata de Várzea
- Palmae
- Pastagem
- Pastagem Alagável
- Pomar
- Pós Praia
- Pós Praia Degradada

EIA DA PLANTA DE FILTRAGEM E TERMINAL PORTUÁRIO PRIVATIVO - PK - ES

Figura 5.3.6.2-2: Mapa de Uso e Ocupação do Solo

Dados Cartográficos: Coordenadas UTM
Datum: WGS 84
Fuso: 24S

Fonte: Base Cartográfica - SF24 - IBGE / Geobase
Estudo de Campo - CEPEMAR, 2009
UC's - MMA

Escala Gráfica: Escala: 1:150.000

Elaborado Por: Juliana Kerckhoff Data: Novembro/ 2009

a) Uso industrial

A Lei Municipal Nº 798/2008 de 26 de dezembro de 2008 cria o Distrito Industrial de Presidente Kennedy. Esse Distrito possui uma área de 6.815 ha, onde se encontram previstos os usos especiais descritos no Plano Diretor Municipal de Presidente Kennedy.

b) Loteamentos

São 8 os loteamentos existentes no município de Kennedy e dentro da Ada do empreendimento. Estes se constituem em glebas de terras que foram loteadas ainda na década de 1970, estando, no entanto, ainda muito pouco adensados, à exceção de Marobá e de Praia das Neves. Estes dois loteamentos já se constituem em núcleos urbanos, com uma dada população fixa e infraestrutura urbana mínima.

Dos loteamentos criados e ainda existentes, segundo informações de um dos encarregados em cuidar de alguns deles, constam:

- Praia das Neves, o único com infraestrutura deles (com 1.700 lotes, quase todos vendidos).
- Morada das Neves (com 4.125 lotes, com apenas 1 residente fixo e 4 casas dispersas).
- Morada do Sol (com 1.700 lotes, quase todos já comercializados, com 1 morador fixo e 1 casa apenas).
- Recanto das Neves (com 1.000 lotes, sem construções até o momento).
- Cidade Balneário Solimar (com 8.000 lotes, localizado próximo ao Santuário da Neves).
- Condomínio Sincavir (com 700 lotes e 10 casas de veraneio).
- Marobá (o maior em termos de adensamento populacional e número de residências já constituídas), e Nova Marobá.

Dos loteamentos existentes, 3 deles (Praia das Neves, morada das Neves e Morado do Sol) pertencem ao Grupo Mercantil de Imóveis de Belo Horizonte, que possui representante local para a comercialização de imóveis. O Loteamento Recanto das Neves está sendo comercializado pela empresa JS empreendimentos. O Condomínio Sincavir pertence ao grupo Sol e Mar Empreendimentos, localizado em Juiz de Fora, Minas Gerais, que possui a maior parte dos lotes, e também ao Grupo São Geraldo, de Muriaé, que possui 700 lotes. Os lotes da Cidade Balneário Solimar estão sendo comercializados pela empresa Predial Itabirana, também mineira, localizada em BH.

Destes loteamentos, apenas Praia das Neves e Marobá se constituíram em núcleos habitacionais com infraestrutura local.

c) Uso urbano e núcleos habitacionais

No município de Presidente Kennedy encontram-se vários pequenos núcleos habitacionais, além dos dois maiores que são a sede municipal e a comunidade de Jaqueira, conforme se pode observar no Mapa de Uso do Solo (Cepemar).

Na sede municipal se concentram as atividades produtivas e de serviços além da atividade institucional ligada ao poder público municipal. A comunidade de Jaqueira encontra-se descrita dentro da ADA.

Os núcleos habitacionais localizados no entorno mais próximo do empreendimento são 10. Destes, 7 encontram-se no território municipal de Presidente Kennedy, sendo eles: Campo Novo, Criador, Santo Eduardo, Marobá, Jaqueira, Areinha e Praia das Neves; 2 no município de Marataízes (Boa Vista e Praia dos Cações) e 1 em São Francisco de Itabapoana (Barra de Itabapoana).

A caracterização desses núcleos habitacionais encontra-se efetuada na ADA – Área Diretamente Afetada.

d) Uso histórico-cultural

Tal como já sinalizado anteriormente nas proximidades do empreendimento encontram-se duas edificações de relevante interesse histórico-cultural, que são as edificações mais antigas do município de Presidente Kennedy. A Igreja das Neves data do século XVII, tendo sido construída em 1581 em madeira por orientação do Padre José de Anchieta. Em 1694 foi erguido o novo Templo em pedras e concreto. Mais tarde, em 1750, a Igreja passa a abrigar a imagem de Nossa Senhora das Neves trazida de Portugal.

A sede da Fazenda Muribeca foi o marco do município, e se mantém ainda preservada até os dias atuais.

Estas áreas estão enquadradas dentro do PDM como AIH – Áreas de Interesse Histórico zoneadas segundo ZIH – Zona de Interesse Histórico onde não estão previstas as atividades do grupo 03 nem atividades especiais.

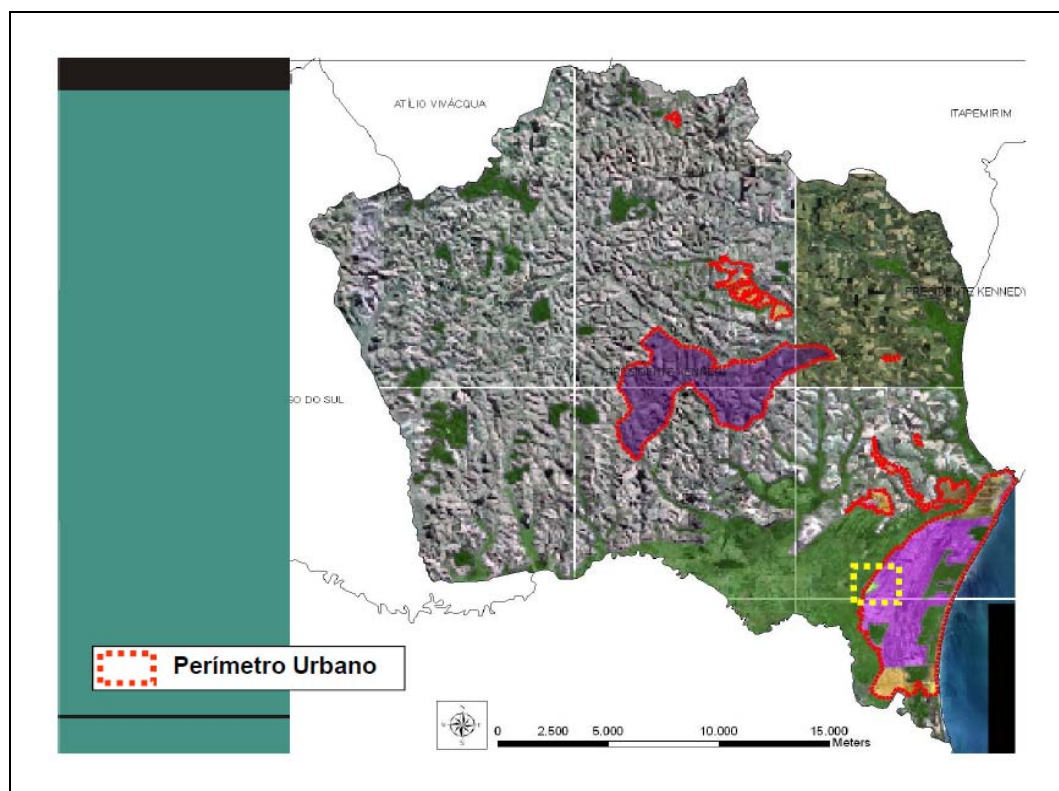


Figura 5.3.6.2-3: ZIH – Igreja da Neves - Pontuada em amarelo.
 Fonte: FCCA – PDMPK – 2009.

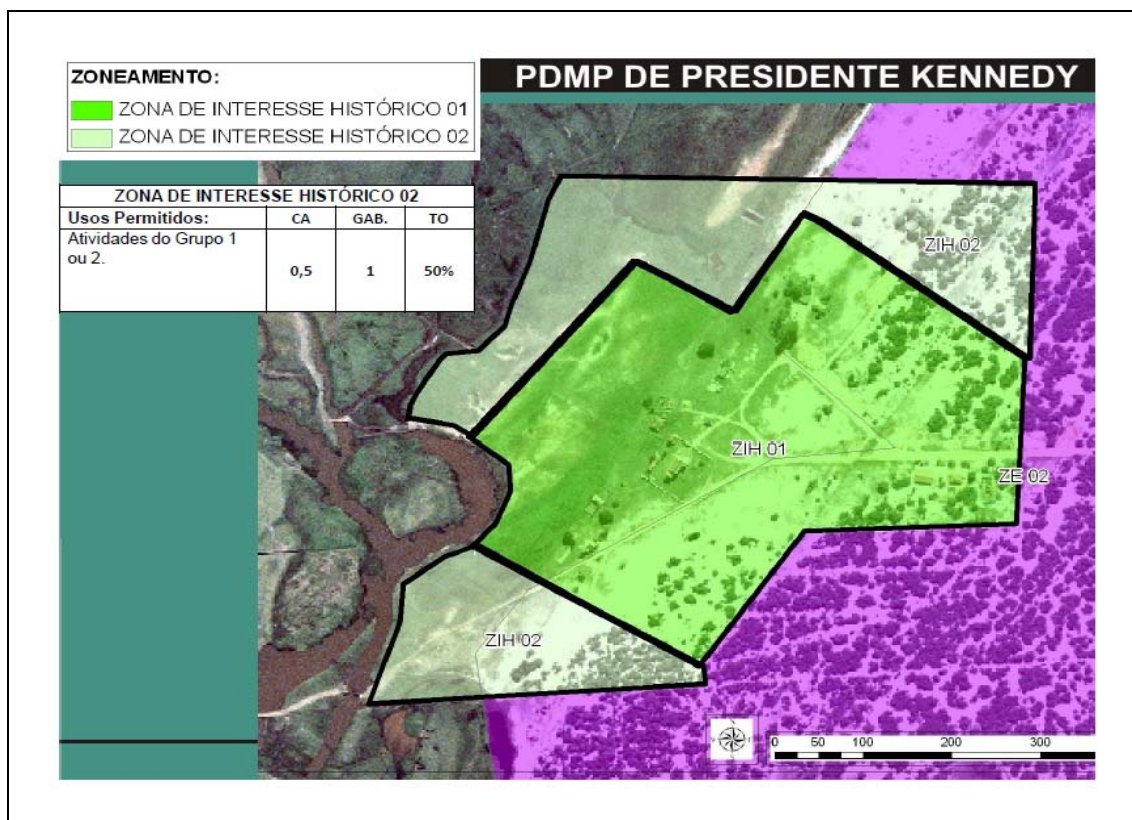


Figura 5.3.6.2-4: Zoneamento previsto na Zonas de Interesse Histórico onde se localiza a Igreja das Neves.
 Fonte: FCCA – PDMPK – 2009.

e) Uso viário

Tanto no município de Presidente Kennedy como na ADA do empreendimento, em se considerando a delimitação para o meio antrópico, encontram-se vias de transporte, conforme se pode observar no mapa de uso e ocupação do solo.

As principais vias existentes no município são:

- BR-101, perpassa o município na divisa com Atílio Vivácqua,
- ES-162 - corta o município em sentido longitudinal,
- ES-060 – perpassa a faixa costeira do município.

f) Uso rural

O uso rural existente na ADA do empreendimento está compreendido por áreas de uso com pastagens, por alagados e outros usos, conforme se observa nos dados relativos ao uso e à cobertura vegetal (Meio Biótico) e ao mapa síntese do PDMPK.

O Mapa Síntese do PDMP (Figura 5.3.6.2-1) mostra os principais usos agropecuários com predominância de áreas voltadas para a fruticultura seguido de áreas para uso da atividade pecuária, e algumas outras onde se verifica a piscicultura, a produção de cana-de-açúcar e de seringais. Destaca-se na atividade agrícola a produção do abacaxi, do qual este município se coloca como um dos maiores produtores na atualidade.

g) Espaços sociais e de lazer

NA sede municipal de PK é onde se encontra o maior número de equipamentos sociais entre praças, ginásio de esportes e outras áreas.

Em praticamente todas as comunidades da ADA não existem equipamentos de lazer, afora uma ou outra comunidade que possui praça e/ou campo de futebol. A praia se constitui, dentre aquelas localizadas à beira mar, em espaço social e de lazer das comunidades e dos turistas que a elas recorrem em épocas de feriados e de veraneio.

Em Campo Novo não há escola, nem associação de moradores, nem unidade de saúde, nem praça ou área de lazer e o time de futebol faz seus jogos em campos “emprestados”.

Em Jaqueira há uma praça e um campo de futebol construído recentemente.



Figura 5.3.6.2-5: Praça na área central de Jaqueira.
Foto: Marília M. Sales (Nov/09).

Em Santo Eduardo estão sendo construídos um ginásio de esportes e uma praça.



Figura 5.3.6.2-6: Ginásio de Esportes em Santo Eduardo.
Foto: Marília M. Sales (Set/09).

Exceto a praia, não há nenhuma alternativa ou equipamento de lazer em Praia das Neves, o mesmo ocorrendo com Marobá.

Em Praia dos Cações não há nenhuma área de lazer, e em Boa Vista há uma quadra de esportes na escola, sendo também utilizada pela comunidade.

Em Barra de Itabapoana há um campo de futebol que se encontra deteriorada por falta de serviços de conservação e manutenção. Na Praça São Joaquim há também uma quadra de futebol. Na década de 1980, foi construída uma quadra no Colégio Estadual Ana Nunes Viana, muito utilizada pela comunidade. No entanto, atualmente essa quadra está desativada porque a cobertura, o muro de proteção e o piso encontram-se bastante deteriorados.



Figura 5.3.6.2-7: Igreja Matriz de Barra de Itabapoana.
Foto: Cristian A. Senn (Out/09).

5.3.7 Organização social

5.3.7.1 All e AID

A formação de grupos de interesse e de entidades organizadas é, em geral, resultante da busca de objetivos comuns por parte de indivíduos que compartilham interesses afins e que se beneficiariam atuando coletivamente.

Um grupo de interesse é uma organização que tem por finalidade influenciar a distribuição e o uso do poder político. No caso em questão, a disputa gira em torno da utilização dos recursos marítimos.

Há diferentes grupos atuando na Área de Influência dos empreendimentos; dentre os interesses que permeiam suas atuações, destacam-se as atividades de exploração dos recursos marítimos entre outros. Estes diferentes atores dialogam entre si e disputam politicamente a utilização desses recursos.

Neste item serão listados os grupos que apresentam interesse direto nos recursos marítimos identificados na Área de Influência do empreendimento da Ferrous, sendo destacados entre os grupos de interesses abaixo:

- a) Instituições governamentais
- b) Setor empresarial
- c) Organizações da sociedade civil e outros interessados.

- Instituições governamentais

Encontram-se atuantes na AII e na AID do empreendimento Instituições governamentais tanto municipais como estaduais e federais.

Dentre as instituições governamentais de maior interesse da atividade, destacam-se aquelas vinculadas à atividade em si (portuária) e a atividades que se utilizem do mesmo meio para desenvolverem suas técnicas. Neste contexto destacam-se, dentro da órbita federal:

- MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura – Ex- SEAP/PR – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República;
- Ministério dos Transportes;
- Secretaria Especial dos Portos;
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
- EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo;
- RF - Receita Federal do Brasil – Aduana;
- PF - Polícia Federal;
- DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes;
- TCU – Tribunal de Contas da União;
- Conportos - Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis.

As instituições governamentais dos estados que envolvem atividades na área marítima e portuária se encontram abaixo descritas, dentro de cada estado onde se inserem os municípios da AII e da AID, ou seja, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Tabela 5.3.7.1-1: Instituições Governamentais na órbita dos estados do RJ e do ES.

Nome da Instituição	Estado Atendido
- Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Ministério Público Estadual	
CODERJ – Cia. Docas do Rio de Janeiro	
OGMO – Órgão Gestor de Mão de Obra RJ	
- Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	
- Ordem dos Advogados do Brasil - RJ	
- FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro	
- SEMADUR – Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano	
- FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente	
- TURISRIO – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro	
- Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior	
- Secretaria de Estado da Fazenda –RJ	
Superintendência do IBAMA no Estado do Rio de Janeiro	
-Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	
- Secretaria Estadual de Economia e Planejamento	
Superintendência do IBAMA no Estado do Espírito Santo	Espírito Santo
- Capitania dos Portos do Espírito Santo	
Ministério Público Estadual	
-Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	
-Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	
-Ordem dos Advogados do Brasil – ES	
-Secretaria de Estado de Economia e Planejamento – SEP	
-Secretaria de Estado da Fazenda – ES	
Secretaria Estadual da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG	
-SEDETUR - Secretaria de Estado de Turismo - ES	
-SEAMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – ES	
CODESA – Cia. Docas do Espírito Santo	
OGMO – Órgão Gestor de Mão de Obra RJ	
ADERES – Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo	
SEDU -Secretaria de Educação (Escolas de Pesca) – ES	
SESA – Secretaria Estadual de Saúde	

Fonte: CEPEMAR, 2006d.

Nos municípios da AID, as instituições governamentais de interesse são praticamente todas as secretarias municipais e entidades correlatas, que se encontram destacadas a seguir.

Tabela 5.3.7.1-2: Autarquias Públicas Municipais, Prefeituras e Secretarias Municipais – AID.

Nome da Instituição	Município
Secretaria de Pesca	Presidente Kennedy
Secretaria Municipal de Ação Social	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	
Secretaria Municipal de Educação	
Secretaria Municipal de Turismo	
Secretaria Municipal de Assistência Social	
Secretaria Municipal de Saúde	
Ministério Público	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Marataízes
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca	
Ministério Público	
Secretaria de Turismo	
Secretaria Municipal de Finanças	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	São Francisco de Itabapoana
Ministério Público	
Defesa Civil	
Conselho Municipal de Meio Ambiente	
Secretaria Municipal de Indústria, Agricultura, Comércio, Abastecimento e Pesca	
Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer	

Fonte: Prefeituras Municipais – Levantamento de Campo – Set-Nov-2009.

- Instituições privadas

No setor pesqueiro e turístico destacam-se as seguintes entidades localizadas nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo:

- ICES - late Clube do Espírito Santo;
 - Abav-ES - Associação Brasileira de Viagens no Espírito Santo;
 - Companhia Marítima Costa Cruzeiros – RJ;
 - late Clube do Rio de Janeiro.
-
- Organização Civil

Dentre as organizações civis na órbita dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, destacam-se:

- FEPEES - Federação dos Pescadores do Estado do Espírito Santo;
- Sindicato dos Pescadores dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo;
- FEPERJ - Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro;
- FAPESCA - Federação das Associações de Pescadores Artesanais e Aquicultura do Rio de Janeiro;
- UEPA - União das Entidades de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro;
- SAPERJ – Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro;
- Suport – Sindicato dos Portuários – ES.

As entidades organizadas no setor pesqueiro e que se encontram localizadas e atuantes da AID são:

- Colônia de Pescadores Z-8 – Nossa Senhora dos Navegantes – Marataízes;
- APEMAR – Associação de Pescadores de Marataízes;
- Associação de Pesca do Pontal de Marataízes;
- Associação de Pescadores de Marobá – Pres. Kennedy;

- Colônia de Pesca Z- 14 - Pres. Kennedy;
- Colônia de Pescadores Z-01 – São Francisco de Itabapoana.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Ação Social, em Presidente Kennedy foram criados vários conselhos que têm sua origem em determinação federal, tais como o do Idoso, de Assistência à Criança e ao Adolescente, Saúde, Meio Ambiente, etc., mas a população não se expressa através de entidades civis organizadas. São apenas duas as associações de moradores: a de Cancelas e a de São Salvador. Em Jaqueira, embora tendo sido constituída legalmente, encontra-se desativada a associação local.

5.3.7.2 ADA

Em Marobá, a associação de moradores, embora constituída, está desativada, e os moradores iniciam um processo de discussão para criar a Associação dos Artesãos de Marobá. A Associação de Pescadores de Marobá foi fundada há cerca de dois anos e meio.

A Associação de Moradores de Jaqueira, embora constituída, encontra-se desativada. Nesta comunidade convivem seguidores das igrejas Católica, Assembleia de Deus e Batista. Em Areinha há seguidores das igrejas Assembleia de Deus e Batista.

A comunidade de Criador é tradicionalmente evangélica, e a Igreja Batista Monte das Oliveiras, construída há 37 anos, realiza cultos às terças e quintas-feiras, aos sábados e aos domingos. Os moradores de Criador começam a se organizar para constituírem uma associação de moradores.

Estão presentes em Santo Eduardo as igrejas Católica, Maranata, Batista e Assembleia de Deus. Os moradores de Campo Novo se dividem entre as igrejas Católica, Deus é Amor, Batista e Assembleia de Deus.

Em Praia das Neves os moradores começam a se organizar para constituir uma associação local. Apenas a Igreja Católica está presente na localidade.

Há três anos foi criada em Boa Vista a Associação de Moradores, mas ainda não tem sede própria. Já em Praia dos Cações não existe entidade organizada, sendo que a associação de Boa Vista também representa a comunidade residente em Praia dos

Cações. Há seguidores de cinco seitas evangélicas em Boa Vista, enquanto duas estão presentes em Praia dos Cações.

Em Barra de Itabapoana foi constituída a Associação de Moradores e Amigos de Barra de Itabapoana (AMABI), mas a entidade não desenvolve atividades de forma contínua e permanente. Segundo um informante, a AMABI “só funciona na época das eleições, sendo muito utilizada pelos políticos da situação como instrumento de controle de votos”. Os pescadores se organizam através da Casa do Pescador, mas a sede da entidade foi cedida para abrigar o curso de pré-escola da Escola Municipal Décio Machado, e encontra-se funcionando provisoriamente na Rua da Praia.

A relação das igrejas existentes em Barra de Itabapoana é a seguinte: Igreja Católica (1), Igreja Assembleia de Deus (6), Igreja Internacional da Graça (1), Igreja Mundial (1), Igreja Batista (3), Igreja Batista Renovada (2), Congregação Cristã do Brasil (2), Igreja Deus é Amor (1), Igreja Presbiteriana (2), Salão do Reino das Testemunhas de Jeová (1), Igreja Congregacional (1).



Figura 5.3.7.2-1: Associação de Barra de Itabapoana.
Foto: Cristian A. Senn (Out/09).

5.3.8 Políticas Públicas, Planos e Projetos

5.3.8.1 Projetos privados

Além dos projetos de cunho governamental previstos para a AID do empreendimento, encontram-se ainda projetos privados que têm surgido em decorrência da divulgação dos empreendimentos relacionados à Ferrous. Vale destacar que, quando se refere à Ferrous,

tem sido dimensionado todo o parque produtivo e logístico divulgado como possibilidade de vir a ser instalado no município de Presidente Kennedy, incluindo: porto, mineroduto, linha de transmissão, usina siderúrgica e de pelotização, dentre outras unidades de apoio.

Dentre os projetos privados em estudo, foi comentada a possibilidade de instalar uma unidade de tratamento de resíduos industriais no município, loteamentos e unidades industriais e de serviços de apoio à atividade siderúrgica.

5.3.8.2 Projetos governamentais

a) No âmbito estadual

No âmbito estadual, envolvendo os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, estão sendo previstos investimentos e projetos para a AID do empreendimento.

O governo do Espírito Santo prevê, para os municípios da AID da porção capixaba, os seguintes investimentos:

A política estadual de investimentos públicos encontra-se definida pelo Plano de Desenvolvimento ES-2025. Esse Plano, criado pelo governo estadual, define as diretrizes e os investimentos em grandes blocos de áreas temáticas, considerando dentro destes o perfil socioeconômico das regiões administrativas estaduais.

Importante salientar que, no âmbito regional, as políticas têm-se direcionado para o contexto das regiões administrativas e para áreas onde já ocorre ou se potencializa a integração regional por fatores relacionados à expansão e à instalação de empreendimentos de relevância, tal como ocorre na região de Ubu. Neste aspecto, a delimitação das Áreas de Influência do empreendimento, tanto, Direta, como Indireta, corroboram o contexto espacial ao qual de definem as diretrizes dentro do Plano de Desenvolvimento ES-2025. A rede de cidades desenhada dentro do ES 2025 reflete a estrita relação existente entre os municípios componentes das AIs do empreendimento, dentro de seu contexto direto interno (AID e AII) e de sua inter-relação (AII x AID).

Na Área de Influência do empreendimento alguns projetos de cunho ambientalista e econômico merecem ser destacados, encontrando-se dentre eles:

- Corredores Ecológicos,
- Programa Zoneamento Ecológico-Econômico – PZEE,
- Programa Extensão Ambiental,
- Gestão Ambiental Municipal.

Segundo informações contidas no site do IEMA `O Projeto ProdutorES de Água tem como prioridade reconhecer proprietários que protejam áreas estratégicas, tais como o entorno de estradas, rios e córregos, contribuindo assim para o combate à erosão, assoreamento dos corpos de água e ainda na infiltração de água no solo.`

O *Projeto Corredores Ecológicos* objetiva reduzir a fragmentação das florestas e conservar os recursos naturais e a biodiversidade. Esse projeto foi idealizado através de uma parceria entre o governo e a sociedade civil e conta com a participação de entidades governamentais (estaduais e municipais), ONGs, associações, sindicatos, cooperativas, IEs - instituições de ensino, comunidades e produtores rurais. O Espírito Santo encontra-se dentro do Corredor Central da Mata Atlântica que envolve toda uma extensão de terras desde o litoral do estado até seu interior, sendo composto por propriedades privadas (com somente 5% sob alguma forma de proteção legal), 15 territórios indígenas e 49 unidades de conservação, dentro dos 78 municípios do Espírito Santo e mais 85 pertencentes ao território baiano.

O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico – PZEE, é um programa criado pelo governo federal e gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente. Esse programa, segundo o Ministério do Meio Ambiente, “*ao dispor de um mecanismo integrado de diagnóstico e de proposição de diretrizes pactuadas de ação, pode contribuir para que o sistema de planejamento oriente os esforços de investimentos do governo e da sociedade civil segundo as peculiaridades das áreas definidas como zonas e tratadas como unidades de planejamento*”. (www.iema.es.gov.br, In: MMA, 2006).

O *Espírito Santo sem Lixão* visa à concepção, construção e operação de sistemas regionais de destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos – RSU, para atender a todo o estado. Tem ao mesmo tempo um objetivo de facilitar a destinação final do lixo, reduzir o custo de deslocamento e de operação e reduzir seu efeito ambiental. Os sistemas regionais de destinação dos resíduos sólidos serão compostos por estações de

transbordo, transportes regionais e aterros sanitários regionais. Dentro da regionalização para este fim, a região de impacto direto e indireto do empreendimento estaria mais abrangida pela região Litoral Sul, da qual participam os municípios de Vargem Alta, Alfredo Chaves, Guarapari, Anchieta, Iconha, Rio Novo do Sul, Piúma, Itapemirim, Marataízes, Presidente Kennedy, Mimoso do Sul, Muqui, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte e Apiacá.

Extensão Ambiental é um programa que surgiu de uma parceria entre o Governo do Estado e a VALE, tendo como objetivo a restauração de Áreas de Preservação Permanente no estado (ficando de fora deste contexto as áreas de mata ciliar e entorno de nascentes). O programa funciona com o cadastramento de propriedades que, sendo consideradas aptas, receberão mudas de diferentes espécies florestais e formicida para o controle de formigas cortadeiras. O Programa conta com a SEAMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA (coordenação geral), o IEMA (como coordenador técnico), a SEAG - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, o IDAF e o INCAPER.

A *Gestão Ambiental Municipal* é um objetivo que foi consumado através da Resolução CONAMA nº 237/97 e que visa à instrumentação dos municípios para operarem na gestão ambiental, especialmente daquela referente a licenciamentos de efeitos direto dos mesmos. No Espírito Santo poucos municípios encontram-se habilitados para exercer a gestão ambiental, os quais são: Aracruz, Cachoeiro do Itapemirim, Colatina, Itapemirim, Serra, Vitória e, mais recentemente, Muniz Freire.

Por parte do governo do Rio de Janeiro estão sendo previstos para o município de São Francisco de Itabapoana os seguintes projetos:

- Construção da Rodoviária Municipal.
- Instalação de uma Delegacia Legal.
- Instalação de um Posto do INSS.
- Instalação de Corpo de Bombeiros.

- Recapeamento das Rodovias Estaduais: RJ-224 – Ligando a Barra de Itabapoana até a sede de São Francisco, e da RJ-196 – ligando Gargaú até a sede municipal.

b) No âmbito municipal – AID

- Presidente Kennedy

Os principais projetos previstos pelo poder público municipal de Presidente Kennedy estão abaixo arrolados:

- Estudo para pavimentação de 80 km de estradas no interior do município, inclusive aquelas que interligam as comunidades da ADA.
- Viabilizar o acesso gratuito à Internet a todos os moradores do município, inclusive os da ADA.
- O Projeto Orla, da Secretaria Municipal de Turismo, visa impulsionar o turismo na região através do embelezamento das praias e da construção de infraestrutura.
- Parceria entre Secretaria de Pesca e a Coquiba para a criação do Projeto Kit-Bobó que visa à geração de renda para pescadores de orla e para moradores dos quilombolas de Cacimbinha e Boa Esperança.
- Solucionar os problemas (água e energia elétrica) que impedem o início das atividades da Coquiba; criar o Comitê Comunidade Pró-Coquiba; realizar cursos de cooperativismo e associativismo; promover visita a uma região de produção de fécula em Minas Gerais; estabelecer contatos com o Grupo Pão de Açúcar para a comercialização dos produtos da Coquiba; arrendar terras e repassar aos cooperativados para o plantio de mandioca; construir fábrica de produtos derivados da fécula.
- Estender para outras localidades as ações do Projeto Cardume, que tem sede em Marobá, oferecendo os cursos de topiaria, escama de peixe, couro de peixe, pintura, taboa, etc.

O município de Presidente Kennedy apresenta graves problemas de infraestrutura na área de saneamento básico, segundo informações da Secretaria Municipal de Planejamento, uma vez que não há tratamento de esgoto em nenhuma localidade, incluindo também a sede, e os problemas com o abastecimento de água são enfrentados por praticamente toda a população. Como consequência, a Secretaria de Planejamento busca soluções visando garantir o acesso da população a esses serviços básicos, além de outros projetos em diferentes áreas. Entre as ações previstas, cabe destacar:

- Conclusão dos estudos do Projeto de Abastecimento de Água, do Projeto Executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de Presidente Kennedy, do Projeto de Drenagem Fluvial de Presidente Kennedy. Os projetos encontram-se em fase de licitação e espera-se para novembro a liberação da ordem de serviço. Embora esteja sendo analisado pela Funasa um pedido de verba, a PMPK realizará as obras com recursos próprios caso não haja liberação de verba por parte da entidade federal.
- Projeto de Abastecimento de Água com a captação em dois pontos: o primeiro ficará situado a cerca de 1,5 km a montante da foz do rio Itabapoana e abastecerá as localidades de Marobá, Praia das Neves, Criador, Campo Novo, Jaqueira, Santo Eduardo, Cacimbinha, Boa Esperança, Santana Feliz e a sede de Presidente Kennedy, o segundo ponto de captação ficará localizado em Bela Vista e abastecerá essa localidade, além de Guarulhos, Campinas, Campo do Limão e Mineirinho.

Na área de assistência social estão previstas várias ações e projetos, segundo dados da secretaria municipal da pasta. Segundo a secretaria, um total de 70% da população do município de Presidente Kennedy encontra-se distribuído pelas zonas rurais e 30% na sede; e que cerca de 60% desta população encontra-se abaixo da linha da pobreza, demandando um grande número de ações de caráter assistencial. Dentre estas ações, cabe destacar:

- Suplementação alimentar para lactantes, disponibilizando diversos tipos de produto para atender a eventuais necessidades de crianças que apresentam restrição alimentar, como por exemplo, alergia ao glúten.

- Kit maternidade enxoval entregue a um total de 130 gestantes, sendo que, destas, 30% eram adolescentes.
- Programa de Segurança Cesta Básica, que distribui mensalmente 1.600 cestas básicas.
- Programa Bolsa Família, no qual está inscrito um total de 1.320 famílias.
- Programa BPC para atendimento dos aposentados por deficiência ou idade.
- Projeto Terceira Idade Ativa, em funcionamento na sede, sendo prevista a implantação em localidades do interior do município.
- Assistência ao portador de necessidades especiais através da Associação Pestalozzi.
- Programa de distribuição de fraldas descartáveis, geriátrica e infantil para famílias em condição de extrema pobreza.
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em atuação conjunta com outras secretarias, no qual estão inscritas 200 crianças que desenvolvem atividades tais como capoeira e informática, e recebem orientações de educação sexual e combate às drogas, entre outras.
- Encontra-se em fase de licitação para compra de material permanente para o programa que prevê a destinação de cadeiras de rodas, muletas, colchão caixa de ovo, etc., para pessoas necessitadas.
- Programa de distribuição de óculos para pessoas que não possuem renda para sua aquisição.
- Em parceria com a Setades, foram licitados cursos profissionalizantes nas áreas da construção civil, comércio e serviços de hotelaria.
- Cursos de capacitação em petróleo e gás (150 inscritos) e de eletricitista predial (45 inscritos). Já foram qualificadas 60 pessoas através de cursos de garçom, cozinheiro e atendimento ao cliente.
- Entre os anos de 2000 e 2008, a PMPK construiu 300 casas populares, e a previsão é a de construir outras 100 casas dentro de seis meses. Está prevista ainda a realização de melhorias domiciliares com a construção de 100 banheiros.

- Projeto para construção de uma Casa de Passagem para atender crianças vítimas de maus tratos ou pedofilia.

Sobre o empreendimento da Ferrous, a Secretaria de Assistência Social de Presidente Kennedy registra a preocupação com o fato de a empresa ainda não ter divulgado informações sobre a qualificação da mão de obra a ser contratada, o que está será mitigado quando da implantação das medidas propostas neste EIA, como exemplo, o Plano de Comunicação Social. Essa divulgação permitirá ao poder público antecipar-se e agir no sentido de oferecer ou viabilizar a oferta de cursos de qualificação para que moradores de Presidente Kennedy estejam aptos para ocupar postos de trabalho. Outra preocupação refere-se ao grande número de pessoas em busca de trabalho, e o excedente dessa mão de obra não absorvida pela empresa constituirá demanda para o poder público em áreas como habitação, saúde, assistência social, etc., além do risco potencial de contribuir para o aumento de conflitos ligados ao consumo de droga, ações violentas e prostituição, observações que também foram incorporadas nas medidas propostas (ver Capítulo 8).

Já na área de saúde, segundo informações da Secretaria Municipal, o Plano Municipal de Saúde 2010-2013 prevê ações e metas, cabendo destacar:

- Estruturação da rede de serviços da atenção primária em saúde, incluindo a construção de sete US de apoio.
- Ações de promoção da saúde, incluindo a construção de cinco módulos de orientação a exercícios físicos.
- Implementação do programa de saúde bucal em todas as unidades sanitárias, incluindo a aquisição de uma unidade móvel odontológica.
- Redução da morbimortalidade por doenças transmissíveis, incluindo a implantação de saneamento básico domiciliar em 100% dos domicílios que necessitam de melhorias.
- Implantar e implementar um centro de referência de controle de zoonose.
- Construção de uma unidade de farmácia cidadã na sede do município.

- Construir um almoxarifado na sede do município.
- Informatizar 100% das unidades sanitárias.
- Implemetar internações de médio risco e cirurgias eletivas através da reforma, ampliação e equipamento do Pronto Atendimento, disponibilizando um total de 50 leitos. Construção de um centro cirúrgico e enfermaria com capacidade para 10 leitos.
- Implantar e implemetar o Centro de Fisioterapia.

Na área de meio ambiente, segundo a Secretaria Municipal da pasta, a secretaria tem como meta alcançar os seguintes objetivos a curto prazo: criar condições de trabalho ideais a partir da obtenção de uma estrutura física adequada; criar um canal de comunicação com a comunidade através da Caixa de Sugestões; utilização exclusiva de papel reciclado; capacitação de técnicos através de cursos e intercâmbios; criação de calendário de seminários, workshops temáticos (datas comemorativas ambientais); legislação ambiental municipal através da criação do Código Ambiental Municipal e regulamentação. Adequação da legislação referente ao COMDEMA e ao Fundo Municipal de Meio Ambiente (Lei Municipal 532/00); treinamento de recursos humanos para o desempenho da função de fiscalização. Cumprimento da Legislação Ambiental vigente.

Em médio prazo estão previstos os projetos de reciclagem de óleo, coleta seletiva na sede do município e prédios públicos municipais, sacola ecológica, produção de mudas, reformulação das atividades e operacionalidade da secretaria com interação com outras secretarias, gestão municipal ambiental e produção de cartilhas informativa com dados do município.

Em longo prazo estão previstos os projetos de recuperação e conservação das nascentes (Projeto Kenascente), despoluição e revitalização de mananciais, criação de APAS e criação do cadastro municipal e classificação das atividades econômicas poluidoras.

As expectativas são favoráveis à instalação do empreendimento da Ferrous em Presidente Kennedy. O município está preparando-se para receber o empreendimento e pode estabelecer com a companhia uma parceria sólida voltada para a sustentabilidade e tem recursos para efetivá-la. A geração de empregos será uma importante contribuição da

Ferrous que dinamizará a economia do município. No futuro, quando findar o aporte de recursos trazidos hoje ao município pelos *royalties*, a economia local poderá ter na Ferrous a sua sustentabilidade. A dimensão do empreendimento não assusta, mas traz certa preocupação pelos problemas sociais que poderão surgir com a atração de população.

- São Francisco de Itabapoana

Segundo informações da prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana, através de suas Secretarias de Desenvolvimento e de Planejamento, os principais projetos em andamento e previstos para o município são:

- Ponte de ligação entre São Francisco de Itabapoana e São João da Barra – empreendimento visto como prioridade para o município estando previsto na ordem de R\$ 50 milhões.
- Saneamento básico – projeto em torno de R\$ 16 milhões visando à construção de ETEs e ETAs na sede municipal e em algumas comunidades do entorno. Conta com a participação da Funasa.
- Abastecimento de água. Previsto um recurso de R\$2,5 milhões do PAC-Funasa para instalação de mais dois poços em gargaú.
- Recapeamento de 1200 km de estradas vicinais dentro do município.
- Programa de renda Mínima – Através de triagem realizada pela Secretaria de Promoção Social são cadastradas pessoas para serem beneficiadas e terem acesso a cursos tais como de padeiro, artesanato, prática esportivas, etc., com o intuito de criar uma alternativa de renda.
- Programa de Geração de Trabalho e Renda – PER – Dentro deste Programa se insere o programa Artesanato que visa utilizar um recurso natural muito abundante na região, a Taboa, para desenvolver produtos e colocar no mercado local e estadual, em feiras, etc. Foi informado que os artesãos já estão exportando seus produtos.

- Programa educar Sorrindo – Tratamento odontológico ambulante que é efetuado nas creches do município através de um ônibus-consultório. Pretendem expandir este projeto para todas as 64 escolas municipais.
- Transporte Escolar de alunos em todo o município.
- Atendimento médico ambulante - efetuado através de 2 ambulâncias com UTI móvel e com paramédicos.
- Projeto de Recuperação de Manguezais - *‘O Manguezal Gosta de Você’*. Sob orientação do MMA.

Este projeto tem como metas:

- Instalar estufas e viveiros para reflorestar o manguezal – já iniciaram plantios dentro dos manguezais (Barra, Guaximdiba e Gargaú).
- Envolver as comunidades de catadores (caranguejo e outros recursos).
- Viveiros de várias espécies para produção e comercialização para vendas de mudas.
- Horto Municipal na sede visando instalar viveiros e estufas no local.
- Reflorestamento e Jardinagem objetivando criar espaços paisagísticos por todo o município como pontos de atração de turistas e visitantes.
- Projeto Artelata – educação infantil com musicalização utilizando instrumentos musicais feitos de lata. Atualmente estão sendo atendidas cerca de 150 pessoas.

- Marataízes

A Secretaria de Pesca de Marataízes considera que a pesca no município foi bastante comprometida, registrando-se a diminuição do volume de pescado e, como consequência, registrou-se a queda na renda obtida pelos pescadores. Muitos deles que recorreram a linhas de crédito tornaram-se inadimplentes porque não conseguem ganhos suficientes para arcar com os compromissos assumidos. De acordo com a visão desta secretaria, a área de pesca foi reduzida como consequência de restrições impostas por atividades de

pesquisas sísmicas. Registra-se também em Marataízes a diminuição da quantidade de peixes e o desaparecimento do Peroá, fato que consideram ser também decorrente de atividades petrolíferas. A secretaria propõe ações e projetos para beneficiar o setor da pesca, cabendo destacar:

- Implantação do Centro Integral de Pesca Artesanal que prevê investimento para fábrica de gelo, câmara fria, beneficiamento do pescado, implantação de Telecentro, estaleiro para reforma e construção de embarcações, obtenção do selo para exportação do pescado, linhas de subsídio para o óleo diesel.
- Recuperação das lagoas e lagunas visando ao licenciamento para a piscicultura.
- Criação de recifes artificiais com o objetivo de recompor o que foi destruído pelas atividades da Petrobras.
- Implantação de projetos de maricultura através de fazenda marinhas para a produção de Ostra, Sururu, Lagosta, Bijupirá, etc.
- Negociação para o recebimento, pelo município, do ICMS referente à comercialização da Lagosta Cabo Verde.

As secretarias de Habitação e Assistência Social e a de Pesca estão desenvolvendo alguns projetos conjuntos visando implementar ações que possam trazer benefícios para a comunidade pesqueira em seu conjunto. Dentre estes projetos, cabe destacar:

- Parceria com Secretaria de Pesca para a recuperação das lagoas e lagunas que hoje se encontram degradadas e cobertas por vegetação. O projeto prevê ações de conscientização junto aos pecuaristas para coibir o lançamento de dejetos e resíduos biológicos que acabam por chegar até as lagoas provocando o crescimento da vegetação. O projeto prevê também ações de conscientização junto à comunidade do entorno para impedir a contaminação. A recuperação das lagoas e lagunas permitirá o desenvolvimento da piscicultura e também do artesanato através da utilização de materiais próprios deste ecossistema, como por exemplo, a taboa.

- Realização de um estudo para a elaboração de um diagnóstico permitindo a identificação de aptidões entre os familiares dos pescadores com o objetivo implantar projetos para a geração de emprego e renda.
 - Implantar projetos de artesanato utilizando materiais tais como taboa, cipó, escama de peixe, couro de peixe, bambu, coco, etc.
- Na ADA - comunidades do entorno

Os principais projetos previstos para as comunidades da ADA dentro do planejamento do governo municipal são os seguintes:

- O projeto Orla prevê a construção de oito quiosques em Marobá, cinco em substituição aos atuais, além da construção de áreas de estacionamento e banheiros públicos.
- Construção de um píer para atracar barcos na praia de Marobá.
- Implantação de um Telecentro na Associação de Pescadores de Marobá.
- Implantação dos projetos Pescando Letras, que visa melhorar o nível de escolaridade dos pescadores, e do projeto Arca das Letras que disponibilizará uma biblioteca em cada comunidade pesqueira, inclusive Marobá.
- Dentro das ações do Projeto Cardume, implantação de um curtume para preparo do couro de peixe em Marobá.
- Construção de uma Unidade Sanitária em Santo Eduardo.
- Construção de uma creche em Boa Esperança com capacidade para atender 200 crianças da localidade e áreas próximas.
- Elaboração de estudos para construção de uma creche em Jaqueira.
- Captação de recursos para implantação do Projeto Frutificar, que prevê a criação de uma cooperativa e de uma fábrica de polpa, e do Projeto Arte e Bola destinado a crianças e adolescentes. Os dois projetos serão implantados na comunidade de Criador.

5.3.9 Percepção do Empreendimento

5.3.9.1 AID

A implantação do empreendimento Ferrous em Presidente Kennedy reúne opiniões de representantes do poder público que aliam avaliações positivas com a preocupação sobre os impactos que o empreendimento irá trazer ao município. Para alguns, as expectativas são estritamente favoráveis porque o município está preparando-se para receber o empreendimento e pode estabelecer com a companhia uma parceria sólida, voltada para a sustentabilidade, e tem recursos para efetivá-la. A geração de empregos será uma importante contribuição da Ferrous que dinamizará a economia e, no futuro, quando minimizar o aporte de recursos trazidos hoje pelos royalties, a economia local poderá ter na Ferrous a sua sustentabilidade. A dimensão do empreendimento não assusta, mas traz certa preocupação pelos problemas sociais que poderão surgir com a atração de população. Algumas fontes do poder público municipal declararam não ter tido acesso a informações detalhadas sobre a construção do empreendimento, mas mesmo não tendo detalhes, consideram que a natureza do empreendimento gera, por si só, preocupação quanto ao impacto ambiental e socioeconômico. Registram a preocupação com o fato de a empresa não ter divulgado informações sobre a qualificação da mão de obra a ser contratada, informação de extrema relevância. Ciente desta demanda, foram previstas medidas (Capítulo 8) com o intuito de promover a divulgação e permitir que o poder público antecipe-se e atue no sentido de oferecer ou viabilizar a oferta de cursos de qualificação. Outra preocupação diz respeito à atração de um grande número de pessoas em busca de emprego, e o excedente desta mão de obra não absorvida pela empresa constituirá demanda para o poder público em áreas como habitação, saúde, assistência social, etc., além do risco potencial de contribuir para o aumento de conflitos ligados ao consumo de droga, ações violentas e prostituição.

Outras fontes do poder público municipal consideram que Presidente Kennedy tem potencial expressivo que permitiria dinamizar a economia através dos setores do turismo e da pesca. Para estes, a construção do terminal da Ferrous pode causar danos ao meio-ambiente e comprometer a sobrevivência das famílias que tiram seu sustento da pesca, fato que merece atenção, sendo também previstas medidas de modo a mitigar e compensar tal impacto.

As opiniões emitidas por moradores, pescadores e representantes das entidades organizadas em Marataizes são diversificadas. Alguns declararam não ter conhecimento sobre o empreendimento e por isso não podem fazer avaliações sobre os impactos do empreendimento. Em Boa Vista e Praia dos Cações há pessoas que acreditam que a construção do Empreendimento da Ferrous não terá nenhum impacto sobre as duas comunidades, que trará melhorias na geração de emprego apenas para Presidente Kennedy e somente para aqueles que têm qualificação, mas acreditam também que os comerciantes serão beneficiados. Marataizes poderá ser beneficiada com a implantação do Empreendimento da Ferrous pela possibilidade de tornar-se uma alternativa de moradia para os funcionários mais qualificados.

Para o setor da pesca, a maioria dos entrevistados avalia que a pesca, que já se encontra comprometida hoje, poderá tornar-se ainda mais difícil. Alguns afirmaram que o empreendimento da Ferrous terá “conseqüências negativas para os pescadores, e estes estão alarmados”.

De maneira geral, todos compartilham a opinião de que o empreendimento poderá trazer benefícios na área de geração de empregos. Consideram que o empreendimento irá trazer progresso por gerar empregos, mas o progresso tem também a sua contrapartida desfavorável, que é o incremento da população e a possibilidade de agravamento de problemas sociais.

5.3.9.2 ADA

A totalidade dos entrevistados declarou ter conhecimento de que uma grande obra será realizada na região costeira de Presidente Kennedy. Num primeiro acercamento, é possível dividir este grupo em dois grandes conjuntos. O primeiro é constituído por aqueles que “sabem” da construção de uma obra gigantesca, mas não sabem especificar a natureza do empreendimento. Desagregando este grupo, são identificados aqueles que, mesmo com informações limitadas, classificam o empreendimento como estritamente positivo por levar o progresso e dinamizar a economia de Presidente Kennedy, abrindo postos de trabalho e solucionando o principal problema enfrentado por eles: o desemprego. Acreditam que o empreendimento da Ferrous será uma garantia de pleno emprego na região. Mas entre os que detêm apenas informações superficiais, existe

também um subgrupo que, mesmo compartilhando as esperanças de geração de emprego e progresso para o município, sabem ser necessária uma qualificação específica para ocupar os postos de trabalho. O segundo grupo é integrado por aqueles que sabem tratar-se da construção de um terminal para escoamento de minério, e declaram que o empreendimento traz vantagens e desvantagens. Avaliam que o empreendimento fará dinamizar a economia da região abrindo postos de trabalho, mas não estão convencidos de que esses postos serão ocupados necessariamente por moradores da região, muito embora a Ferrous assuma uma meta de contratação de até 70% da mão de obra local na fase de instalação, evidenciando a necessidade da divulgação correta das informações à comunidade.

Os pescadores das comunidades que compõem a ADA demonstram preocupação quanto aos impactos do empreendimento sobre o meio ambiente, e, conseqüentemente, sobre o trabalho da pesca. Para os pescadores de orla, a “Ferrous vai entrar na melhor área da pesca” e o temor maior é que a construção do terminal e as atividades de escoamento do minério possam ter dois desdobramentos negativos: destruição dos pesqueiros e baixas e impossibilidade de acesso a estas áreas, desdobramentos que comprometerão a fonte de sobrevivência de suas famílias. Por sua vez, os pescadores ribeirinhos temem que seja impedido o acesso ao rio Itabapoana através das áreas que são de propriedade da empresa.